



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mariana Ramalho Rodrigues

# O poder institucional da FIFA como um ator não estatal na política internacional

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de  
Economia Política Internacional, apresentada à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Daniel Marcelino Rodrigues

Coimbra, 2015

You may wonder what a Secretary-General of the United Nations is doing writing about football. But in fact, the World Cup makes us in the UN green with envy. As the pinnacle of the only truly global game, played in every country by every race and religion, it is one of the few phenomena as universal as the United Nations. You could even say it's more universal. FIFA has 207 members; we have only 192.  
Kofi Annan, 2006.

## RESUMO

Com a ascensão de atores não estatais advindos da intensificação da globalização no século XX, questões que até então eram centrais na agenda política estatal foram suplantadas por assuntos que transpõe o viés securitário. É neste contexto que o desporto se fortalece e mostra sua capacidade de encantar e mobilizar nações com sua forte carga ideológica. Neste sentido, o presente trabalho visa analisar a atuação da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) como a entidade máxima da governança do futebol mundial, a fim de identificar seus recursos políticos e econômicos que possibilitam sua influência diante de demais atores, inclusive Estados. Após breve contextualização histórica sobre o desporto e as Relações Internacionais, estabelecendo conexões com as áreas políticas, econômicas, sociais e culturais, a dissertação perpassa pelo processo de institucionalização de desporto até a elucidação sobre os megaeventos desportivos e sua capacidade impressionante de geração de receita. Fundamentando-se na teoria Institucionalista Neoliberal, o enfoque nas organizações internacionais é evidente e, por isso, o trabalho permite um aprofundamento no mundo FIFA de futebol, identificando a tipologia de sua organização e sua estrutura organizacional. Posteriormente, são abordados os programas de desenvolvimento social e cultural executados pela FIFA, para então, compreender o desenvolvimento de sua governança, inclusive suas falhas, as quais contribuem para um ambiente de propensão à corrupção e suborno. Ao ensejo da conclusão, nota-se que a FIFA desenvolveu uma autonomia institucional a qual lhe confere, muitas vezes, uma comparação a um Estado soberano. Contudo, suas limitações em questões fora do escopo desportivo são factíveis, porém enfraquecidas quando se realiza a Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Palavras-chave: FIFA, política internacional, organização não governamental, governança, futebol.

## **ABSTRACT**

With the rise of non-state actors arising from the intensification of globalization in the twentieth century, questions that previously were central to the state political agenda were supplanted by issues out of the the security-bias. It is in this context that sport strengthens and shows its ability to charm and mobilize nations with its strong ideological charge. In this sense, this study aims to analyze the performance of the Fédération Internationale de Football Association (FIFA) as the governing body of world football governance, in order to identify their political and economic resources that enable their influence on the other actors, including States. After brief historical background on sport and international relations, establishing connections with policy areas, economic, social and cultural rights, this dissertation moves through the sports' institutionalization process to the elucidation of the sports mega-events and its impressive ability to generate revenue. Basing on the Institutionalist Neoliberal theory, the focus in international organizations is evident and, therefore, this dissertation allows a deepening in FIFA's world of football, identifying the type of this organization and its organizational structure. Subsequently, social and cultural development programs are covered executed by FIFA, to then understand the development of its governance, including its flaws, which contribute to an environment prone to corruption and bribery. In conclusion, we note that FIFA has developed an institutional autonomy which gives often a comparison to a sovereign state. However, its limitations in matters outside the scope sports are feasible, but weakened when performing the World Cup Soccer FIFA.

Keywords: FIFA, international politics, non-governmental organization, governance, football.

## LISTA DE SIGLAS

AFC	Asian Football Confederation
CAF	Confédération Africaine de Football
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONCACAF	The Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football
CONMEBOL	Confederación Sudamericana de Fútbol
ECOSOC	Economic and Social Council
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Forças Aéreas Brasileiras
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
IAAF	Associação Internacional de Federações de Atletismo
IAEA	International Atomic Energy Agency
IC	Independência Complexa
ODM	Objetivos do Milênio
OFC	Oceania Football Confederation
OI	Organização Internacional
OIG	Organizações Internacionais Governamentais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGI	Organizações não Governamentais Internacionais
PACE	Parliamentary Assembly of the Council of Europe
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
UEFA	Union of European Football Associations
UIA	Union of International Associations
USOC	United States Olympic Committee
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. RELEVÂNCIA CONCEITUAL E PERSPECTIVA TEÓRICA DE RELACOES INTERNACIONAIS SOBRE AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS .....	7
1.1. Evolução Histórica das Instituições Internacionais.....	8
1.2. A abordagem Pluralista em ascensão .....	13
1.2.1. Institucionalismo Neoliberal.....	15
1.2.2. <i>Soft-power</i> : A dimensão cultural valorizada.....	29
2. DESPORTO, PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	35
2.1. Breve Histórico do Desporto nas Relações Internacionais .....	38
2.2. O desporto como ferramenta política governamental .....	41
2.2.1. O desporto como fator cultural e sua função social.....	45
2.2.2. O desporto como vetor do nacionalismo .....	47
2.3. A institucionalização do desporto a nível internacional .....	50
2.4. A comercialização do desporto .....	54
2.4.1. Os megaeventos desportivos e a efetivação da política governamental .....	55
2.5. Contestando a primazia estatal.....	58
3. O PAPEL POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: O CASO DA FIFA.....	61
3.1. O desenvolvimento organizacional da FIFA.....	61
3.2. Jogada estratégica de arrecadação financeira.....	66
3.3. O futebol como fator social.....	69
3.3.1. A FIFA e sua relação com a ONU .....	71
3.4. A governança e a economia política do mundo do futebol.....	72
3.5. O espetáculo esportivo da FIFA e seu legado .....	75
3.6. Estudo de Caso: O Brasil como sede dos eventos FIFA .....	76
3.6.1. O futebol na política externa brasileira.....	76
3.6.2. Rupturas institucionais em nome do futebol.....	77
3.7. A crise na FIFA: corrupção no mundo do futebol .....	80
3.8. O futuro da FIFA?.....	82
CONCLUSÃO .....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	87

## INTRODUÇÃO

Num século marcado pela intensificação da globalização e pela ascensão de novos *players* na política internacional, as organizações desportivas internacionais ainda se mantêm como atores secundários diante dos olhares dos estudantes de Relações Internacionais (RI).

Vale ressaltar, entretanto, que desde o último século, após o período conturbado vivenciado por guerras mundiais, o desporto passou por um processo de internacionalização, o qual transcende seu caráter meramente desportivo, para as arenas políticas, econômicas, sociais e culturais. Oportuno então se torna dizer que, os responsáveis pelos processos de tomada de decisão e formulação de política passaram a enxergar o desporto como uma possível e, eficaz, ferramenta de política externa, transformando-o num dos maiores fenômenos globais da atualidade.

Em consonância com o surgimento da interdependência complexa, a pluralidade de atores e temas na agenda política internacional, fugindo do escopo tradicional securitário, propicia o desenvolvimento de teorias pluralistas de Relações Internacionais a partir da década de 80. Nesta conjuntura, as organizações internacionais foram, aos poucos, conquistando o seu lugar no sistema internacional, confrontando a primazia estatal que até então predominava os estudos de RI.

Por conseguinte, a análise das organizações desportivas internacionais proporciona introspecções aos teóricos de RI que se preocupam em entenderem o sistema internacional contemporâneo, pois já não pode ser elucidado de forma pertinente por teorias estatocêntricas. Fundamentando-se no poder cultural e de identificação nacional do desporto, estas organizações desportivas rapidamente desenvolveram uma autonomia de suma relevância para o sistema internacional contemporâneo. Visto que, muitas vezes, essa autonomia reflete num poder político e económico superior ao de atores estatais.

Diante de tal poder, o seu megaproduto, nomeado de espetáculo desportivo ou megaevento desportivo, atrai a atenção e interesse dos Estados, devido à exposição e melhoria de sua imagem internacional, além da supervalorização dos benefícios que a Copa do Mundo oferece. Contudo, as acusações de interferência na soberania estatal,

escândalos de corrupção, assim como elevados números de investimentos colocam a manutenção do poder da organização em risco.

Assinala-se, ainda que, diante da observação empírica nas últimas décadas, constata-se uma participação ativa da Fédération Internationale de Football Association (FIFA), como ator não estatal, em questões que fogem do escopo desportivo. Sua influência é ainda, especialmente, intensificada, durante a realização dos megaeventos desportivos.

Desta forma, com o intuito de chamar a atenção dos acadêmicos de relações internacionais para a relevância das organizações internacionais privadas desportivas como atores internacionais, essa apreciação acadêmica buscará, à luz da abordagem pluralista das Relações Internacionais, e mais especificamente do Institucionalismo Neoliberal, identificar as capacidades políticas e económicas da FIFA, como ator internacional, e delinear as particularidades de seu megaevento esportivo, Copa do Mundo FIFA de Futebol, para assim, ser possível identificar se a FIFA detém um poder institucional passível de consideração na política internacional.

Deste modo, o presente trabalho aborda aspectos cruciais das Relações Internacionais contemporâneas: o crescimento das organizações não governamentais internacionais e como sua governança é desenvolvida diante de um sistema onde os Estados ainda exercem um papel relevante.

A partir das evidências empíricas disponíveis e de uma análise crítica de literatura internacional de caráter político e econômico, destacaram-se autores como John Horne (2010), Barrie Houlihan (1994) e Douglas Vasconcellos (2011). Enquanto Horne oferece uma abordagem acerca da realização de um megaevento esportivo em países em desenvolvimento, Houlihan e Levermore abordam o desporto e suas formas de governança e ferramenta política. E por fim, Vasconcellos fornece uma abordagem do desporto como mobilização cultural e poder econômico.

Do mesmo modo, as fontes secundárias que foram analisadas sustentam o trabalho na sua dimensão conceitual, teórica e, principalmente, empírica. Por se apresentar como uma questão relativamente nova para a área de RI, as fontes secundárias são de suma importância para o desenvolvimento do mesmo. Artigos acadêmicos, notícias de destaque na mídia internacional, assim como documentos oficiais, são essenciais para o embasamento do trabalho e análise empírica de dados, podendo ser ilustrada pelas leis n°

12.663 (Lei Geral da Copa) e a nº 12.350, as quais oferecem evidências do impacto da Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil.

O quadro teórico que será a referência para o desenvolvimento desta apreciação acadêmica é o pluralismo, teoria da área acadêmica de relações internacionais. Baseando-se nas premissas liberais, essa abordagem oferece uma estrutura que permite uma maior compreensão do papel e do lugar da organização privada desportiva, FIFA, no sistema internacional. A premissa básica do pluralismo que consiste na consideração de atores não estatais como de suma importância para os estudos acadêmicos, permitirá uma abordagem teórica de relações internacionais para determinadas organizações esportivas, algo raramente visto nos trabalhos acadêmicos. Teóricos como Robert Keohane e Joseph Nye (1977) contribuem profundamente para o fortalecimento desta teoria.

Por conseguinte, outra premissa básica de cunho liberal é a falta de hierarquia fixa de temas na agenda internacional dos Estados e, por isso, o conceito de agenda múltipla, será amplamente utilizado neste trabalho acadêmico para explicar o fortalecimento da dimensão cultural no sistema internacional e do desporto entrando nesta vertente como ferramenta de política externa.

Complementando a teoria do institucionalismo neoliberal, utilizar-se-á a teoria dos regimes, desenvolvida por Krasner (1983), onde além deste conceito, será abordada a questão de governança, tema amplamente desenvolvido atualmente e que sintetiza com primazia a atuação da FIFA no cenário internacional.

Poder-se-ia apresentar, como hipótese a ser verificada posteriormente, a sugestão de que a FIFA, identificada como organização não governamental internacional, representa um poder político passível de reconhecimento através dos legados políticos e económicos que a mesma deixa não só nos países sede da Copa do Mundo, mas diante da sua atuação social e política em questões que fogem do escopo desportivo. Para corroborar ou refutar tal hipótese será estabelecida a relação entre o capital político e económico da FIFA, variável dependente, e os legados políticos e económicos, como a variável independente.

Outra hipótese primordial que este estudo objetiva verificar é a evidência de uma representatividade em ascensão da FIFA no sistema internacional, entretanto ainda se mantém marginal naquelas discussões que transpassam a esfera do desporto.

Com o intuito de inferir a relevância da FIFA no cenário internacional como ator global, foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando livros, artigos e

documentos oficiais. Portanto, para a elaboração dessa pesquisa a fim de responder o problema de pesquisa, foi necessário, primeiramente a compreensão do lugar do desporto nas relações internacionais a partir da vasta literatura internacional; posteriormente foi analisada a história da FIFA e seus objetivos, verificando quais são as vertentes de poder e influência que ela apresenta através de sites oficiais, documentos oficiais, leis governamentais e livros acadêmicos; e, por fim, para efeitos comparativos, desenvolveu-se também um estudo de caso referente à Copa do Mundo sediada pelo Brasil em 2014, devido às inúmeras controvérsias encontradas durante a sua realização.

Em seguida, para efeitos metodológicos, esta pesquisa recorre ao modelo metodológico Causal Explicativo como referencial técnico de análise a ser seguido. Esse parâmetro foi escolhido porque o problema de investigação constitui um conjunto de proposições que devem ser verificadas, por buscarem explicar comportamentos e interações sociais, na tentativa de entender esses fenômenos (Vieira, 2010).

Serão empreendidos três capítulos para a compreensão e identificação das capacidades políticas e econômicas da FIFA. O primeiro será para introduzir o conceito de instituições no trabalho como arranjos entre atores, de forma formal ou informal, que prescrevem comportamento e moldam as expectativas (Keohane, 1984). Para isto, desenvolver-se-á uma contextualização histórica para identificar o surgimento dessas instituições no cenário internacional e, conseqüentemente, na abordagem teórica de RI. Tendo isto em vista, serão apontados os principais pontos da visão pluralista, para então elencar os tipos de instituições existentes, destacando, inclusive, uma classificação entre organizações governamentais internacionais e organizações não governamentais internacionais. As principais premissas pluralistas serão introduzidas neste primeiro capítulo como forma de facilitar a compreensão da análise posterior. Ainda neste capítulo, serão abordados os conceitos de regime e governança, por estarem diretamente relacionados com a atuação da FIFA no sistema internacional. E, por fim, será apresentada a dimensão cultural valorizada, inferindo com a apresentação do *soft-power* como ferramenta de grande utilização pelos Estados

Em seguida, o segundo capítulo desenvolver-se-á inicialmente, baseando-se no caráter multifacetado do desporto, apresentando um breve histórico do desporto nas Relações Internacionais, onde, além de expor a negligência mútua entre desporto e RI até a década de 80, possibilita a identificação de idiosincrasias culturais, sociais, econômicas e,

sobretudo, políticas destas manifestações desportivas. Consequentemente, será abordado essa utilização do desporto como uma ferramenta política, fazendo alusão ao conceito de *soft power* discutido no capítulo anterior. E por fim, mas não menos importante, analisar-se-á a institucionalização do desporto em linhas gerais, e, posteriormente, a institucionalização do futebol, onde organizações internacionais, apoiadas no significado cultural e político do desporto instituíram a governança do futebol.

E por último, mas não menos importante, o terceiro capítulo será para analisar a atuação especificamente da FIFA como órgão supremo na governança do futebol. Para isto, será levantado o histórico organizacional da instituição, compreendendo sua estrutura, seus estatutos e ferramentas. Ainda neste capítulo, analisar-se-á a função social que a FIFA exerce, principalmente em suas parcerias de cooperação com a Organização das Nações Unidas, dentre outras instituições políticas. Consequentemente, serão analisado o papel de governança que a FIFA desempenha e quais as consequências e desafios que ela enfrenta diante de uma governança que é marcada pela complexidade.

Abordaremos ainda as rupturas institucionais verificadas nos países que se candidatam a realizar a Copa do Mundo FIFA de Futebol, analisando o caso mais recente, Brasil 2014, em um contexto conjuntural, de desaceleração económica, e, estrutural, de desigualdade e insuficiência da provisão pública de bens sociais, refletindo até mesmo em uma relativização da soberania estatal frente à organização privada.

Por fim, elucidaremos brevemente os mais recentes casos de corrupção da FIFA, que se desdobraram em junho deste ano, permitindo uma reflexão sobre o futuro da organização e a possibilidade de um enfraquecimento em sua imagem e poder institucional.

Na conclusão, realizar-se-á, um balanço sintético das discussões desenvolvidas que permitam identificar a FIFA como um ator relevante na política internacional, que se lança nas esferas internacionais com o seu espetáculo esportivo e sua carga ideológica, sendo capaz de exercer autoridade sobre outros atores estatais e não estatais.

Por ser uma vertente que apresenta lacunas na análise empírica, este trabalho contribuirá para futuras investigações e abordará sob uma perspectiva moderna, uma percepção específica sobre as organizações desportivas e seus impactos nos Estados, algo que ainda não pôde ser observado dentro das relações internacionais. Evidencia-se que a

atenção nas organizações internacionais deve estar em nível de igualdade, uma vez que, não menos importantes são as organizações desportivas frente às demais.

## **1. RELEVÂNCIA CONCEITUAL E PERSPECTIVA TEÓRICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS**

No último século, observam-se importantes alterações na conjuntura internacional e, conseqüentemente, nas teorias que abordam essa realidade. Estas formulações teóricas buscam justificativas para os acontecimentos do mundo e, então, de acordo com o cenário político, elas apresentam uma maior ou menor adesão pelos acadêmicos e estadistas (Junqueira e Camargo, 2013:1). Por isso, compreende-se essencial o desenvolvimento deste capítulo de modo a oferecer uma percepção detalhada da evolução observada na abordagem das instituições internacionais pelas teorias de Relações Internacionais.

Relatando, inicialmente, uma evolução histórica dessas instituições, apresentar-se-ão as premissas basilares do Realismo, passando pelo Neorealismo até alcançar a abordagem Pluralista, mais especificamente à teoria do Institucionalismo Neoliberal, inferida por Robert Keohane (1977) e a teoria dos regimes. Esta evolução de reflete visivelmente na evolução do reconhecimento do desporto pela área acadêmica de Relações Internacionais.

Expondo-se de forma clara nos tópicos que sucedem esta breve introdução, a primeira foca sua análise no caráter unitário estatal e identifica aspectos quase intransponíveis à cooperação entre Estados, o que é reflexo da posição marginal atribuída às instituições na política internacional. No entanto, há um conjunto de premissas que são interessantes para a abordagem do desporto nas Relações Internacionais, sendo assim expostas adiante. Além disto, seu estudo é importante para entender a escassez de artigos e livros com foco na relação entre desporto e RI até a década de 80, definida por alguns como uma negligência mútua.

Posteriormente, á luz da teoria pluralista, identificar-se-á a relevância dos atores não estatais para o sistema internacional, com o intuito de justificar o motivo pelo qual suas interações com os Estados devem ser analisadas, inclusive quando se trata de organizações privadas internacionais desportivas. Da mesma forma que os conceitos de Estado e poder são contestados teoricamente, o termo instituições também apresenta suas contradições. Por isto, essa análise se torna necessária para identificar claramente o nosso escopo de estudo.

Analisaremos, ainda, as definições postuladas pela Teoria dos Regimes, baseando-se na importância das normas. E, por fim, será exposta a definição e o alcance do *soft-power*, o qual legitima as atividades e o escopo de atuação destas organizações internacionais desportivas, pautado numa agenda múltipla, na qual a dimensão cultural é valorizada.

Reconhecendo as limitações políticas destas organizações, este enquadramento teórico é essencial para uma compreensão mais contundente do lugar das organizações desportivas e, do próprio desporto, no cenário político internacional.

Registre-se que, a atuação das organizações internacionais desportivas no sistema internacional é ainda uma questão pouco analisada, apresentando, desta forma, lacunas em sua análise empírica. Neste passo, é o propósito do presente capítulo promover uma análise acerca das teorias de Relações Internacionais com o foco nas instituições internacionais, possibilitando, assim, uma estrutura mais adequada para interpretar e entender a relevância da FIFA, como ator não estatal na política<sup>1</sup> internacional, definindo o seu escopo, limitações e projeções.

### **1.1. Evolução Histórica das Instituições Internacionais**

No século XVII, mais precisamente em 1648, os Estados selaram a Paz de Westfália<sup>2</sup>, com o intuito de obterem respeito mútuo e reconhecimento da independência territorial dos Estados Nacionais daquela época. Cumpre observar que, teoricamente, o Tratado de Westfália representou um marco para a soberania do Estado Moderno e para as Relações Internacionais. Foi, portanto, a primeira tentativa de estabelecer uma ordem internacional no mundo moderno (Bedin, 2000:159).

---

<sup>1</sup> Por política, entendemos que se define pelas ações estatais e, particularmente, pelo papel do governo e seu uso autoritário do poder de fazer regras e leis que tem precedência sobre outras regras da sociedade (Moodie, 1984: 23 *apud* Houlihan, 2008: 34)

<sup>2</sup> Paz de Westfália é o conjunto de tratados que selou a paz no continente europeu, após décadas de guerras. Estes tratados, Tratado de Münster e Tratado de Osnabrück, foram assinados em 1648 e findaram a Guerra de 80 anos, entre espanhóis e holandeses, assim como a Guerra de 30 anos, entre príncipes alemães, franceses e suecos. O Tratado dos Pirineus, assinado em 1659, que encerrou a guerra entre França e Espanha, também é considerado parte da Paz de Westfália.

No entanto, diante dos episódios posteriores, é notório que nem sempre os princípios do “sistema westfaliano” foram tomados como paradigma. Dentre os quais, podemos destacar; Revoluções, Primeira e Segunda Grande Guerra e a Guerra Fria.

Observa-se, porém, que no início do século XIX, o Congresso de Viena, realizado em 1815, exerceu papel determinante para a precursão das organizações modernas (Ramos, 2011: 24). Embora as organizações em si ainda não houvessem sido criadas, o princípio de consulta mútua foi estabelecido, e questões como a distribuição de poder no sistema estatal e a formulação de uma legislação que regesse as relações internacionais foram frequentes tópicos de debate da época (Herz e Hoffman, 2004: 32). Contudo, este desejo pela ordem e coordenação das dinâmicas internacionais ainda eram inerentes ao poder estatal.

Por isso, desde os primórdios dos estudos de Relações Internacionais, a segurança dos Estados se colocava como tema principal nos debates acadêmicos<sup>3</sup>. O compartilhamento de uma visão pessimista da natureza humana pelos teóricos do Realismo Clássico, como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Kenneth Waltz e Hans Morgenthau, se reproduzia similarmente na sua abordagem do sistema internacional e, distinguindo-se do idealismo<sup>4</sup>, apresentavam como premissas básicas, que permeavam as discussões: a centralidade do Estado no sistema internacional, a sobrevivência e segurança estatal, a anarquia do sistema internacional e as abordagens de poder (Buzan, 1996:47).

Tal paradigma defende veemente a centralidade do ator estatal nas dinâmicas do sistema internacional e, por isso, considera as relações entre atores não estatais como questões secundárias ao estudo (Nogueira e Messari, 2005).

A convicção acerca de estas relações interestatais serem naturalmente conflituosas, devido à anarquia internacional, isto elucidada o desenvolvimento da teoria do dilema de segurança (Herz, 1950:57). Segundo Herz (1950), os Estados, buscando a maximização do seu poder e dominados pelo ceticismo que rege a possibilidade de

---

<sup>3</sup> Estas características basilares da perspectiva realista explicam a existência de uma negligência mútua entre o desporto e RI até a década de 80, visto que o mesmo não tem um viés fortemente securitário.

<sup>4</sup> O idealismo oferece uma perspectiva otimista do sistema internacional. Suas premissas básicas se constituem na paz de direito, paz de comércio e paz de democracia e com isso exaltavam a necessidade de uma governança global, determinando normas para o convívio entre Estados e instituições, criticando o estadocentrismo adotado pelo realismo (García, 1998:52). Na tentativa de criação de uma governança global foi criada a Liga das Nações. Suas três premissas básicas, que também falharam, eram a paz de direito, paz de comércio e paz da democracia.

cooperação entre os atores estatais<sup>5</sup>, investiriam e buscariam meios de se fortalecerem perante os seus vizinhos, levando a uma constante disputa de poder. De acordo com os realistas, estes conflitos internacionais seriam solucionados por meio da guerra, sendo principalmente importante o poder político e militar, onde a forma de se mensurar este poder é através de fatores materiais e psicológicos.

Destarte, ao longo do século XIX, o poder absolutista perde sua hegemonia; a soberania estatal que era considerada a única forma de poder, ainda que por arbítrio dos governantes ou por anuência popular, perde este carácter em face da globalização (Dias e Minhoto, 2006: 38).

Ademais, tenha-se presente que, a Conferência de Paz e a Conferência Pan-Americana, no final do século XIX, também contribuíram para o desenvolvimento das organizações, apresentando temas relativos à cultura e paz, as quais até aquele momento não estavam no centro das discussões dos fóruns internacionais.

Necessário é lembrar que, com o início da Primeira Grande Guerra, a terceira Conferência Pan-Americana não se realizou. Contudo, ao seu término, cria-se a Liga das Nações, que, apesar de seu fracasso, é considerada por muitos a primeira organização internacional com enfoque em coordenar as relações internacionais, baseando-se em um conjunto norteador de regras, normas e princípios (Herz e Hoffman, 2004:36 *apud* Ramos, 2011: 25).

Ressalta-se, entretanto, que com a eclosão da Segunda Grande Guerra, o cenário de disputa estatal pelo poder retorna. Porém, ao seu término, as relações interestatais apresentam profundas mudanças, principalmente pelo seu interesse mútuo de promover segurança e paz pós-guerra (Raustiala, 2003:5). De tal modo, as cooperações políticas, económicas e culturais tiveram um crescimento expressivo e intensificado, nomeadamente pela conjuntura da expansão tecnológica.

O início da Guerra Fria instaura o equilíbrio de poder, porém, de acordo com Wæver (1997), com o fim deste período bipolar, a agenda que delimita os assuntos concernentes aos atores políticos sofre um processo de expansão do escopo meramente securitário para questões ambientais, culturais, humanitárias e económicas e, conseqüentemente, a nova dinâmica do sistema internacional conjectura uma redistribuição

---

<sup>5</sup> Os realistas apresentam um “pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana.” (Nogueira e Messari, 2005: 23-24).

de poder entre Estados, mercados e sociedade civil, no qual os Estados não perdem sua autonomia, mas dividem seu poder no cerne da sua soberania. E, por isso, a concentração estável de poder apresentada pelos Estados desde 1648 com a Paz de Westfália se finda (Matthews, 1997).

O final da Guerra Fria contribuiu para o fortalecimento das OIs e da emergência de novas organizações, colocando o multilateralismo no foco das dinâmicas internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), apesar de ter se desenvolvido em um período conturbado politicamente, passou a atuar de maneira mais ativa e efetiva após a Guerra Fria; carregando consigo a bagagem da Liga das Nações e de experiências de outras conferências e instituições que tiveram precedência (Ramos, 2011: 26).

Por conseguinte, a globalização que urge neste cenário pós – Guerra Fria viabiliza uma série de questões complexas devido às interações intergovernamentais e, assim, torna-se necessária a criação de uma ferramenta ou mecanismos que facilite o gerenciamento destas questões. Logo, as organizações internacionais se apresentam como uma ferramenta pertinente e institucionalizada para articular a cooperação entre Estados (Barnett e Finnemore, 2005: 161).

A emergência de instituições inicia-se sem se restringir apenas às questões securitárias e, concomitantemente, à intensificação do fenômeno da globalização<sup>6</sup>, expõe a teoria realista às críticas de estudiosos da área, iniciando o debate ‘neo-neo’, entre neoliberais e neorealistas, mais conhecido como debate inter-paradigmático<sup>7</sup>.

Diante das críticas, o realismo tornou-se obsoleto diante das mudanças na política internacional<sup>8</sup>. Por isso, ele se submeteu a uma releitura mais contemporânea de sua teoria, passando a ficar conhecida como neorealismo. As configurações estatais encontradas neste período, principalmente ao fim da Guerra Fria na década de 90, apresentavam características que fugiam do escopo de estudo dos realistas, como a assimetria do sistema

---

<sup>6</sup> Entende-se por globalização, o processo de integração e interação em áreas culturais, econômicas, sociais e políticas numa escala global, que surge com o desenvolvimento e expansão da tecnologia, principalmente na comunicação.

<sup>7</sup> Segundo Sodupe (2003:35), o paradigma é algo prévio a teoria, são as premissas fundamentais que os especialistas adotam acerca do mundo que estão estudando. Nas relações internacionais há três paradigmas: estadocêntrico, globalista e estruturalista. A diversidade pragmática é saudável para a disciplina. E o debate interparadigmático é essencial para o desenvolvimento das RI.

<sup>8</sup> Essas mudanças políticas se referem ao fim da Guerra Fria, intensificação da globalização, maior aproximação dos Estados no caráter cooperativo, devido à expansão tecnológica.

internacional. Mesmo assim, o neorrealismo continua imerso em valores normativos e tangíveis, como a sobrevivência estatal, interesse nacional e segurança.

Compreende-se, no entanto, a necessidade de se considerar as relações da sociedade internacional entre Estados e, simultaneamente, entre instituições internacionais. A interdependência estatal é algo que não pode ser ignorado, porém os Estados buscariam evitá-la, tendo como finalidade principal a própria manutenção do seu poder.

O Estado permanece como mantenedor do equilíbrio e poder no sistema internacional, conquanto seja necessário o reconhecimento de sua soberania frente aos demais Estados. Para isto, ferramentas políticas, sejam estas de cunho cultural, social ou econômico, são consideradas relevantes para se garantir sua soberania e disseminar sua cultura e identidade estatal. Segundo a teoria realista, a própria manutenção da hegemonia pelas grandes potências é também realizada pelo “*cultural package*”, e não apenas por sua superioridade militar (Houlihan, 1994:57).

Apesar de um considerável avanço em suas premissas, o neorrealismo ainda apresenta limitações factuais que dificultam uma análise do desporto no âmbito das relações internacionais. A centralização de suas explicações em um único fator, neste caso o Estado, e tendo sua preocupação focada em questões securitárias dificulta a utilização do mesmo para se explicar questões relacionadas ao desporto.

A insuficiência do estatocentrismo em explicar o mundo contemporâneo favoreceu o desenvolvimento de abordagens pluralistas nas Relações Internacionais, auferindo um caráter de priorização na análise de atores não estatais. Após um predomínio da teoria realista, observa-se a crescente importância de atores não estatais na política mundial a partir da década de 80, se intensificando ainda mais no século XXI. Contudo, estudiosos de Relações Internacionais diferem na sua concepção se estamos vivenciando um tipo de globalização da sociedade civil, uma internacionalização da política doméstica ou uma privatização da governança. Segundo Houlihan (1994: 53), esta perspectiva apresenta, de forma contundente, uma estrutura mais favorável à análise do desporto na disciplina de RI. Suas principais características e sua abordagem referente ao desporto serão expostas no próximo subcapítulo, com o intuito de corroborar ou refutar esta afirmação.

## 1.2. A abordagem Pluralista em ascensão

[...] a perspectiva pluralista oferece uma estrutura muito mais favorável à análise, particularmente no que diz respeito ao reconhecimento explícito da importância das ONGs e a sua preocupação com os processos políticos. Uma perspectiva do sistema internacional que enfatize uma multiplicidade de interesses e de recursos e que reconheça a importância, para os Estados, de questões que ultrapassem o escopo das relacionadas diretamente à segurança dá ensejo a um contexto muito mais convincente para a análise. O perigo de que a perspectiva pluralista minimize muito acentuadamente a importância do Estado é real, mas também pode ser superado. Que algumas organizações, como o Estado, possam desempenhar um papel de autoridade nas relações interorganizacionais é claramente reconhecido e pode ser incorporado no interior de uma perspectiva pluralista (Houlihan, 1994:53 *apud* Suppo, 2012:418-419).

Devido às mudanças no sistema internacional, a abordagem pluralista, a qual engloba valores liberais como protagonistas, surge como um paradigma que propõe uma abordagem mais condizente com a realidade das relações entre atores estatais e não estatais no sistema internacional.

Diferente do que o termo *singular* se refere, algo de caráter unitário, o termo *plural* designa-se a mais de um. Segundo Carlos Nolasco (2001), “transpondo essa dicotomia gramatical para uma formulação teórico-filosófica”, nota-se que o pluralismo transcende a homogeneidade e posiciona-se de forma a refletir relevância na heterogeneidade e multiplicidade de elementos; a diversidade de realidades. Se o conceito de pluralismo elucida diferentes realidades, então o pluralismo de Relações Internacionais foca seu estudo na heterogeneidade de realidades internacionais, conferindo a existência de múltiplos atores e múltiplas questões relevantes (Nolasco, 2001).

De acordo com esta perspectiva, o sistema internacional pode ser refletido como a influência mútua e a relação entre estes atores estatais e não estatais, os quais devem ser objetos de estudo assim como os Estados, devido a sua relevância na esfera política internacional.

Robert Keohane (1977), estimado como referência primordial nesta área, extraiu a complexidade de múltiplos atores da economia e a ‘importou’ para a área de RI. Fundamentando-se na crítica ao caráter unitário do Estado, Keohane infere que o Estado é representado por um conjunto de atores, sejam eles indivíduos ou grupos de interesse, que defendendo seus próprios interesses resultavam em cooperação ou conflitos, a fim de

manipular ações governamentais de acordo com a política externa que consideravam pertinentes a seus objetivos (Adriano, 2012).

Além desta variação dos atores relevantes, as formas de poder possíveis e até mesmo as questões levadas às principais discussões em fóruns internacionais, fogem da esfera militar-econômica, considerando questões socioeconômicas e de bem estar tão importantes, ou até mais importantes, do que questões de segurança nacional (Wæver, 1997 *apud* Adriano, 2012:21). Em suma, observa-se que a pluralidade paradigmática não se consiste apenas na diversidade de atores, mas também nas dimensões de poder, que agora ultrapassam a esfera militar, elucubrando numa agenda múltipla de ausência hierárquica (Keohane e Nye, 1989).

Esta ausência hierárquica se deve ao fato de que questões de *high politics* compartilham o mesmo espaço que questões de *low politics*. Organizações passaram a dividir o mesmo espaço, horizontalizando tais relações. As questões de segurança foram enfraquecidas diante de um cenário custoso e incerto devido à aproximação econômica, política e cultural dos Estados (Junqueira e Camargo, 2013: 3). Esse caráter plural de atores, agendas e temas refletiu na criação do conceito de Interdependência Complexa (IC), o qual faz alusão a eventos que desenvolvem efeitos recíprocos entre os atores, estatais ou não. Em consonância com as questões supracitadas, devido ao seu reconhecimento de múltiplos canais de comunicação, a IC desmitifica a premissa realista de separação entre os ambientes externo e doméstico (Keohane e Nye, 1977).

Oportuno se torna dizer que diante de um contexto de interdependência, a dialética do desporto, na qual ele se apresenta simultaneamente como objeto e sujeito da política, conjuntamente com os recursos expressivos que as organizações desportivas apresentam, eleva a relevância destes últimos como atores transnacionais, sendo frequentemente pontos focais para o debate político (Levermore e Budd, 2004: 7).

Segundo Houlihan (1994), as premissas norteadoras do pensamento pluralista contribuem para a abordagem do desporto nas RI, pois a ênfase dada às organizações não governamentais internacionais e à agenda múltipla possibilita a análise das relações desportivas de forma mais minudenciada.

É evidente que o desporto não é central na dinâmica do sistema internacional da mesma forma que os processos políticos, econômicos e militares são. Assinala-se, ainda, que a análise do desporto não oferece um entendimento especial do sistema internacional.

Contudo, o desporto é amplamente moldado e ao mesmo tempo molda este sistema (Levermore e Budd, 2004:9).

Em remate, este trabalho busca analisar a política da FIFA como um fórum internacional e, inclusive, seu peso institucional, o qual se efetiva pelo poder de influenciar ações estatais daqueles Estados que se comprometem a sediar a Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Desta forma, neste capítulo serão abordadas as características basilares do pluralismo como vertente teórica para fundamentar a análise sobre a FIFA. Primeiro, elucida-se a corrente teórica institucional neoliberal, dando ênfase à primazia das instituições na análise de RI.

Posteriormente, o conceito de organizações internacionais (OIs) e seu funcionamento estrutural são abordados, distinguindo a natureza das organizações governamentais e não governamentais. Subsequentemente, será analisada a emergência dos regimes internacionais como instituições sociais que projetam normas para seus membros no sistema internacional e sua influência que incute sobre o processo de governança global, o qual também será ilustrado minuciosamente neste capítulo. E, por fim, a análise do *soft power* como ferramenta de poder segundo a vertente pluralista.

### **1.2.1. Institucionalismo Neoliberal**

O viés, que surge com este caráter plural, conhecido como institucionalismo<sup>9</sup> neoliberal e postulado por Robert Keohane (1989), que viabiliza a análise do papel que as instituições internacionais, sejam elas organizações ou regimes, exercem na política internacional e a sua influência sobre os Estados (Keohane, 1989 *apud* Wæver, 1997).

O institucionalismo neoliberal se apresenta como uma adaptação ao neorealismo, permitindo uma flexibilização das teorias de caráter estatocentricas, relativizando o papel do Estado, que devido ao declínio relativo do poder militar, perdeu grande parte de seu poder para estes atores não estatais. Assim, esta teoria consegue unir pressupostos de teorias distintas: manteve o caráter racional dos Estados e corroborou proposições do institucionalismo liberal, sem se atrelar às características idealistas (Castro, 2001).

---

<sup>9</sup> Por institucionalismo, consideramos a premissa que instituições importam (Hasenclever *et al.*, 1997: 2).

Keohane (1989: 3) infere sua definição de instituição como um, “*persistent and connected sets of rules (formal and informal) that prescribe behavioral roles, constrain activity, and shape expectations*”.

Esta corrente teórica das RI, pautada nos preceitos liberais e pluralistas, não abandona o viés científico da Ciência Política anglo saxã, que explanam que os problemas de ação coletiva e os problemas da anarquia favorecem a busca estatal por ferramentas que minimizem estes problemas. Os Estados, ainda que centrais no sistema internacional, convergem na criação de instituições que criem uma previsibilidade e transparência em suas relações, de modo a evitar a desconfiança que permeia o sistema anárquico internacional. Diante do exposto, essas organizações viabilizam a cooperação entre os Estados.

Em virtude dessas considerações, enfatiza-se que a primazia do pensamento liberal na abordagem pluralista demonstra como a comercialização de modo livre entre bens e serviços, por um lado, e instituições e regras internacionais do outro, podem promover a cooperação internacional, assim como a prosperidade econômica (Keohane, 1990).

Por serem atores racionais, os Estados fazem o cálculo de custo-benefício para analisar seus ganhos absolutos definidos pelo seu interesse nacional. A partir destas reflexões, o Estado decide participar ou criar uma instituição.

Como foi observado anteriormente, há um movimento de institucionalização da política internacional após a Segunda Grande Guerra. Estas instituições definem padrões que moldam o comportamento estatal diante de determinada temática, permitindo estruturas que promovam a cooperação internacional. Elas se mostram mecanismos essenciais para gerenciar as interações transnacionais complexas em um mundo globalizado (Barnett e Finnemore, 2005).

### **1.2.1.1. Organizações Internacionais**

É importante compreender o que ambas as palavras – organizações internacionais – significam separadamente, para então, se atentar às realidades que representam ao se unirem. Frequentemente o termo *internacional*, criado por Jeremy Bentham (1789), é

substituído por ‘intergovernamental’ ou ‘interestatal’ ao descrever uma atividade, seja ela política, econômica ou cultural, entre dois Estados ou entre seus representantes governamentais (Archer, 2001:1).

No entanto, com o ‘boom’ de organizações internacionais na segunda metade do século XX, este termo foi constantemente debatido e deixou de se referir apenas às relações intergovernamentais. Passou a se considerar também aquelas atividades entre indivíduos e grupos de um Estado e indivíduos e grupos de outro Estado. Adotaram o termo ‘relações transnacionais’ para tratar das relações envolvendo atividades além do âmbito meramente governamental. Os contatos estabelecidos entre os governos dos Estados, fora dos canais tradicionais de política externa, são conhecidos como ‘relações transgovernamentais’ (Archer, 2001:1).

Diante do exposto, os termos transgovernamentais, transnacionais e intergovernamentais são todos atualmente englobados na palavra internacional.

Do mesmo modo, o termo *organizações* também tem características peculiares. Devido à sua impermutabilidade com a palavra instituições, há certa dificuldade em fazer a utilização deste termo adequadamente. Organizações podem ser instituições, no entanto, não são sinônimos. Não obstante, o objetivo neste capítulo não é abordar especificamente os significados das palavras, mas abordar a importância deste conceito no âmbito das Relações Internacionais de forma regularizada, como pode ser visto através da existência formal e material das OIs, independentes de grupos estatais e do próprio Estado (Archer, 2001:2).

Apesar de não serem sinônimas, as organizações internacionais compartilham das características advindas das instituições. A estrutura organizacional é baseada na racionalização, garantindo a elas uma burocracia, a qual muitas vezes é criticada pelos Estados e limitam suas fontes de atuação.

Entretanto, ela desenvolve seu trabalho baseada na impessoalidade, sendo conduzida por regras e normas, capacitando-as de organizar e guiar interações transnacionais, promovendo a cooperação e valores liberais. Sendo promotoras e gerenciadoras de mudanças na política global, as OIs apresentam seus princípios de forma racional-legal e são identificadas por seus valores liberais, vistos como legítimos pelos Estados.

Sob tais informações, elucida-se a credibilidade encontrada no discurso destas organizações, derivada por sua expertise em fornecer soluções para uma ampla variedade de problemáticas.

Vale ressaltar que as OIs são arenas e mecanismos que promovem a interação e cooperação de outros atores, geralmente Estados. Porém, elas garantem sua autonomia e são capazes de influenciar eventos mundiais, não devendo, desta forma, serem vistas como meros instrumentos dos Estados.

As premissas – burocracia racional-legal e valores liberais – conferem às organizações internacionais uma autoridade que garante sua autonomia no sistema internacional (Barnett e Finnemore, 2005: 162).

As organizações necessitam de um acordo legal para que sua criação seja formalizada, apresentando uma organização formal, técnica e material: hierarquia administrativa, papel timbrado, equipamentos e funcionários.

Ademais, de acordo com Anthony Judge (1995: 8-9), e endossado pelo *Economics and Social Council of the United Nations* (ECOSOC)<sup>10</sup>, oito aspectos da vida organizacional são apresentados como indicadores de elegibilidade de uma inclusão sob a rubrica de organizações internacionais, sendo estes, resumidamente: 1 - Os objetivos devem ser genuinamente internacionais com a intenção de cobrir pelo menos três Estados; 2 - A associação deve ser uma participação individual ou coletiva, com direito pleno de votos, de pelo menos três Estados. A votação deve ser de tal forma que nenhum grupo nacional controle a organização; 3 - A constituição deve oferecer uma estrutura formal que dê aos membros o direito de eleger periodicamente seus órgãos governantes e dirigentes; 4 - Os seus dirigentes não devem ser todos da mesma nacionalidade por mais de um determinado período; 5 - Deve haver uma contribuição substancial no orçamento da organização vinda de pelo menos três Estados, sem nenhuma tentativa de lucros para os seus membros individualmente; 6 - Aquelas organizações que apresentam uma relação orgânica com outras organizações devem provar que podem existir independentemente e eleger seus próprios dirigentes; 7 - Evidências de atividades atuais devem estar disponíveis; 8 - Alguns critérios como: tamanho, política, ideologia, campos de atividade, localização geográfica e nomenclatura são irrelevantes ao decidir se é ou não uma organização internacional (Judge, 1995: 8-9).

---

<sup>10</sup> Tradução livre da autora: “Conselho Econômico e Social das Nações Unidas”.

Dentre as premissas principais do pluralismo encontra-se, portanto, a agenda múltipla – pluralidade de assuntos, onde questões externas à esfera militar são relevantes e a pluralidade de atores, visto que atores não estatais também são veementes no cenário da política internacional. Assim, uma das características definidoras do contexto do século XX foi o crescimento e fortalecimento do alcance e extensão destes atores não estatais, principalmente no que tange as organizações internacionais (OIs) (Tomlinson e Sugden, 2005: 24).

Num contexto de valorização de múltiplos atores, a abordagem pluralista parte do pressuposto que atores não estatais (organizações não governamentais, empresas multinacionais, organizações transnacionais, etc.) sejam capazes de estimular mudanças consistentes no cenário internacional, da mesma forma que Estados as fazem (Adriano, 2012: 21). Segundo Beacom (2000), a perspectiva pluralista, caracterizada por apresentar o sistema internacional fundamentado numa complexa rede de relações entre grupos de interesse diversos, se reflete em argumentos concernentes à crescente influência das organizações desportivas na arena internacional.

No que tange ao seu papel político, ressalta-se que as organizações internacionais estão condicionadas a se posicionarem no centro das discussões teóricas e históricas de governança global. Concomitantemente, as OIs foram fundadas para executar uma série de tarefas cada vez mais diversa, desde gerir conflitos internacionais e nacionais a promover crescimento económico e mercado livre, ou ainda a proteção de direitos humanos e ambientais. As OIs proporcionam sistemáticas que os Estados por si só não conseguem estabelecer, como coletar informações, monitorar acordos e moldar interesses de atores estatais e não estatais. (Barnett e Finnemore, 2005: 161).

As organizações internacionais apresentam uma relação mutuamente constitutiva com as preferências estatais. Por isso, conclui-se que as normas se movem tanto dos Estados para as instituições quanto das instituições para os Estados (Keohane, 1998). Isto se deve à função institucional ideal, a qual ocorre quando Estados seguem as normas institucionais e recebem benefícios. E, por outro lado, quando as normas não são respeitadas, as sanções são colocadas em práticas (Goertz, 2003).

Além disso, as OIs ainda diferenciam-se de outros arranjos institucionais por oferecerem rápidas respostas às questões em pauta na esfera internacional e por realizarem análises técnicas, científicas, políticas e económicas.

Em perspectivas gerais, o multilateralismo vem se fortalecendo e se apresenta de forma benéfica aos Estados, com premissas baseadas no princípio da não discriminação e nação mais favorecida, igualdade e indivisibilidade no que tange a aplicação dos acordos a todos os membros, e reciprocidade difusa (Ruggie, 1993 *apud* Ramos, 2011:16).

Em caráter de classificação, seguindo esta tendência, Keohane e Nye (1971: xiii) identificam quatro tipos principais de interações globais, sendo estas: comunicação, englobando todo o movimento da informação, incluindo a transmissão de crenças; transporte, relativamente ao movimento de objetos físicos, incluindo material de guerra e propriedade pessoal, assim como de mercadorias; finanças, dizendo respeito ao movimento do dinheiro e instrumentos de crédito; e viagem, acerca do movimento de pessoas (Archer, 2001: 26). Desta forma, as OIs podem ser diferenciadas tanto por critérios geográficos, podendo ser regionais ou globais, e por suas funções, sendo gerais ou especializadas em determinada temática (Ramos, 2011: 15).

Insta, aliás, notar que, os autores Keohane e Nye (1977), em seu livro “*Power and Interdependence*”, abordam os diversos tipos de organizações internacionais e, dentre estes, destacam-se as organizações internacionais governamentais (OIGs) e as organizações não governamentais internacionais (ONGIs), as quais apresentam propósitos ilimitados, podendo variar de acordo com a sua extensão e importância (Keohane e Nye, 1977) <sup>11</sup>. Nessa última categoria podem ser enquadradas as Federações Internacionais Desportivas, como a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional (COI).

De acordo com os teóricos pluralistas, estas organizações exercem um papel importante em diversas áreas específicas da política internacional, resultando em questões normativas. Para melhor elucidar e compreender o papel da FIFA enquanto organização internacional apresenta-se a seguir as particularidades que estes tipos de organização apresentam:

---

<sup>11</sup> Em 1909, havia somente 37 OIGs e 176 ONGIs, incluindo a FIFA. No entanto, em 1996, este número já alcançava 260 OIGs e, impressionantes, 5.472 ONGIs (Tomlinson e Sugden, 2005:24). Atualmente, de acordo com a *Union of International Associations (UIA)*, há aproximadamente 68.000 OIs, incluindo tanto OIGs quanto ONGIs.

### 1.2.1.2. Classificação das Organizações Internacionais

#### *Organizações Internacionais Governamentais (OIGs)*

A visão tradicional das organizações internacionais sendo fundamentada entre Estados é o fruto de uma perspectiva das RI voltada aos Estados soberanos, a qual contém três elementos importantes: apenas Estados são tratados pelo direito internacional; que os Estados soberanos são iguais diante do direito internacional; que o direito internacional não pode intervir na jurisdição doméstica dos governos estatais. Esta doutrina tem impactos relevantes nas organizações internacionais (Archer, 2001).

Apoiando-se em algumas características principais, as OIGs apresentam um status relevante no contexto internacional. Sua estrutura organizacional é essencialmente estatal, pois apenas representantes oficiais do Estado que podem se tornar membros das mesmas. No entanto, segundo Inis Claude, para que esta estrutura alcance um desenvolvimento pleno é necessário o cumprimento de alguns pré-requisitos, como:

A existência de Estados soberanos; um fluxo de contatos significativos entre eles; o reconhecimento pelos Estados dos problemas que surgem a partir de sua coexistência e da necessidade de criação de instituições e métodos sistemáticos para regular suas relações (Claude, 1984: 21 *apud* Ramos, 2011: 16).

O processo de tomada de decisão dentro das OIGs tem um caráter moroso devido a suas máquinas burocráticas, que são limitadas pela soberania dos Estados e os interesses estatais em jogo, caracterizando uma esfera marcada pela insegurança e ausência de autoridades supranacionais. Diante deste cenário, o qual é regido sob a jurisdição do direito internacional, definindo suas características básicas, objetivos e formas de cooperação, o escopo de suas discussões tem enfoque no binômio segurança- desenvolvimento (Herz e Hoffman, 2004:27 *apud* Ramos, 2011:16).

A fim de base comparativa, para exemplificar uma OIG, pode-se citar a Organização das Nações Unidas (ONU), a qual, apesar de ter seu poder questionado, é indubitavelmente fundamental no cumprimento e respeito às normas e regras esboçadas pelo direito internacional (Ramos, 2011: 17). Tal modelo de organização contribui para a preferência voltada à cooperação no sistema internacional, visto que os Estados se encontram em posições de exposição e reciprocidade entre eles. Dito isto, as OIGs

favorecem o compartilhamento de ideias e interesses estatais e fornecem um ambiente de discussão e interação entre os Estados.

A previsibilidade proporcionada pela existência de normas contribui para uma relativa ordem no sistema internacional, mesmo quando há ausência de uma instância reguladora e controladora das ações estatais (Ramos, 2011: 18). E, deste modo, os Estados não são mais autossuficientes para confrontar os problemas globais (Annan, 2006a:2).

Neste ensejo, observa-se actualmente que o próprio processo de reconhecimento da soberania estatal é definido por organizações internacionais governamentais, como a ONU. No entanto, cabe ressaltar que o Estado ainda se mantém no cerne das decisões mundiais, principalmente em questões de *high politics*. Por outro lado, a expansão da agenda internacional com problemas que fogem do escopo tradicional da política mundial favorece a pluralidade de atores envolvidos e, conseqüentemente, há questões cuja regulação internacional permite um papel mais ativo destes atores não estatais. Em diversos aspectos, as organizações apresentam impacto relevante em discussões em fóruns gerais, tanto internacionais quanto regionais. (Ramos, 2011:19).

### ***Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs)***

Qualquer organização internacional que não seja fundada embasada num acordo intergovernamental deve ser considerada como uma organização não governamental, inclusive aquelas organizações as quais aceitam membros designados pelas autoridades governamentais, garantindo, entretanto, que tal associação não interfira a livre expressão dos pontos de vista organizacionais (Union of International Associations, 2014).

De acordo com Keohane e Nye (1971: xiii), quando os principais tipos de interação global mencionados anteriormente (comunicações, transporte, finanças e viagem) entre dois participantes ou mais se institucionalizam por um acordo formal com o objetivo de alcançar interesses comuns dos participantes e um destes atores não é um agente governamental ou uma organização internacional<sup>12</sup>, é fundada uma organização

---

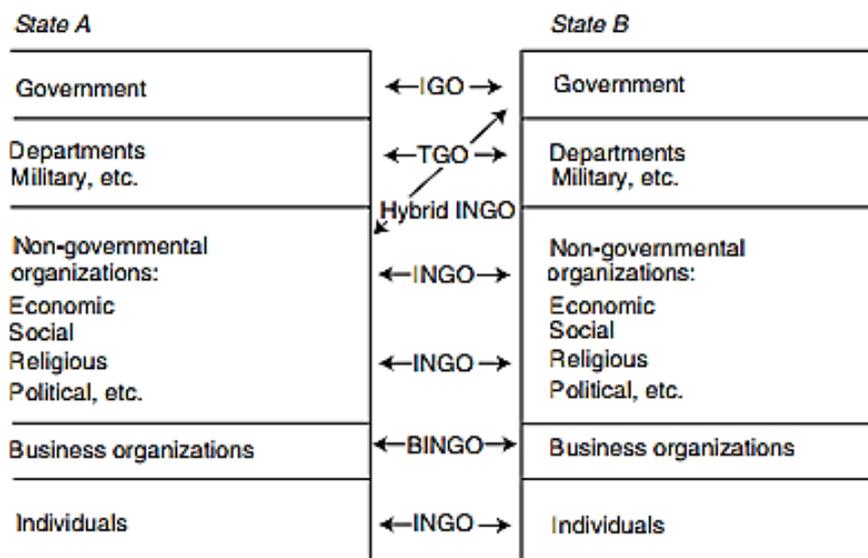
<sup>12</sup> Considerando-se organizações internacionais naquele formato antigo, onde tal nomenclatura se referia apenas àquelas organizações governamentais.

transnacional. Por via de regra, tal organização deve conter ao menos um ator não estatal como membro (Archer, 2001: 38).

Desta forma, Keohane e Nye (1971: xii) enfatizam que as interações transnacionais são consideradas como “*the movement of tangible or intangible items across state boundaries when at least one actor is not an agent of a government or an international organization*”<sup>13</sup>.

Destarte, a fim de possibilitar um melhor enquadramento organizacional da FIFA nos capítulos subsequentes, serão sublinhados a seguir dois tipos de ONGIs definidos por Clive Archer (2001) em *International Organizations*: as organizações híbridas e as genuínas. Por genuínas, entendem-se aquelas organizações onde todos seus membros são agentes não governamentais e reúnem grupos que partilham convicções similares, cita-se o Comitê Olímpico Internacional como exemplo. De outro modo, como observado na Tabela 1, a interação entre atores governamentais e não governamentais podem formar as ONGIs nomeadas híbridas. No entanto, diferente de uma Organização Governamental, as ONGIs híbridas não são fundadas por acordos intergovernamentais (Archer, 2001:39).

Quadro 1. Relações e Organizações Transnacionais



Fonte: Archer, Clive (2001) *International Organizations*. 3 ed. London and New York: Routledge, Figure 2.2.

<sup>13</sup> “O movimento de itens tangíveis e intangíveis além dos limites estatais, quando pelo menos um dos atores não é um agente do governo ou uma organização internacional” (Keohane e Nye, 191: xii).

Mormente ao decorrer da segunda metade do século XX, as organizações internacionais apresentaram uma forte proliferação. No entanto, nota-se a criação de algumas Organizações Não Governamentais Internacionais ainda no século XIX. Assim como foi explanado anteriormente, a disseminação das telecomunicações, aliada com a reestruturação da dinâmica política internacional pós-Segunda Grande Guerra, contribuiu para o surgimento de ONGIs que, apesar de serem delimitadas pelo direito privado e não pelo direito internacional público, fundamentam-se e operam em questões relacionadas ao interesse público, podendo ser de caráter humanitário, social, econômico, cultural e político. E, por isso, não apresentam um padrão em sua composição, variando a cada organização (Herz e Hoffman, 2004:31 *apud* Ramos, 2011:24).

Nota-se ainda que, as ONGIs apresentam um nível maior de efetividade em questões relacionadas ao meio ambiente, onde apenas na década de 90 conseguiram concretizar cerca de 900 tratados nesta esfera da arena internacional (Matthews, 1997). Contudo, em algumas arenas como segurança e política econômica, observa-se a prevalência da instância decisória estatal (Ramos, 2011: 10).

À luz das informações contidas, ressalta-se que, o cerne do paradigma pluralista incute a vasta influência das organizações não governamentais no processo de *decision making* dos governos. As organizações desportivas, mesmo limitadas, apresentam um número de instâncias nos quais estas organizações se engajam ativamente na política internacional e, até mesmo, na política nacional (Beacom, 2000). Observa-se, porém que o alcance destes grupos é quase tão amplo quanto seus interesses. Eles produzem novas ideias; advogam, protestam e mobilizam a opinião pública; realizam análises técnicas, científicas, legais e políticas; moldam, implementam e monitoram acordos internacionais e nacionais; e mudam normas e instituições (Matthews, 1997).

Por conseguinte, seus recursos financeiros e, sobretudo, sua expertise se aproximam e, muitas vezes, excedem àquelas de pequenos governos e de organizações governamentais internacionais. Numa perspectiva ampla, identifica-se que as ONGIs oferecem mais ajudas oficiais ao desenvolvimento do que todo o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>14</sup> (Matthews, 1997). Tal fato é derivado do baixo custo das tecnologias atualmente, o qual altera significativamente as dinâmicas globais,

---

<sup>14</sup> Excluindo o FMI e o Banco Mundial (Matthews, 1997).

contribuindo, assim, com o fortalecimento e alcance dessas ONGs. Contudo, o lobby e a pressão que esses grupos exercem, principalmente em governos de países em desenvolvimento, ainda estão em processo de expansão.

Um mundo mais adaptável e no qual o poder é mais difuso denota mais paz, justiça e capacidade de gerir a crescente lista de problemas. Em uma época conhecida pelo dinamismo de seus acontecimentos, as ONGs são mais rápidas que os governos para responder às novas exigências e oportunidades que surgem. Quando as ONGs são fundadas adequadamente, independente se estiverem em países mais ou menos desenvolvidos, podem superar o governo na prestação de muitos serviços públicos. Seu crescimento, juntamente com o de outros elementos da sociedade civil, pode reforçar o cerne de muitas democracias ainda frágeis. E eles são melhores do que os governos em lidar com os problemas que crescem lentamente e afetam a sociedade através do seu efeito cumulativo sobre indivíduos - as ameaças "soft" da degradação ambiental, a negação dos direitos humanos, o crescimento populacional, pobreza e falta de desenvolvimento (Matthews, 1997).

Atualmente os Estados são pautados pela busca necessária por organizações internacionais que sejam capazes de lidar com esta extensa lista de desafios transnacionais, mas ao mesmo tempo temem concorrentes. De tal modo, eles votam em novas formas de intervenção internacional enquanto reafirmam a primazia de seu princípio de soberania: não interferência nas questões domésticas estatais. Os Estados oferecem às organizações novas responsabilidades e, em seguida, os controlam com financiamento inadequado e mandatos circunscritos (Matthews, 1997).

Vale ressaltar também que, países com um governo democrático e com forte participação popular tendem a favorecer a disseminação e influência de ONGs. Por isto, é observada nestes países uma expansão destas ONGs na década de 90, ao contrário do que é observado em países como China, Japão e Médio Oriente, que são caracterizados por regimes autoritários e limitadores da participação da sociedade civil (Matthews, 1997).

A fim de agregar o presente trabalho, é válido destacar também o termo ONGs de concertação, a qual, utilizada pela área acadêmica de direito, considera ser aquelas organizações não governamentais que procuram de forma ininterrupta e estável posições comuns entre parceiros, caso que pode ser aplicado à organizações desportivas, como o COI e a FIFA. No entanto, mesmo as organizações internacionais apresentando uma

centralidade nos estudos de Relações Internacionais atualmente, as organizações não governamentais internacionais ainda apresentam lacunas nos seus estudos, principalmente na esfera das RI. Desta forma, as ONGIs desportivas refletem esta ausência de estudos teóricos desta natureza (Houlihan, 1994: 53).

Para alguns teóricos, o Estado representa ainda um ator unitário cujo seus interesses são dominantes no sistema internacional (Beacom, 2000). É verdade que os Estados, de forma geral, conseguem uma amplitude na sua influência em assuntos políticos com mais facilidade do que as instituições. Mas à medida que os efeitos de globalização são arraigados, as organizações ganham um destaque ainda maior.

Em remate, este trabalho se compromete a buscar evidências e exemplificar os casos nos quais as organizações desportivas conseguem exercer uma influência em parâmetro de igualdade e, em determinadas situações, superior àquela estatal. E, por isso, esta abordagem detalhada sobre organizações internacionais se faz necessária.

### **1.2.1.3. Teoria dos Regimes Internacionais**

Em consonância com as dinâmicas do sistema internacional, os regimes internacionais, similarmente às organizações internacionais, conquistaram, nas últimas décadas, importância e se transformaram num instrumento de poder dentro das relações internacionais.

A preocupação com a governança internacional resultou na evolução do estudo dos regimes. Os institucionalistas inferem que “*by governance, we mean the processes and institutions, both formal and informal, that guide and restrain the collective activities of a group*” (Keohane, 2002)<sup>15</sup>. Enquanto as instituições seriam *issue-specific* (regimes) ou *area-specific* (organizações), a governança tem um caráter mais amplo.

É de ser relevado que o regime, assim como uma organização internacional, é considerado uma instituição internacional e, indubitavelmente, deve ser analisado como uma. Todavia, ele não tem a capacidade de agir da mesma forma que as organizações têm, mas, frequentemente, são acompanhados por estas organizações, não se constituindo,

---

<sup>15</sup> Tradução livre da autora: “Por governança, queremos dizer os processos e instituições, tanto formal quanto informal, que guiam e restringem as atividades coletivas de um grupo.”.

contudo, numa característica condicionante a sua existência (Young, 1983). Regime internacional e organização internacional não são, segundo Hasenclever *et al.* (1997: 10), termos coexistentes e nem sinônimos. Insta, ainda, observar que os regimes podem ser mais ou menos formalmente articulados e, por isto, podem ou não serem acompanhados de arranjos organizacionais explícitos (Young, 1982:93).

Por ser relativamente nova, a definição do conceito de regimes internacionais promove até hoje pensamentos contraditórios, no entanto, John Ruggie (1982) e Oran Young (1982), baseando-se na definição de Stephen Krasner (1983: 2), incutem o conceito de regime<sup>16</sup> como instituições sociais e o definem como um conjunto de

*implicit or explicit principles, norms, rules and decision-making procedures around which actors' expectations converge in a given area of international relations. Principles are beliefs of fact, causation and rectitude. Norms are standards of behavior defined in terms of rights and obligations. Rules are specific prescriptions or proscriptions for action. Decision-making procedures are prevailing practices for making and implementing collective choice (Krasner, 1983: 2)*<sup>17</sup>.

Ressalta-se, porém, que os regimes internacionais, assim como qualquer instituição social, são normalmente produtos deliberados pelo comportamento de um grande número de indivíduos ou grupos que buscam resposta à coordenação de problemas ou situações que enfrentados individualmente podem levar a resultados indesejáveis (Young, 1982: 96).

Os componentes analíticos dos regimes internacionais que analisamos consistem em princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão. Impende salientar que, na medida em que os regimes incorporam os princípios de causalidade e retidão, bem como os direitos e deveres políticos que são considerados legítimos, eles se aproximam da

---

<sup>16</sup> Tendo o ensejo de compreender a implicação dos regimes internacionais, é sobremodo importante assinalar que apesar das diversas abordagens que são depreendidas sobre o conceito de regime – neoliberal, análise baseada em interesses; realista, análise baseada em poder; e cognitivista, baseada em conhecimento e identidades – este trabalho fundamenta-se no conceito tradicional defendido pelos institucionalistas neoliberais como Oran Young (1983), Stephen Krasner (1983) e John Ruggie (1982), apoiando-se também na conceptualização teórica realizada por Andreas Hasenclever, Peter Mayer e Volker Rittberger (1997), sendo ainda postulado por Robert Keohane (1984).

<sup>17</sup> Tradução livre da autora: “Princípios, normas, regras e procedimentos de tomadas de decisão, implícitos ou explícitos, nas quais as expectativas dos atores convergem dentro de uma determinada área de Relações Internacionais. Princípios são crenças de fato, nexos de causalidade e retidão. Normas são os padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proibições específicas de ação. Procedimentos de tomadas de decisão são práticas em vigor para tomar e implementar uma escolha coletiva” (Krasner, 1983:2).

arena de autoridade política. Assim, a formação e transformação de regimes internacionais podem ser consideradas representantes concretas de autoridade política (Ruggie, 1982:380).

As normas irão direcionar o comportamento dos membros dos regimes com um viés voltado a resultados coletivos, os quais estão em convivência com os objetivos e convicções que são especificados nos princípios do regime (Hasenclever *et al.*, 1997: 9). As regras neste caso irão converter tais normas em prescrições e proibições, podendo até transformá-las em obrigações. Por fim, os procedimentos para tomada de decisão agregam na consolidação do regime (Muller, 1993: 362 apud Hasenclever *et al.*, 1997: 10). Questiona-se, portanto, como tais instituições internacionais<sup>18</sup> podem influenciar o comportamento estatal e quais são particularidades desses arranjos institucionais que os permitem tal feito.

Hasenclever *et al.* (1997: 2) consideram duas características principais dos regimes para analisar a relevância da instituição: efetividade e robustez. O regime pode ser efetivo por dois meios: quando seus membros aceitam suas normas e regras; ou quando se alcança certos objetivos e cumpre certas finalidades. Em suma, seria sua capacidade de garantir que os Estados cooperem em determinada área de interesse. De outra parte, a robustez, ou resiliência, se apresenta quando o regime permanece com as mesmas normas e regras mesmo quando há alteração entre seus membros. Conquanto, cabe frisar que os regimes não são estáticos e podem sofrer alterações devido às alterações no seu poder interno, forças exógenas ou contradições internas (Young, 1982:96).

Diante desta perspectiva, o grau do impacto institucional na política global é baseado nos modelos behavioristas, onde os autores fazem suposições a partir da natureza e das motivações dos atores estatais. A abordagem neoliberal se adequa de forma mais contundente no nosso quadro de análise e, portanto, é essencial seu detalhamento.

Esta abordagem é fundamentada nos interesses e representa a abordagem basilar ao analisar instituições internacionais, focando-se nos custos transacionais de informações. Nesta vertente, os Estados se preocupam com os ganhos absolutos em suas atividades e transações e os regimes se apresentam tanto robustos quanto resilientes (Hasenclever *et al.*, 1997: 3).

---

<sup>18</sup> Muitos estudiosos de regimes internacionais os consideram como um caso especial de instituições internacionais. Muitas vezes, inclusive, a palavra instituição é utilizada no lugar de regime.

Em suma, no último quarto do século XX, as organizações internacionais tem sido exaltadas devido à suposição que a globalização requiere as OIs no cerne de qualquer sistema de governança global. Pela intensa frequência de conflitos internacionais durante o século XX, os esforços para mitigá-los se traduziam na expansão das organizações internacionais. No que tange a coordenação de interesses e convergência de expectativas, as premissas liberais se mostravam favoráveis e preferíveis aos olhos dos teóricos no final do século XX. As OIs e os regimes são gradativamente levadas a se responsabilizarem pela governança global.

### **1.2.2. *Soft-power*: A dimensão cultural valorizada**

Relembrando Nicolau Maquiavel, há aproximadamente cinco séculos atrás, um príncipe deveria ser mais temido do que amado. Contudo, diante das dinâmicas atuais, é melhor considerar ambos sendo importantes. Nye (2004: 1) sugere que conquistar mentes e corações sempre foi importante, mas na era da globalização tal característica é ressaltada.

Segundo este raciocínio, os teóricos pluralistas defendem que as preocupações acerca da segurança nacional são relevantes, no entanto, é incontestável a preocupação com questões de cunho econômico, social e ecológico, que decorrem da interdependência entre Estados e sociedade no século XX, suscitando a ascensão de instituições internacionais.

Contudo, uma das ferramentas mais importantes neste contexto de declínio estatal e ascensão de atores não estatais é a revolução das telecomunicações e da informática, embora muitas vezes suas consequências políticas e sociais tenham sido ignoradas (Matthews, 1997). Segundo Krasner (1991), a relevância dos meios de comunicação e os regimes que os compõe são fatores relevantes no contexto atual. A tecnologia amplamente acessível quebrou o monopólio dos governos sobre o acesso e gestão da informação. Matthews (1997) expõe que:

*In every sphere of activity, instantaneous access to information and the ability to put it to use multiplies the number of players who matter and reduces the number*

*who command great authority. The effect on the loudest voice -- which has been government's -- has been the greatest.*<sup>19</sup>

Consequentemente, o recrudescimento do fenômeno da globalização ao final do século XX é resultado dessa expansão tecnológica que desenvolveu uma agilidade e profundidade nas relações entre atores, além da redução dos custos derivados destas relações. Isto a diferencia da globalização que ocorre desde séculos atrás, tanto pela sua magnitude quanto pela sua complexidade.

Apesar do exposto, como fora supracitado, as teorias caracterizadas pelo estatocentrismo dominaram as RI até meados da década de 70. Por isso, verificava-se o destaque do *hard power* nas relações interestatais. Contudo, com a relativização das questões de cunho militar e a proeminência de questões culturais, surge o *soft-power*.

No que tange o estudo de poder, há muitas nuances imperceptíveis devido ao seu caráter abrangente e, desta forma, o poder não é estático envolvendo vários aspectos da política de um ator, seja ele estatal ou não. Entretanto, este trabalho se baseia no conceito de poder que Joseph Nye (2002: 30) infere-o, “em termos simples, como a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los”.

A expansão das questões culturais na agenda estatal direciona os acadêmicos de RI e políticos a observarem duas vertentes distintas de poder, o *hard power* e uma “segunda face de poder” (Nye, 2004), o *soft power*. As aferições acerca do conceito de *hard-power* se desdobram pelos métodos tradicionais de um Estado alcançar seu objetivo, através do uso da coerção e induções, ou seja, sua capacidade militar e econômica. Ele se define por “*the ability to get others to act in ways that are contrary to their initial preferences and strategies*”<sup>20</sup> (Nye, 2011: 11).

Ao contrário, o termo *soft power*, criado por Joseph Nye no final da década de 80, não é uma forma de idealismo ou liberalismo, é simplesmente uma forma de poder, sendo um conceito descritivo e não normativo (Nye, 2011: 82). O *soft power* se consolida como

---

<sup>19</sup> Tradução livre da autora: “Em todas as esferas da atividade, o acesso instantâneo à informação e a capacidade de colocá-lo em prática multiplica o número de jogadores que são importantes e reduz o número que exercem grande autoridade. O efeito sobre a voz mais alta - que tem sido do governo - foi enorme” (Matthews, 1997).

<sup>20</sup> Tradução livre da autora: “A habilidade de fazer os outros agirem de forma contrária a suas estratégias e preferências iniciais” (Nye, 2011: 11).

“the ability to achieve goals through attraction rather than coercion”<sup>21</sup> (Nye, 2004: 5). Este poder possibilita uma mudança no comportamento de outros atores, sem o conflito ou competição, apenas utilizando ferramentas de persuasão e atração. Caracteriza-se pela habilidade do agente em moldar as preferências de terceiros.

Neste sentido, identifica-se a semelhança com o conceito de influência de Dahl (1966: 72), o qual o define como sendo “uma relação entre agentes em que um induz outros a agirem de uma forma que de outra maneira não agiriam”. Contudo, apesar da analogia, não são termos sinônimos, pois influência também pode se dar através do *hard power*. Enquanto o *soft power* não é apenas o poder de persuasão, mas também de atração (Nye, 2004: 7).

O *hard power* e *soft power* são ambos aspectos da habilidade de atingir um objetivo afetando o comportamento de outro, no entanto, se diferem pela tangibilidade de seus recursos utilizados, como pode ser observado no Quadro 2, e na natureza de seu comportamento: coerção pelo *hard power* e cooptação pelo *soft power* (Nye, 2004: 7).

No que tange o escopo deste trabalho, as definições destes conceitos de forma assertiva é essencial para o sucesso do mesmo, visto que se analisará exatamente essa capacidade de poder e influência de uma organização desportiva, a FIFA.

Quadro 2. Eixos de Governança: Os tipos de poder e atores internacionais.

		← (hard)	Issue content	→ (soft)		
(Formal/ Institutional)		1 Military	2 Economic	3 Legal	4 Social	5 Cultural
↑ Human Agregation	A Organizations					
	B Regime					
	C Government					
↓	D Civil Society					
(Informal/ Network)	E Persons					

Fonte: Wessels, David (2009) International Relations 2: Notes <http://pweb.cc.sophia.ac.jp/wessels/irnotes22009edecomplete.pdf> [10 de janeiro de 2015]

<sup>21</sup> Tradução livre da autora: “A habilidade de alcançar objetivos através da atração ao invés da coerção” (Nye, 2004: 5).

O autor é enfático ao dizer que o *soft-power* tem o benefício de ser gratuito, não havendo a necessidade de recursos substanciais, além de ter consequências limitadas em caso de fracasso. Contudo, apesar do seu caráter “brando”, como todo tipo de poder o *soft power* nem sempre é utilizado exclusivamente para bons propósitos. A fim de exemplificação, nota-se sua utilização por Hitler, Stalin e Mao como forma de propaganda estatal (Nye, 2011: 81).

Uma das premissas fundadoras deste conceito de Nye (2011: 83) encontra-se na crença que os Estados democráticos são mais propensos a utilizar o *soft power* do que o *hard power*. Apesar de transparecer menos custoso e complexo que o *hard power*, o poder “brando” perde-se e danifica-se facilmente, sendo, contudo, difícil de recuperar.

Mesmo sendo uma característica liberal de cunho anglo-saxã, este poder é intrínseco a outros Estados atores não estatais (por ex. ONGs), corporações, instituições e até mesmo redes terroristas transnacionais (Keohane, 2011:83). Os Estados podem, portanto, utilizar as instituições para promover seus valores.

Ser reconhecido positivamente por seus valores e características por outros Estados é um exímio exemplo de *soft power* e de grande efetividade política diplomática. Todavia, sua utilização não está totalmente sob o controle estatal, visto que valores e cultura estão incrustados na sociedade. Nye (2011) esboça o conceito de cultura como o padrão de comportamento social, no qual os grupos transmitem conhecimento e valores. Contudo, esta variável cultural apresenta um elevado grau de subjetividade, visto que os valores culturais são consideravelmente diferentes mesmo dentro de um próprio Estado. Quanto mais esses valores são estimados, maior sua capacidade política de influenciar outro agente.

Por conseguinte, as fontes de *soft power* se encontram em três questões básicas: 1) cultura<sup>22</sup> (desde que seja atraente aos demais); 2) valores políticos (quando coerente tanto domesticamente e internacionalmente), e 3) sua política externa (quando terceiros o vêem como legítimo e detentor de autoridade moral) (Nye, 2011: 84).

O *soft power* apesar de parecer simples se torna complexo diante da dificuldade de se criar credibilidade e confiança. Como demonstrado no Quadro 3, o poder de sedução e a criação de efeitos positivos são facilitados devido a algumas qualidades do agente, por exemplo, competência, carisma e a benignidade.

---

<sup>22</sup> Cultura, segundo Nye (2004) é o conjunto de práticas que cria valor para a sociedade.

Fazendo alusão a este viés cultural, o desporto constitui atualmente um elemento do *soft power* para muitos países. O Brasil, por exemplo, segundo Nye (2011) possui dois elementos essenciais de *soft power* no plano internacional – “Brazil’s popular culture of carnival and football has transnational appeal, and it has adopted a foreign policy designed to project a positive image in Latin America and beyond”<sup>23</sup> (Nye, 2011: 176) –, e a China teria aumentado o seu poder demonstrando sua habilidade em sediar um evento de sucesso como as Olimpíadas de 2008 (Nye, 2011: 182).

Quadro 3. Transição dos Recursos de *Soft Power* em Comportamentos (resultados)



Fonte: Nye, Joseph S. (2011) *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 100, Figura 4.2.

Devido a esse caráter intangível e relativo, o *soft power* é difícil de ser mensurado, porém, foi criado o *Ranking of Soft Power* pelo *Institute for Government*<sup>24</sup>, em parceria com a revista *Monocle*, embasado em um conjunto de variáveis objetivas e subjetivas com o intuito de capturar a capacidade de *soft power* de cada país (McClory, 2010: 1). Entre as diversas variáveis consideradas, o instituto considera métricas relacionadas ao desporto. Chama a atenção a consideração do ‘perfil olímpico’ do Estado, o qual contabiliza o número de medalhas de ouro nas últimas Olimpíadas, e o ‘status no futebol internacional’, considerando a posição do país no ranking da FIFA (McClory, 2011, 2012). Além disso, o desporto ainda pode se correlacionar com outras métricas culturais, como de Turistas,

---

<sup>23</sup> Tradução livre da autora: “A cultura popular de carnaval e futebol do Brasil tem um apelo transnacional, e adotou uma política externa estruturada para projetar uma imagem positiva na América Latina e além dela” (Nye, 2011: 176).

<sup>24</sup> O *Institute for Government* é um instituto independente que tem por objetivo o fortalecimento da efetividade governamental. Sua sede se encontra na Grã Bretanha e trabalha diretamente com os partidos em Westminster. Seus eventos e pesquisas focam nos desafios da governança global.

Gastos de Turistas e Correspondentes Estrangeiros (Oliveira, 2014). Estas ligações serão exemplificadas ao longo deste trabalho.

Por fim, Nye (2011: 105) ainda faz uma alusão ao termo “diplomacia pública”, o qual se refere, além da comunicação necessária para criar uma credibilidade, a construção de relações contínuas e estáveis que permitem um ambiente favorável às políticas governamentais.

Essa mistura de comunicação com construção de relacionamentos duradouros apresenta três ciclos: 1) comunicação diária, a capacidade de antecipação diante de informações erradas, enganosas ou falsas; 2) comunicação estratégica, o desenvolvimento de um conjunto de temas simples assim como uma campanha política; 3) desenvolvimento de relacionamentos duradouros com atores chaves através de seminários, conferências e acesso a canais de mídia.

Os três ciclos contribuem na criação de uma imagem positiva dos governos de forma a contribuir na obtenção dos resultados auferidos.

Em suma, informação gera poder a atores internacionais e diante da difusão de informações, uma grande parte do mundo tem acesso a esse poder. Os governos não são exclusivos no sistema internacional e se confrontam com ONGIs, OIGs e corporações com o intuito de alcançar o poder, como forma de ressaltar sua credibilidade através do seu discurso e valores. O poder militar e econômico, que antigamente garantiam o poder de uma nação, hoje é substituído pelo seu poder de sedução e atração a partir de seus valores culturais. Por isto, neste contexto de difusão de informações, desenvolvimento tecnológico e expansão do poder de instituições, que o *soft power* se torna uma parte consideravelmente importante na estratégia de poder e, conseqüentemente, o desporto passa a ser reconhecido como uma ferramenta política pelos atores internacionais.

## 2. DESPORTO, PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A agenda política internacional apresenta uma capacidade fascinante de transformação e adaptação ao contexto do século que vivencia. Aqueles que a estudam devem, portanto demonstrar a mesma flexibilidade e adaptabilidade que o seu objeto de estudo.

Os assuntos mais tradicionais, como questões territoriais, militares, guerra e paz, afirmação de nacionalidades, diplomacia e tratados internacionais se mantêm em pauta. Apesar disso, assim como fora amplamente abordado no capítulo anterior, a sociedade internacional vivenciou momentos de grandes transformações nas últimas décadas, surgindo conceitos como interdependência complexa, agenda múltipla, *soft power*, dentre tantos outros. Desta forma, este universo da política internacional se expande para novos temas globais, obtendo similar interesse de estadistas e estudiosos.

Nesta política contemporânea, o desporto se destaca como um vetor do nacionalismo e um instrumento de política externa, sendo utilizado como propaganda e divulgação institucional dos países. Como Vasconcelos enfatiza,

“Contemporaneamente, as potências econômicas e, não por raro acaso, também as forças mais expressivas do cenário esportivo mundial, perfilam as questões esportivas entre os pilares de soerguimento de suas sociedades nacionais e de sustentação de imagem externa.” (2011: 13).

Em consonância com o discorrido, o que torna o desporto um meio formidável para a manifestação de sentimentos nacionalistas é a facilidade com que ele promove, tanto em atores individuais como coletivos, privados e públicos, essa identificação com a nação (Vasconcellos, 2011: 11).

Hill (2004: 1) endossa o desporto como sendo o ópio das massas na sociedade atual, tendo uma representatividade maior do que muitos grupos políticos e religiosos.

*Sport is now a mirror in which nations, men and women and social classes see themselves. The image is something bright, sometimes dark, sometimes distorted, sometimes magnified. This metaphorical mirror is a source of exhilaration and depression, security and insecurity, pride and humiliation, association and disassociation. ' With the result that, 'as sport has grown to a gargantuan size, progressively replacing religion in its power to excite passion, provide emotional escape, offer fraternal (and increasingly sororital) bonding, it has come to loom larger and larger in the lives of Europeans and others. The force of its appeal*

*surprises only the ignorant, yet its appeal is astounding.* (Mangan, 2004 *apud* Levermore e Budd, 2004:xi)<sup>25</sup>

Os casos de entrelaçamento político-esportivos são concernidos em abundância, englobando até mesmo casos transnacional/nacional, dado o caso FIFA e países sede da Copa do Mundo. Os eventos desportivos, também corretamente referidos como espetáculos desportivos, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA de Futebol, se transformaram nos maiores eventos da atualidade, sendo palcos para a afirmação do poder estatal. Estes eventos, com toda sua grandiosidade, reafirmaram a mercantilização do desporto, incutindo na afluência e conflitos de interesses de atores estatais e não estatais (Vasconcellos, 2011: 8).

Por isso, o desporto também se encontra intrinsecamente relacionado com a economia política internacional, devido ao alto grau de participação da sociedade em atividades desportivas, amadoras ou profissionais, como atletas ou telespectadores. Por isso, o desporto contribui em grande escala para a riqueza dos países, principalmente no sistema capitalista (Hill, 2004:2). Basta destacarmos as volumosas transações financeiras e comerciais advindas dos megaeventos desportivos (Vasconcellos, 2011: 14).

No que tange o aspecto social, o desporto está intimamente ligado ao seu caráter cultural. O desporto adquire maior representatividade na cultura popular de um país, orientando tomadores de decisão ao cerne do convívio social, reconhecendo a orientação da cultura das massas.

Os programas culturais e sociais desenvolvidos por organizações internacionais, como a própria ONU, são fortemente marcados pela utilidade social e cultural do desporto, utilizando-o de uma forma benéfica o seu poder. Passa a ser de utilidade pública, a utilização da imagem de desportistas reconhecidos internacionalmente para expandir o alcance destes programas a nível internacional. Segundo o ex-presidente de Israel, Shimon Peres, o desporto é uma ferramenta de essencial importância na promoção de ações educacionais entre o povo israelense e palestino. Peres, inclusive, mencionou que os atletas

---

<sup>25</sup> Tradução livre da autora: “O desporto é agora um espelho, no qual nações, homens, mulheres e classes sociais se veem. A imagem é brilhante, às vezes escura, às vezes distorcida, às vezes ampliada. Este espelho metafórico é a fonte de alegria e tristeza, segurança e insegurança, orgulho e humilhação, de associação e dissociação. Visto que, ‘como o desporto tem crescido a um tamanho gigantesco, substituindo progressivamente a religião em seu poder para excitar a paixão, proporcionar uma fuga emocional, oferecer uma ligação fraterna (e cada vez mais de irmandade), vem aparecendo cada vez mais na vida dos europeus e de outros povos. A força do seu recurso surpreende apenas o ignorante, pois o seu apelo é surpreendente.” (Mangan, 2004 *apud* Levermore, 2004: xi).

desportivos “podem fazer pela paz, com os pés, muito mais do que nós, políticos, podemos fazer com a cabeça” (Vasconcellos, 2011: 40).

Em oposição à perspectiva realista, acredita-se que a cultura contribui na construção da imagem e reputação de um Estado internacionalmente, até mesmo na autoestima de seus cidadãos (Taylor, 1986: 29). O histórico jogo entre Alemanha e Brasil na Copa do Mundo FIFA 2014, no qual a seleção de futebol brasileira perdeu de 7x1 jogando em casa, a autoestima dos brasileiros ficou abalada internacionalmente, sendo motivo de piadas mesmo um ano após o jogo. Nota-se, portanto, que neste viés cultural o desporto tem um papel expressivo.

Em suma, com a profundidade das relações sociais contemporâneas, a volumosa movimentação econômica derivada dos eventos desportivos e a diversidade e amplitude da atividade desportiva concernente à divulgação institucional do Estado, o status adquirido pelo desporto foi ampliado e tem alcance em diversos países, independente de seu regime político, sistema econômico ou nível de desenvolvimento social (Vasconcellos, 2011: 14).

Torna-se claro, assim, a relevância e relação axiomática da vida social e internacional com o desporto, contudo, raramente são encontrados trabalhos com referência ao desporto na área de Ciência Política. Apesar da vasta bibliografia apresentada no ramo sociológico do desporto (*Sport in Society, Sociology of Sport Journal, International Journal for the Sociology of Sport, Soccer and Society, International Journal of Sport Policy* etc.), ainda há dificuldade em permear o *mainstream* de Relações Internacionais.

Diante deste caráter político e multifacetado do desporto, este capítulo desenvolver-se-á inicialmente apresentando um breve histórico do desporto nas Relações Internacionais, onde, além de expor a negligência mútua entre desporto e RI até a década de 80, possibilita a identificação de idiosincrasias culturais, sociais, econômicas e, sobretudo, políticas destas manifestações desportivas. Consequentemente, será abordado essa utilização do desporto como uma ferramenta política, fazendo alusão ao conceito de *soft power* discutido no capítulo anterior. E por fim, mas não menos importante, analisar-se-á a institucionalização do desporto em linhas gerais, e, posteriormente, a institucionalização do futebol, onde organizações internacionais, apoiadas no significado cultural e político do desporto instituíram a governança do futebol.

## 2.1. Breve Histórico do Desporto nas Relações Internacionais

Até meados da década de 80, as análises acadêmicas da área de Relações Internacionais eram focadas apenas nas relações interestatais, devido à crença no caráter unitário do Estado e à suposição westphaliana, na qual o Estado é o ator principal na política internacional.

Em consonância com o predomínio desta perspectiva realista, nota-se que, até o período supracitado, a área de Relações Internacionais apresentava poucos artigos destinados à importância do desporto no sistema internacional, devido à escassez de relevância securitária ou a incapacidade de ser tema prioritário nas relações governamentais. Trevor Taylor (1986), um dos precursores da análise do desporto em RI, em seu artigo “*Sport and International Relations: A case of Mutual Neglect*”, denomina a relação entre desporto e relações internacionais como um caso de negligência mútua, no qual ambos não davam a devida importância ao estudo do outro.

Neste trabalho fica evidente que o desporto pode ser um objeto de estudo das RI sob diversas lentes de análise, desde economia neoliberal, diplomacia e guerra à globalização cultural, formação da identidade nacional e a mídia. Ainda assim, mantém-se esta negligência mútua, sendo raramente encontradas menções ao desporto em artigos científicos do *mainstream* de Relações Internacionais, inclusive na produção acadêmica brasileira e portuguesa. Em sua grande maioria são estudiosos de Sociologia, História e Ciência Política anglo-saxãs (Suppo, 2012:398).

Até a publicação de Trevor Taylor em 1986, o único livro voltado para a área de Relações Internacionais era “*Sport and International Relations*” de Benjamin Lowe (1978). Após a publicação de Trevor Taylor nota-se um crescimento modesto no número de publicações que incorporam esse escopo. Dentre estes, destaca-se o trabalho de Barrie Houlihan (1994) em “*Sport and International Politics*”, e a publicação de Roger Levermore e Adrian Budd (2004), “*Sport and International Relations: An Emerging Relationship*”.

Além da negligência encontrada no estudo da importância do fator “desporto” no âmbito das RI, observa-se que este distanciamento ocorre na própria área política, decorrente do desinteresse de muitos desportistas na política e de políticos na área desportiva, com a crença que este distanciamento é benéfico a ambos. Na década de 80,

Hugo Porta, um famoso jogador de rugby argentino, declarou que “*sport must be placed here and politics over there: they must always be kept separate*” (Taylor, 1986: 28)<sup>26</sup>, após descobrir que os conflitos acerca das Ilhas Malvinas poderiam prejudicar o relacionamento anglo-argentino no rugby.

Contudo, tradicionalmente, os estudos aliando desporto e política apresentam diversas funções do desporto como veículos, nos quais os objetivos políticos podem ser realizados. Desde os trabalhos mais antigos até os mais recentes, as propostas de estudo focam no desporto como ferramenta política e no movimento desportivo moderno, o qual detém, por si só, uma grande carga ideológica (Beacom, 2000: 4).

Segundo Hill (1996), o desporto internacional necessita do interesse e apoio dos políticos, mas sua intervenção não seria profícua. Os políticos, não obstante, estimam a dimensão política do desporto e a exploram quando podem.

Houlihan (1994) contrapõe as perspectivas teóricas de Relações Internacionais com os pontos-chaves do desporto internacional, proporcionando um embasamento teórico para futuros estudos sobre desporto e RI. Por isso, desde 1994, a suposição de um contínuo crescimento das instituições desportivas-chaves no cenário internacional ganha força. E Levermore e Budd (2004: 11), reiteram a força do desporto argumentando que ele tem sido, de forma intermitente, um veículo para uma expressão que contrapõe o pensamento basilar do realismo, de um mundo simplesmente dividido em Estados-nação.

Com o crescimento da questão de interdependência estatal, integração internacional e a noção de sociedade mundial, o desporto conquista, lentamente, maior atenção entre os acadêmicos de Relações Internacionais (Taylor, 1986: 32). Nota-se que o tema do desporto ganhou força em RI principalmente com o fortalecimento das teorias pluralistas, atribuindo crescente importância para as organizações internacionais não governamentais. No papel de ONGs estas organizações apresentam sua capacidade em influenciar decisões governamentais devido a seus recursos políticos e econômicos, que os permitem realizar *lobby* e impactar as decisões políticas dos Estados (Murray, 1999:29 *apud* Beacom, 2000:6).

A verdade é que os Estados não são mais os principais atores no sistema internacional, dividindo o palco com corporações transnacionais e organizações

---

<sup>26</sup> Tradução livre da autora: “desporto deve se manter aqui e política lá: eles devem ser mantidos separadamente sempre”.

internacionais não governamentais. No caso do desporto, isto é perceptível em um nível significativo. Qualquer análise sobre o presente ou futuro do desporto no mundo se fundamenta mais nas atividades da FIFA, do COI, entre outros, do que dos próprios governos (Allison, 2005: 2). Conquanto, não podemos desconsiderar a relevância estatal em diversos aspectos, visto que em muitos assuntos, suas ações prevalecem.

Desde quando Trevor Taylor (1986) expôs a já referida negligência no estudo do desporto no âmbito das Relações Internacionais, esperava-se alguma evolução na análise deste tema, visto que o estudo acadêmico do desporto foi estabelecido em áreas de grande interligação com RI como política e direito. A suposição que o desporto não tem influência significativa na atividade humana e nas dinâmicas internacionais tem sido constantemente contestada. O desporto se apresenta essencialmente internacional, principalmente após a intensificação do fenômeno da globalização (Allisson e Monnignton, 2005: 5).

Foi no âmbito da atividade desportiva que se desenvolveram importantes organizações internacionais, em alguns casos com autonomia superior a muitos países, como sejam o Comitê Olímpico Internacional e FIFA. Além disso, contribui consideravelmente para a imagem e propaganda de Estados e para a interação de jovens na sociedade internacional (Allisson e Monnignton, 2005: 5). Nomes como Ayrton Senna e Pelé tiveram maior impacto na formação de jovens brasileiros do que nomes como Paulo Coelho ou Machado de Assis.

É compreensível não encontrarmos menção ao desporto em livros tradicionais de teorias de Relações Internacionais. No entanto, é de se estranhar sua ausência, quase completa, em livros atuais. Por isso, notando-se esta ausência de uma base teórica mais robusta do ponto de vista acadêmico devido, principalmente, ao domínio das teorias de cunho realista, Hugo Suppo (2012), fundamentado no artigo de Taylor (1986: 35-36), argumenta sobre quatro pontos pelos quais o desporto deve ser considerado pelos acadêmicos da área:

- a. É um fator de grande relevância social e cultural;
- b. A globalização e internacionalização do desporto afeta os Estados diretamente podendo criar uma interdependência, mesmo diante de um sistema anárquico;
- c. O desporto se constitui numa ótima ferramenta de política governamental;

d. As organizações privadas internacionais detentoras da administração do desporto são relevantes ao ponto de serem analisadas segundo o quadro de análise global das organizações internacionais e transnacionais (Suppo, 2012).

Levando com deferência os temas acima aludidos, os tópicos subsequentes abordarão, a partir de evidências históricas, a utilização do desporto como uma ferramenta eficaz do *soft power* pelos Estados, possibilitando o fortalecimento de sua identidade nacional e propaganda estatal. Posteriormente, será explorada a questão da institucionalização do desporto, buscando esclarecer qual foi o contexto que resultou na necessidade de criação de organizações desportivas para a governança do desporto. Acreditamos que ambos estejam intrinsecamente relacionados, pois é devido à importância dada pelos governos ao desporto que as organizações desportivas se fortalecem. E, por fim, delinearemos uma análise mais detalhada dos megaeventos desportivos, como eventos mediáticos que fornecem recursos culturais refletidos sobre a identidade do país, transformam a infraestrutura urbana e orientam as nações para a sociedade internacional e global.

## **2.2. O desporto como ferramenta política governamental**

De acordo com Houlihan (1994), o prestígio do desporto no sistema contemporâneo explica-se pelo fato de ser considerado o fenômeno cultural mais importante do século XX. O aumento do interesse dos chefes de Estado em eventos e assuntos relacionados ao desporto se deve a singularidade dessa atividade cultural, social e econômica, sendo refletida, inclusive, na criação de Ministérios do Desporto em grande parte dos países do mundo (Lowe *et al*, 1978)

Porém, evidenciamos que para entendermos essa política do desporto ou, até mesmo, o lugar da política no desporto, é de suma importância, primeiramente, se atentar e relembrar os conceitos de poder e política apresentados no primeiro capítulo.

A política é definida, por muitos cientistas políticos, como sendo as ações do Estado e, em particular, o papel do governo e o uso autoritário de seu poder, a fim de estipular regras e leis que tenham precedência sobre outras leis de outras áreas da sociedade (Houlihan, 2008: 34). Neste sentido, deve-se dizer que uma ferramenta política

nada mais é do que um meio ou uma atividade que é utilizada pelo governo como uma forma de seu poder com o intuito de alcançar seus objetivos estatais que impactarão na vida da população.

Mas qual é a melhor definição de poder? Considerando a elucidação de Joseph Nye (2002: 30), reconhecemos que poder seria “a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los”. Complementando esta definição, Houlihan (2008: 34) explana que poder é frequentemente conceituado como propriedade de instituições políticas e como um recurso que permite àqueles que o detém em conquistar seus objetivos particulares.

Desta forma, quando cientistas políticos e estudiosos desportivos aclamam o desporto como uma ferramenta política de poder, consideram-no como um meio a ser utilizado pelo Estado a fim de atingir seus objetivos políticos. Porém, vale ressaltar que a partir de uma perspectiva pluralista, podemos considerar o desporto como sendo um instrumento do *soft power*, ou poder brando, reconhecido como um poder que não utiliza a coerção para atingir seu resultado e é caracterizado principalmente pela cultura, a qual está intrinsicamente ligada ao desporto. Apesar de alguns Estados considerarem o desporto como um mero símbolo de sua aceitação na comunidade internacional (Allison e Monnington, 2005: 6), inúmeros casos podem ser arrolados sobre a utilização do desporto como ferramenta política durante o século XX, sendo explicados até mesmo pela teoria realista de RI devido ao seu foco no poder estatal (Houlihan, 1994: 57).

É de se notar, por exemplo, que mesmo em momentos de tensão internacional, a utilização do desporto se apresenta como uma forma viável e efetiva para pressionar atitudes ou ações condenáveis de um Estado. Constata-se a recorrência do uso dos boicotes pelos governos como uma alternativa estratégica de custo baixo comparado a outros métodos políticos (Allison e Monnington, 2005: 6). Um caso que merece ser evidenciado ocorreu em 1980, nas Olimpíadas de Moscow, liderado pelo USOC (United States Olympic Committee), o qual sofreu pressão do governo estadunidense para não enviar sua delegação a Moscovo, como forma de repressão à invasão da URSS ao Afeganistão (Allison e Monnington, 2005:6; Taylor, 1986:32). Outros casos condignos de se evidenciar foram às séries de boicotes, por países africanos e por países da *Commonwealth*<sup>27</sup>, ao

---

<sup>27</sup> *Commonwealth* é uma associação voluntária de 53 Estados soberanos iguais e independentes. Os países tem o apoio de uma rede ativa de mais de 80 organizações culturais, profissionais, intergovernamentais e

regime político<sup>28</sup> da África do Sul antes de entrar em colapso. Este caso inclusive é tido como um exemplo efetivo, pois teve um efeito direto na queda do *apartheid*. Um caso ainda mais recente é observado quando os países árabes em 2000 pediram a várias organizações desportivas como COI, FIFA E UEFA (União das Federações Europeias de Futebol) que Israel fosse excluída do circuito internacional de eventos desportivos até que Ariel Sharon, primeiro-ministro de Israel consentisse com alterações políticas na região (Vasconcellos, 2011: 11 *apud* Oliveira, 2011: 27).

Contudo, o envolvimento de um governo no desporto é moldado de acordo com o regime político e sistema econômico do Estado, influenciando diretamente na sua visão ideológica do papel do Estado na sociedade. Por isso, a relação entre Estado e desporto se apresentará de formas diferentes dependendo desta visão ideológica. Estados totalitários buscarão um papel mais ativo, visto sua necessidade de gerir todos os aspectos da vida da sua população. Em contrapartida, um regime que acredita na intervenção mínima estatal, não terá uma relação tão estrita com o desporto (Taylor, 1986: 39).

Os Estados comunistas acreditavam ser evidente a necessidade de um controle estatal sobre o desporto. O governo da Alemanha Oriental chegou a destinar cerca de 2% do seu PIB ao desenvolvimento do desporto. Para ganhar aliados nos países em desenvolvimento, estes Estados comunistas utilizaram o desporto como parte do seu programa de ajuda internacional, enviando técnicos e assistência desportiva para países em desenvolvimento (Taylor, 1986:39). Em Cuba, o presidente Castro considerou a vitória do time de vôlei cubano sobre os EUA como “*a sporting, psychological, patriotic and revolutionary victory*”<sup>29</sup> (Taylor, 1986:40).

*[...] Sporting achievements has become an important instrument of foreign policy. The utilisation of sport in establishing national prestige has taken sport out of the purely sporting realms, and had been responsible for changing many established customs and practices [...]* (Taylor, 1986:41)<sup>30</sup>

---

sociedade civil. Com exceção de Ruando e Moçambique, todos os países fizeram parte do Império Britânico. (Commonweath, 2015)

<sup>28</sup> O regime político mencionado é o *apartheid*, que se baseava num sistema de segregação racial na África do Sul, e que esteve vigente de 1948 a 1994.

<sup>29</sup> Tradução livre da autora, “uma vitória desportiva, psicológica, patriota e revolucionária” (Taylor, 1986:40).

<sup>30</sup> Tradução livre da autora: “Realizações desportivas se tornaram um importante instrumento de política externa. A utilização do desporto no estabelecimento de prestígio nacional tirou o desporto do âmbito puramente desportivo e tem sido responsável por mudar muitas práticas e costumes já estabelecidos” (Taylor, 1986:41).

No período entre as duas Grandes Guerras, o desporto ocupou também o espaço entre as esferas públicas e privadas. O aumento dos eventos desportivos neste período e o seu recorrente sucesso de público foi acentuado por esse desenvolvimento dos meios de comunicação (Taylor, 1986: 32, Vasconcellos, 2011: 11). Vale ainda ressaltar que a primeira Copa do Mundo FIFA de futebol foi realizada neste período, em 1930.

Cumpre-nos assinalar, entretanto, que desde o início do século XX, constata-se a utilização do desporto pelos governos, tanto democráticos quanto autoritários, como uma ferramenta política seja com um intuito militar, social ou meramente político.

Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, atribuía enorme poder ao desporto, utilizando-o inúmeras vezes como uma forma de unir o povo de seu país. A importância do desporto nas dinâmicas humanas, política e econômicas era reconhecida pelo político sul-africano com grande estima e pode ser observada na declaração a seguir:

Sport has the power to change the world...it has the power to inspire. It has the power to unite people in a way that little else does. It speaks to youth in a language they understand. Sport can create hope where once there was only despair. It is more powerful than government in breaking down racial barriers (Mandela, 2000? *apud* Longman, 2013)<sup>31</sup>.

Tendo consciência do apreço ao desporto pela população sul-africana, é possível identificar dois momentos de destaque durante sua trajetória política que se remetem ao desporto. O primeiro momento foi em 1995, um ano após sua eleição e queda do *apartheid*, quando ele utilizou a Copa do Mundo de Raguebi, sediada na África do Sul, para unir a população e derrubar as barreiras raciais, que ainda eram muito visíveis na época. Neste caso, o grande objetivo era ganhar a competição (Edwards, 2013). Não obstante a isto, seu último grande triunfo como político foi a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2010, com o intuito de demonstrar à comunidade internacional a capacidade da África do Sul como ator político relevante, a partir do momento que sediava um evento deste porte com sucesso.

Alguns países apoiam-se no desporto como uma ferramenta para contribuir para o seu reconhecimento perante a comunidade internacional, contudo, países que já são bem

---

<sup>31</sup> Tradução livre da autora: “O desporto tem o poder de mudar o mundo..tem o poder de inspirar. Tem o poder de unir as pessoas de um modo que poucos tem. Fala com a juventude numa linguagem que ela entende. Desporto pode criar esperança onde havia apenas desespero. É mais poderoso que o governo em quebrar as barreiras raciais” (Mandela, 2000 ? *apud* Longman, 2013)

estruturados politicamente e economicamente, como a China, acreditam no desporto como uma forma de demonstrar seu status. Delineia-se como exemplo o desejo da China em sediar os Jogos Olímpicos de 2000 como forma de demonstrar sua maturidade estatal no sistema internacional. Isto se deve à sua imagem fragilizada nos países ocidentais naquele contexto, no qual sua cultura antiga dificultava o conhecimento por essas culturas ocidentais (Taylor, 1986: 37, Allison e Monnington, 2005: 6).

O fato de o governo considerar o desporto uma atividade de grande relevância na vida social e cultural de uma sociedade já explica as diversas funções que lhe foram concedidas ao longo dos últimos anos.

O desporto é extensivamente utilizado como uma ferramenta de propagação da cultura e valores nacionais internacionalmente. O sentimento nacionalista que está representado nos atletas e seleções nacionais ao participarem de eventos desportivos é raramente visto em outra arena.

Desta forma, o desporto transcende seu domínio puramente desportivo e permeia pela área cultural, social e econômica se transformando numa ferramenta única de política governamental, principalmente quando é estrategicamente utilizada (Taylor, 1986: 40).

A seguir abordaremos brevemente estas vertentes que transformam o desporto numa ferramenta política com alto grau de efetividade.

### **2.2.1. O desporto como fator cultural e sua função social**

O caráter lúdico e competitivo do desporto o transforma num aspecto recorrente da vida cotidiana da sociedade. A competição constatada nas atividades económicas e comerciais, como rankings de vendas, recordes de lucro, balança comercial, taxa de câmbio, exprime a abrangência e a presença deste aspecto desportivo no dia-a-dia de um país (Vasconcellos, 2011: 27).

Desde a Antiguidade, verificam-se atividades desportivas sendo utilizadas para a manutenção de rituais sagrados carregados de simbologia. Os gregos da Antiguidade consideravam essas atividades físicas o reflexo do culto da beleza e da força dos homens daquela nação. Contudo, estas características perderam o lugar para um contexto de preparação de guerra, o que indica que o interesse do Estado em desenvolver 'potências físicas' não é um fenómeno recente (Vasconcellos, 2011: 30; Budd, 2011: 42). Por via de

consequência, curiosamente, o interesse estatal no desporto iniciou-se com a preocupação da preparação militar para guerra.

Pela sua relação intrínseca com a saúde, a utilização do desporto pelas Forças Armadas se mantém fortemente até hoje. Ilustra-se, o governo Britânico que, dentre outros, concede prêmios e honrarias a vitoriosos desportistas como forma de reconhecer a importância desta atividade (Taylor, 1986: 40). Recentemente, observou-se um caso curioso nos Jogos Pan Americanos de Toronto 2015, onde atletas brasileiros, apoiados pela Força Aérea Brasileira (FAB)<sup>32</sup>, prestaram continência à bandeira do Brasil ao receberem medalhas por suas vitórias no Pan (FAB, 2015), causando uma série de especulações devido à representatividade do militarismo no cenário político brasileiro.<sup>33</sup>

Desta forma, a intervenção governamental em questões desportivas era, até meados da década de 60, associada a assuntos específicos, como necessidades militares, alternativas educacionais, etc. (Vasconcellos, 2011: 42, Suppo: 2011: 432). Países como França, Inglaterra e Alemanha, ainda no século XVI, aprofundavam-se em questões voltadas à utilização do desporto como uma prática educacional, sendo central para as políticas públicas e educação pelo desporto.

É de conhecimento geral a contribuição positiva do desporto na área educacional. Quando bem implementado no sistema educacional, o desporto é um meio formidável de educação, seja no ensino fundamental, médio ou superior<sup>34</sup>. Ele é essencial na construção do caráter das pessoas, instigando virtudes como autocontrole, disciplina e fair-play (Taylor, 1986: 40).

Seguindo o viés social, nota-se que, a partir da década de 60, organismos desportivos e os próprios governos se tornaram atores mais relevantes na questão de igualdade de gênero no desporto (Houlihan, 2005: 50). Nos países islâmicos, este caso se

---

<sup>32</sup> No Brasil há um programa chamado Programa de Atletas de Alto Rendimento dos Ministérios da Defesa e do Desporto, na qual dá suporte para atletas brasileiros de alta performance, desde suporte financeiro, à moradia, alimentação, etc.

<sup>33</sup> No ano de 2015, o Brasil enfrenta uma forte crise econômica e política, principalmente devido ao escândalo de corrupção da estatal Petrobrás. Por isso, inúmeras menções a impeachment da presidente Dilma Roussef e a volta da ditadura militar é observada em manifestações populares da sociedade brasileira. Assim, com a atitude de prestar continência à bandeira brasileira nos Jogos Pan Americanos levantou certos questionamentos a respeito do caráter militar da política brasileira.

<sup>34</sup> Os Estados Unidos pode ser citado como um ótimo exemplo da inserção do desporto no meio educacional. No ensino básico, a qualidade e diversidade de atividades estão espalhadas por todo o país nas escolas públicas, dando reais oportunidades inclusive de se tornarem grandes atletas. O ensino superior foca na sua especialização, sendo um passo importante para o profissionalismo no desporto (Taylor, 1986: 40).

torna mais evidente. Nos Jogos Olímpicos de Atlanta de 1996, cerca de 30 países enviaram exclusivamente representantes masculinos para as competições. Contudo, há claros sinais de avanço para e entrada gradual da mulher no desporto. Por exemplo, em 1993, o Irã sediou os primeiros Jogos Islâmicos Femininos, restrito ao público feminino. Mas foi apenas em 2012, nos Jogos Olímpicos de Londres, que países como Arábia Saudita, Brunei e Qatar, enviaram atletas do sexo feminino para a competição, marcando a estreia das mulheres muçulmanas desses países nas Olimpíadas. O COI representou grande importância neste apelo à igualdade de gênero, ameaçando suspender aqueles países que não cumprissem com as exigências da igualdade de gênero (BBC, 2012)

O desporto é um importante fator de mudança social, ou seja, deve ser considerado um direito social. Isto se atesta diante de várias declarações, convenções e tratados que dispõem o desporto como tal direito. Sendo assim, cabe ao Estado promover e garantir a prática desportiva na sociedade. No Brasil, o desporto é garantido pela Constituição Federal, no seu artigo 216<sup>35</sup> (Constituição Federal, 1988). Da mesma forma, a Constituição Portuguesa garante o desporto como um direito social no seu artigo 70, alínea “d”<sup>36</sup>.

Por fim, verifica-se que o desporto é um bem cultural e social importante para o desenvolvimento da sociedade, utilizado, desta forma, como uma ferramenta moldadora de políticas públicas. Logo, cabe ao Estado, fomentar e garantir, a prática desportiva nacional, a qual reflete na educação da sociedade e, conseqüentemente, na sua identidade nacional. Todavia, vale ressaltar que o âmbito cultural é ainda refletido pelos valores ocidentais que são propagados através dos valores esportivos.

### **2.2.2. O desporto como vetor do nacionalismo**

Tendo este caráter social e cultural do desporto, esta conjuntura logo contribuiu para instigar o seu caráter nacionalista e atraente à juventude, sendo destacáveis aqueles movimentos que o correlacionam com as atividades desportivas e políticas públicas

---

<sup>35</sup> Artigo 217. “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observado...”

<sup>36</sup> Artigo 70. “Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: [...] d) Na educação física e no desporto”

(Vasconcellos, 2011: 34). Pois, advindo do caráter militar, o desporto provoca naturalmente uma interligação com o sentimento nacionalista da população.

Após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), com as diversas mudanças que aconteciam no mundo como a ascensão de radicalismos autoritários nacionalistas<sup>37</sup>, o interesse no desporto pelos governos teve um aumento significativo. Segundo o historiador Eric Hobsbawn (1991), posteriormente a este episódio na história mundial, nota-se uma intensificação do sentimento nacionalista ultrapassando as áreas tradicionais deste debate. Com a comunicação em massa ganhando força com as novas tecnologias, os meios de propagação da identidade estatal ganhavam novas formas, sendo exploradas tanto por interesses estatais quanto privados (Vasconcellos, 2011: 10).

Deste modo, Trevor Taylor (1986, 38) enfatiza a relevância desta questão, pois para o autor, o desporto não é apenas uma atividade transnacional, mas um formidável instrumento de política governamental. Como exemplo, observa-se que o desporto é um substituto inofensivo da guerra, uma forma de diplomacia. Em competições internacionais, como os Jogos Olímpicos ou Copa do Mundo FIFA de Futebol, o país pode demonstrar sua superioridade por meios não militares, porém necessária para a manutenção da hegemonia estatal (Houlihan, 1994). Um caso amplamente conhecido é a rivalidade entre Argentina e Inglaterra devido à Guerra das Malvinas, transpassando o caráter militar ao duelo desportivo na final da Copa do Mundo de 1986, com a vitória, contestável, da Argentina.

De acordo com os realistas, sendo o Estado o mantenedor do equilíbrio e poder no sistema internacional, o desporto se torna um meio eficaz para o reconhecimento da sua soberania e do fortalecimento da sua identidade estatal. A utilização deste meio como parte do *'cultural package'* do Estado pode ser utilizado como uma alternativa em momentos de tensão internacional, como foi o caso da *ping-pong diplomacy*<sup>38</sup> entre China e Estados Unidos (Houlihan, 1994:57).

O governo alemão, por exemplo, atribuiu uma enorme importância ao seu sucesso desportivo nas Olimpíadas de Berlim em 1936, acreditando na potencial propaganda que tal

---

<sup>37</sup> Quando citamos radicalismos autoritários nacionalistas estamos nos referindo ao fascismo de Benedito Mussolini e ao nazismo de Adolf Hitler, os quais tiveram suas dinâmicas intensificadas após a Primeira Grande Guerra e davam grande importância às questões nacionalistas.

<sup>38</sup> *Ping-pong diplomacy* se refere ao evento em 1971, no qual a delegação de tênis de mesa dos Estados Unidos da América (EUA) foi convidada a visitar a China e se tornou a primeira delegação a estar na capital chinesa após 1949. O *ping-pong* era considerado um instrumento perfeito de propaganda comunista. (Roberts, 2014)

evento permitia, sendo uma oportunidade de impressionar os demais países pela capacidade e solidez do seu regime nazista (Beck, 2004: 79). A questão do prestígio nacional que o desporto proporciona estava fielmente ligada aos valores nazistas de propagação da supremacia de sua raça. A educação física era central no regime nazista alemão e, por isso, a construção deste estereótipo ariano foi representada com sucesso nas Olimpíadas de 1936, ficando em primeiro lugar no quadro de medalhas, à frente dos Estados Unidos (Oliveira, 2014: 29). Conjectura-se aqui a utilização do desporto como um vetor do prestígio nacional, resultando em uma ferramenta legítima de propagação do poder estatal.

*There is one sentence in German sports which we, who are National Socialists, [...] negate. The sentence is 'Politics do not belong in Sport'. For the Nazi, 'Politics belong in sports' [...] Sport must be recaptured [...] and used as a weapon for the genuine building of a nation [...] We Nazis want to educate the people through sport. (Malitz, 1935 apud Beck, 2004)<sup>39</sup>.*

As distinções culturais exprimem-se num elemento dominante na diferenciação estatal na era pós- Guerra Fria, suplantando as distinções políticas, econômicas e ideológicas, que passam a apresentar um caráter mais homogeneizado (Beacom, 2000: 10).

Com efeito, chega a ser visível à assertiva de que,

Por constituírem manifestações de cultura, influenciados pelas condições estruturais da sociedade, os desportos revelam-se na superestrutura social e podem concorrer para a mudança dos costumes e a requalificação de outros parâmetros da vida cotidiana (Vasconcellos, 2011: 40).

Assim sendo, a sociedade moderna apresenta o espetáculo desportivo como uma função social que se constitui num elemento de lazer à população, servindo como molde para políticas públicas culturais e sociais que visam o prestígio nacional, propaganda e sentimento nacionalista (Vasconcellos, 2011: 41).

Consequentemente, o desporto se transforma num importante vetor do nacionalismo, com a representação dos esportistas em nome de suas nações. O desempenho de seus atletas refletem as reais qualidades de uma nação, por isso, há este interesse estatal no desporto. Ele se difunde num elemento da política doméstica e externa.

---

<sup>39</sup> Tradução livre da autora: “Há uma frase no desporto alemão que nós, que somos nacional-socialistas, [...] negamos. A sentença é ‘Política não pertence ao desporto’. Para o nazista, ‘Política pertence ao desporto’. [...] O desporto deve ser recapturado [...] e usado como uma arma para a verdadeira construção de uma nação [...] Nós nazistas queremos educar as pessoas através do desporto.” (Malitz, 1935 apud Beck, 2004).

O que se tem, é, tão somente, o reconhecimento do desporto como uma forma de lazer, força social e política pelos governos, superando a posição marginal que lhe foi imposta até meados do século XX. Contudo, o desenvolvimento desportivo foi, até aquele momento, participante crucial na definição de identidade nacional. Visto que, conforme elucidado por Levermore (2004: 17), o discurso acerca do desporto, nomeadamente, sobre os eventos internacionais desportivos, molda conceitos (nação, identidade nacional, Estado-nação) que constroem a estrutura estatal.

### **2.3. A institucionalização do desporto a nível internacional**

Uma das razões descritas por Trevor Taylor (1986) como motivadoras e facilitadoras do estudo do desporto pelos estudantes de Relações Internacionais é o crescente poder das organizações internacionais desportivas como atores autônomos e independentes no sistema internacional. Conforme foi observado até então, o desporto se encontra enraizado na sociedade, desde atividades comerciais, sociais, educacionais, lúdicas, etc.

Portanto, é de se verificar que o processo de institucionalização desta atividade popular e a ascensão destas organizações a um nível global é relevante para a área de Relações Internacionais. A deferência à evolução das organizações internacionais desportivas pode oferecer introspecções aos teóricos de Relações Internacionais que se preocupam em compreender o cenário político internacional, o que não já não pode ser explicado por teorias tradicionais estatocentricas (Beacom, 2000: 12).

O declínio de análises centradas no poder dominante do Estado e as potencialidades de cooperação que encontramos ainda hoje permite considerarmos a cooperação internacional que o desporto desenvolveu, na medida em que constituíram suas próprias instituições e governos globais. Apesar do caráter anárquico do sistema internacional, o desporto desenvolveu uma estrutura única de centenas de organizações privadas internacionais (Taylor, 1986:42).

As últimas três décadas do século XIX foram marcadas pela transformação e inovação de atividades cotidianas e, principalmente, a institucionalização de diversos desportos a nível nacional e até mesmo internacional (Budd, 2004: 41). Desportos

individuais geralmente organizam federações internacionais de tomadas de decisão, como a FIFA e Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF), onde as decisões de grande relevância são tomadas em congressos, nos quais participam os organismos nacionais, que tem sua jurisdição definida pelo território nacional que ele se encontra (Beacom, 2000: 42).

Nomeadamente, registra-se que em 1896, as Olimpíadas Modernas eram inauguradas por Pierre de Coubertin (Budd, 2004: 41) após a estruturação de um comitê responsável pela organização do movimento olímpico em 1894 (Olympic Movement)<sup>40</sup>.

Deste então, o movimento olímpico apresenta um crescimento constante, propagando a ideia de paz mundial a partir do respeito mútuo e compreensão mundial (Taylor, 1986: 37). Desde seu prelúdio, o movimento olímpico tem um caráter altamente politizado e percebe-se, facilmente, a relação entre política e desporto atualmente. Sua perpetuação no tempo e capacidade organizacional se evidencia após a o período conturbado de guerras que marcou o século XX, visto que apenas duas organizações sobreviveram a tal fenômeno, a Cruz Vermelha e o Comitê Olímpico Internacional (Vasconcellos, 2011: 129).

Dentre algumas exceções, pode-se afirmar que geralmente os órgãos nacionais e federais responsáveis pelo desporto apresentam uma jurisdição territorial similar àquela que o Estado detém. Terminologicamente, são consideradas organizações não governamentais ou transnacionais e exercem poder sobre o desporto a partir da definição de regras, direitos de acesso às competições, organização de prêmios de competição, etc. (Taylor, 1986:31).

A estrutura do desporto, apesar de complexa e não ser particularmente bem integrada, pode ser considerada claramente compositora de um regime internacional, de acordo com a definição de Krasner (1983), constituindo procedimentos, regras, normas e instituições. Suas normas e valores são aceitos universalmente por organizações, Estados e indivíduos, formando a cultura do desporto (Beacom, 2000: 44) e sendo propagados principalmente pelos seus megaprodutos, os megaeventos.

No entanto, há uma crítica realista válida concernente à autonomia dessas organizações desportivas. Segundo os teóricos desta perspectiva analítica, os atores não estatais não teriam, em prática, uma autonomia em suas decisões, devido ao fato de seus

---

<sup>40</sup> O site do Movimento Olímpico – Olympic Movement – é o site oficial do Comitê Olímpico Internacional.

membros serem representantes de Estados e, assim, representantes dos interesses estatais, definindo desta forma a agenda das organizações a partir deste parâmetro. Contudo, considerando tanto o contexto organizacional do COI quanto da FIFA, seus membros são requeridos em representar os interesses das organizações nos Estados e não ao contrário, apresentando um forte caráter institucionalista neoliberal na sua organização (Beacom, 2000: 9).

Claramente o seu poder de tomada de decisão é limitado a determinadas arenas da política internacional. Seus recursos e expertise são limitados, principalmente quando a decisão concerne áreas fora do escopo desportivo. A problemática referente à garantia de possuir informações suficientes para tomar ações efetivas é real (Beacom, 2000: 44). Todavia, considerando sua atuação na área de expertise, as instituições desportivas conseguem impactar outros aspectos da política, principalmente no que tange a organização de um megaevento desportivo.

O sistema político desportivo se apresenta da maneira que é atualmente devido às pressões e mudanças sofridas no início da década de 90. Primeiramente, salienta o desenvolvimento e facilidade de realizar viagens, tanto nacionais quanto internacionais. Desta forma, os organismos internacionais desportivos passaram por um desenvolvimento significativo para acompanhar tais mudanças, a magnitude de uma megaevento desportivo atualmente é um dos exemplos desta mudança (Beacom, 2000: 45).

A segunda mudança evidenciada é a visão das organizações comerciais quanto ao desporto como uma forma efetiva de propaganda, o que resultou na evolução do patrocínio desportivo nos megaeventos. Atualmente, isto leva as organizações desportivas a tomarem decisões substanciais acerca de estratégias de atração de patrocínio e análise das restrições e padrões para o mesmo (Beacom, 2000: 45).

E, por fim, o último caso a ser citado é a inserção das companhias televisas como uma fonte de renda e publicidade para o desporto. De fato, tal parceria incute em gastos e compromissos dos executivos desportivos, todavia, o montante criado para a permissão de transmissão é compensatório (Beacom, 2000: 45).

Os três casos acima listados foram essenciais no fortalecimento das organizações desportivas e, principalmente, na popularização dos megaeventos desportivos, desde como fonte de recursos para seu desenvolvimento, advindos de patrocinadores e transmissões televisivas à possibilidade de abrangência e impacto na sociedade internacional.

Essas mudanças e pressões no cenário internacional expuseram conflitos de interesses e valores dentro do desporto. Conseqüentemente, casos de corrupção passaram a ser destaques na mídia internacional e, atualmente, notam-se estas incidências com mais frequência, possibilitando um enfraquecimento do movimento desportivo e confiabilidade nas organizações que o governam (Allen, 2015; Doncel, 2015; Malik, 2015).

A criação destes regimes desportivos e a complexidade de suas instituições garantem a relevância e significância deste assunto. Estas organizações desportivas são basicamente o resultado dos processos que precedem a formação da economia global desportiva (Forster e Pope, 2004). Os insumos gerados por essas duas organizações internacionais desportivas, COI e FIFA, são transcendentais e complexos, assim como seus megaproductos, Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol, sendo, inclusive, quantitativamente mais representativos que a ONU (Vasconcellos, 2011: 129). Por isso, podemos ainda considerar que o COI e a FIFA são umas das poucas organizações que tem recursos materiais suficientes para fazer lobby e influenciar o processo de tomada de decisão dos governos (Beacom, 2000: 7).

Corrobora-se tal afirmação com o discurso de Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU:

You may wonder what a Secretary-General of the United Nations is doing writing about football. But in fact, the World Cup makes us in the UN green with envy. As the pinnacle of the only truly global game, played in every country by every race and religion, it is one of the few phenomena as universal as the United Nations. You could even say it's more universal. FIFA has 207 members; we have only 192<sup>41</sup> (Annan, 2006b).

Toda a movimentação observada na política nacional e internacional realizada pelo desporto cria oportunidades para as organizações desportivas exercerem um papel mais ativo na formulação e implementação de políticas. Há uma percepção falha de que exemplos desta natureza são limitados, no entanto, acreditando na credibilidade da teoria pluralista e institucionalista neoliberal, percebe-se um número crescente de casos acerca desta questão. Certamente, em questões desportivas essas organizações atuam de forma

---

<sup>41</sup> Tradução livre da autora: “Você pode se perguntar o que um Secretário-Geral das Nações Unidas está fazendo escrevendo sobre futebol. Mas, na verdade, a Copa do Mundo nos faz na ONU verde de inveja. Como o pináculo do único jogo verdadeiramente global, jogado em todos os países, por toda raça e religião, é um dos poucos fenômenos tão universais quanto as Nações Unidas. Você poderia até dizer que é mais universal. A FIFA tem 207 membros; nós só temos 192” (Annan, 2006b).

engajada na sua formulação, entretanto, ainda há uma primazia estatal fora desta gama de assuntos desportivos.

#### **2.4. A comercialização do desporto**

Diante da negligência ao desporto observada na área acadêmica de Relações Internacionais, um dos poucos aspectos que geralmente atrai mais a atenção destes especialistas é o fator comercial do desporto. Sua estrutura e processos, de fato, geram uma vasta diversidade de bens e serviços. A economia política internacional consegue analisar estes fatores, derivados principalmente da interdependência internacional, das transações económicas e financeiras entre os organismos desportivos e do alto valor absorvido com a realização de megaeventos desportivos.

Nota-se que no século XX, o desporto passou por um processo de mercantilização simultaneamente ao processo de mercantilização de diversas atividades humanas. A comercialização do desporto era limitada até o século XVIII, porém, com a formalização e a padronização dos desportos no final deste mesmo século, o desporto passou a ser considerado uma *commodity* (Forster e Pope, 2004; Levermore e Budd, 2004).

Ligado intrinsecamente ao estudo da Economia Política Internacional, esta comercialização do desporto se materializa de diversas formas, dentre as principais pode-se nomear: ingressos, concessões de direitos televisivos, mídia impressa, rádio, etc. (no próximo capítulo, o tema será abordado com mais precisão, especificamente na correlação estabelecida entre Economia Política Internacional e o futebol, através da governança da FIFA). Todavia, esta economia gerada pelo desporto se mostra diferente dos demais sistemas económicos, pois além de ter uma geração de renda inquestionável, ela ainda se relaciona com fatores culturais que permitem a identificação nacional por indivíduos e grupos.

Vale destacar que mais do que qualquer outra parte da economia mundial, com exceção dos mercados financeiros globais, o desporto é regido pelo seu próprio conjunto de instituições e organizações e, por isso, tem um alto nível de reconhecimento global (Forster e Pope, 2004). Este reconhecimento das organizações desportivas aliado a interesses comerciais intensificam a influência das mesmas (Beacom, 2000: 7).

Essas transações econômicas entre as sociedades e o papel das organizações são abordadas por Keohane (2002) como determinante no sistema contemporâneo. Por isso, a internacionalização do desporto e as organizações privadas internacionais desportivas ao longo de sua história construíram uma autonomia política e jurídica, além de um enorme poder econômico. De tal modo, pelo futebol ser considerado não só um jogo, mas também um negócio com uma receita mundial de aproximadamente £150 bilhões (Szymanski e Kuypers *apud* Levermore e Budd, 2004), superior a muitos países, as organizações desportivas apresentam uma grande relevância nos assuntos econômicos do mundo globalizado.

De tal forma, deve-se atentar ao rápido crescimento da indústria desportiva e do lazer ao destacar o fato de seu progresso ser alimentado principalmente por receitas provindas de direitos de transmissão dos eventos desportivos e de seus patrocínios. Organizações como FIFA e COI são representantes importantes desta comercialização do desporto, possibilitando empresas globais, como Coca-Cola e Canon, a usarem seus logotipos em troca de enormes taxas (Budd, 2004: 31).

Budd (2004) ainda menciona a atração massiva do desporto que desperta prazerosas formas de emoção. Desta forma, baseado nesta particularidade do desporto, as organizações desportivas conseguem através de seus megaproductos atingirem uma receita surpreendente dentro do sistema económico, sendo inclusive palco para ações políticas governamentais, devido tamanha exposição e abrangência.

#### **2.4.1. Os megaeventos desportivos e a efetivação da política governamental**

Conforme ficou demonstrado, o desporto tem vasta importância para a formação de uma relação política horizontal no plano internacional. Embora competições desportivas internacionais tornaram-se uma forma branda de afirmar a superioridade e o poder de um Estado, a evolução de competições internacionais nos últimos séculos também tem fomentado a cooperação social e o diálogo político internacional dos Estados.

Por isto, é a partir desta importância governamental dada ao desporto, que não só estimulou-se o desenvolvimento das organizações internacionais desportivas, como já disposto no tópico anterior, mas também contribuiu para o desenvolvimento dos grandes

eventos desportivos internacionais. A partir disto, institui-se uma importante ferramenta de interação social, o que logo atrai investimento e patrocínio empresarial daqueles que buscam consolidar suas marcas frente tamanha audiência.

Por se tratar de um termo relativamente novo, não se encontram no âmbito acadêmico trabalhos e pesquisas que abordam essa terminologia de megaevento com bastante precisão. Portanto, conceituamos este termo com base na expressão utilizada pela mídia diante dos últimos eventos mundiais promovidos pelo COI e pela FIFA e, também o impacto que estes eventos têm proporcionado nos países que sediam tais eventos.

Estes megaeventos desportivos internacionais dão a oportunidade aos Estados e nações de representarem seu poder através de vitórias e quadro de medalhas. Este argumento é válido, sobretudo em uma era na qual as armas nucleares transformaram os tradicionais meio de batalha em algo impraticável (Taylor, 1986: 37). Uma vitória em um jogo internacional transcende de uma mera vitória de um time para uma vitória nacional. É evidente que em momentos de tensão e conflitos internacionais, a competição no campo desportivo seja austera, refletindo disputas ideológicas e culturais (Oliveira, 2014).

Por isso, pelo desporto ser uma cultura popular, muitas ações políticas voltadas ao desporto são carregadas de uma ideologia populista (Houlihan, 2008: 41). As candidaturas à sede dos Jogos Olímpicos ou Copa do Mundo representam um ótimo exemplo deste caráter populista.

Há algumas variáveis relevantes quanto à análise do que motiva um governo ao se candidatar para sediar um destes megaeventos, seja os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo FIFA de Futebol. Primeiramente, há uma forte ideologia populista, visto o caráter cultural do desporto. Por isso, há o interesse estatal em assegurar aquela candidatura como uma ferramenta de cultura popular, atrevendo-se a chamar de “política do pão e circo contemporâneo”, fazendo uma alusão à política romana na qual provendo comida e diversão para sua população, buscavam mitigar a insatisfação popular em torno de seus governantes. Poucos políticos resistem a esta oportunidade de explorar a publicidade que envolve o “*people’s game*”.

Seguindo este viés, observa-se o caráter nacionalista destes eventos. A construção de grandes estádios é considerada uma expressão de identidade coletiva e um meio de afirmar o vigor e a vitalidade de uma nação e, até mesmo, sua economia. Estes estádios

nacionais são vistos como monumentos modernos, exercendo a mesma função de museus e palácios do século XVIII e XIX.

A segunda variável que merece ser destacada é a oportunidade que estes eventos promovem para o desenvolvimento e reestruturação urbana da cidade e país. Devido a realização de eventos em diversas partes da cidade ou do país, a infraestrutura e mobilidade urbana devem estar preparadas para receber a grande quantidade de turistas que este tipo de evento absorve. Para isso, há um investimento massivo de capital neste setor, visando se adequar aos padrões FIFA ou padrões olímpicos de competição.

Outra variável é a contribuição substancial a economia nacional, motivada pela renda do turismo que normalmente se move nestes grandes eventos desportivos como Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA de Futebol (Houlihan, 2008: 42).

É deste modo que, as organizações internacionais desportivas vislumbraram o evento desportivo como um potente mecanismo de entretenimento social e estatal, sobretudo de arrecadação monetária. Assim, o COI e a FIFA, com os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol instituiriam os maiores eventos desportivos do mundo, o que recentemente passaram a ser chamados de Megaeventos desportivos por conta da infraestrutura, investimento e a amplitude global que esses eventos atingem.

É neste sentido que, os megaeventos passaram a provocar um alvoroço dentro de países, visto que, ao aceitar um megaevento, o Estado submete-se a todas as exigências da organização internacional, sendo imposições que vão além das prerrogativas legislativas e administrativas nacionais. Ou seja, o país abre mão de parte da sua soberania para sediar um evento, pelo qual, acredita-se proporcionar movimentação na economia, além de dar visibilidade internacional.

O megaevento promove empresas, marcas, a prática desportiva, o turismo e a economia do país sede. Contudo, diante dos últimos megaeventos, verifica-se que nem sempre ocorre como o esperado, principalmente para o país que espera o retorno após fazer tanta mudança e investimento para fazer este evento acontecer de acordo com a excelência imposta pelas organizações desportivas, nomeadamente, a excelência imposta pela FIFA.

Já no caso do Brasil, evidencia-se nas manifestações desportivas um representante direto da sociedade brasileira. Quando iniciou o processo de candidatura para ser sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, o país almejava a exposição de sua economia em pleno vigor e a promoção de investimentos estrangeiros e domésticos

na infraestrutura nacional, além da movimentação turística. Assim, estes eventos desportivos se conjecturam numa efetiva ferramenta para a divulgação institucional das qualidades de um país internacionalmente (Vasconcellos, 2011: 16).

É diante deste debate que tanto se fala no legado deixado por megaeventos, pois diante do alto custo e das mutações que se propõe para realizar estes eventos, espera-se que o legado seja sempre positivo, ou seja, que os benefícios sejam maiores que os malefícios. Ocorre que, diante dos últimos megaeventos, não se tem conhecimento de perda por parte das organizações, tal qual a FIFA. Isto se corrobora frente à Copa do Mundo de 2010 e 2014, onde a FIFA teve somente lucro e saldo positivo. Porém, o país sede já não pode comemorar da mesma forma que os dirigentes da FIFA. O legado deixado na África do Sul não foi tão positivo como o esperado e, no Brasil, tudo indica que caminhará no mesmo trilho.

Por outro lado, a Austrália apresentou o primeiro superávit comercial em três anos após a realização dos Jogos Olímpicos de Sidney em 2000 (Vasconcellos, 2011: 16). Nota-se, ainda, que mesmo para Estados menores, economicamente e politicamente, os megaeventos se tornam uma ótima ferramenta para expor seus valores e culturas para a comunidade internacional, pois só a sua participação em eventos desta magnitude já confere um grau de visibilidade da nação, da sua bandeira e do seu nome.

Em síntese, a utilização do desporto pela política pode ter um caráter social, econômico, cultural e/ou educacional. Contudo, todas estas vertentes se convergem para a propaganda política internacional. Neste sentido, os megaeventos desportivos auferem destaque como um meio eficaz de materializar esta propaganda, seja como competidores ou anfitriões. Conquanto, fica a especulação dos benefícios econômicos que o Megaevento pode trazer para um país, em contrapartida, o megaevento pode promover positivamente o país no âmbito internacional, dando ênfase para o período competitivo e para as questões sociais.

## **2.5. Contestando a primazia estatal**

Uma série de percepções acerca do desporto tem levado a contestação da primazia estatal nas dinâmicas políticas internacionais. Dois exemplos relevantes são, a crescente

importância das organizações desportivas internacionais, como a FIFA e o COI, principalmente pelo fato dos executivos da FIFA, como mencionado anteriormente, receberem imunidade diplomática ao redor do mundo. João Havelange, ex-presidente da FIFA, disse inclusive que considerava a FIFA um dos três atores globais mais influentes, juntamente do COI e dos EUA (Levermore, 2004: 27).

Um segundo fator está representado no papel que o desporto exerce em obstruir as dimensões das fronteiras estaduais e nacionais. Até mesmo o Papa João Paulo II chamou a atenção para o poder do desporto em quebrar barreiras e limites, dizendo:

Sport is extremely important because it can help encourage fundamental values among young people. [...] So sportsmen [*sic*] have a responsibility: they must make of sport an occasion for meeting and dialogue, beyond any barriers of language, race and culture (Independent, 2000 *apud* Levermore 2004: 27)<sup>42</sup>.

O desporto, basicamente, tem se demonstrado como uma ferramenta não apenas de uso estatal, mas de uso político da própria população e das organizações que são responsáveis por sua governança. Casos de protesto contra as estruturas de poder estatais dominantes mostra essa contestação do poder unitário do Estado. Oposições contra regimes, governos e governantes é manchete comum na mídia internacional.

Alguns breves exemplos contribuem para a ilustração do megaevento desportivo como um veículo capaz de contestar as estruturas estatais: tanto na abertura da Copa das Confederações FIFA em 2013, quanto na abertura da Copa do Mundo FIFA de futebol em 2014, a atual presidente do Brasil, Dilma Roussef foi vaiada pelo público presente nos estádios ambas às vezes (Mangueira et al, 2013; Jimenez, 2014). Este episódio demonstra o descontentamento da população com o governo atual e, principalmente, sua desaprovação aos valores exorbitantes utilizados para sediar tais eventos.

Com o desenvolvimento de um mundo cada vez mais integrado, as fronteiras entre o doméstico e o internacional vão se homogeneizando. O desporto, com o apoio da mídia internacional, se destaca como uma ferramenta que proporciona a propaganda do Estado, de modo que as seleções nacionais desportivas se representam como reflexos de um território (Levermore, 2004: 29).

---

<sup>42</sup> Tradução livre da autora: “Desporto é extremamente importante porque pode ajudar a incentivar valores fundamentais entre os jovens [...] Então desportistas[*sic*]têm uma responsabilidade: eles devem fazer do desporto uma ocasião de encontro e de diálogo, para além das barreiras da língua, raça e cultura.” culture (Independent, 2000 *apud* Levermore 2004: 27)

Por isso, as dinâmicas que permeiam a relação entre desporto e Estados são consideradas multidimensionais e complexas, pois ao mesmo tempo em que contribui para uma imagem dominante de um Estado por sediar um megaevento com sucesso ou apresentar uma boa performance em competições internacionais e programas sociais e educacionais, o desporto pode, simultaneamente, contestar e resistir a essas imagens dominantes estatais.

Em suma, o desporto se mostrou desde o início de sua existência uma excelente ferramenta política que transcende as dinâmicas locais e se expande internacionalmente. O caráter cultural e a carga ideológica que o desporto carrega contribui para a sua utilização eficiente pelos Estados, seja através dos megaeventos desportivos, personalidades desportivas, ou políticas públicas desportivas. Neste ensejo, os megaeventos desportivos contribuem para a propagação das qualidades e, também as fraquezas, dos Estados, principalmente quando o Estado sedia este evento. Como participante, o Estado consegue reproduzir suas qualidades e supremacia. Contudo, é no processo de realização de um megaevento que a utilização do desporto como ferramenta apresenta seu auge. Neste sentido, o Estado além de auferir investimentos substanciais em sua economia, pode mostrar sua força a partir do momento que realiza os eventos com sucesso.

Assim, os organismos estatais claramente detêm poder político. Porém, há uma necessidade de reconhecer o poder exercido por aqueles atores não estatais, como a mídia, patrocinadores comerciais de desporto e federações internacionais de desporto. Ainda que o poder se estenda além das instituições estatais, elas ainda são aqueles que concentram grandemente o poder dos processos políticos (Houlihan, 2008: 37). Entretanto, a crescente influência dessas organizações desportivas, mesmo que em contextos limitados, deve ser reconhecida. Além do mais, os interesses comerciais aliados com o desporto podem exercer uma influência significativa no sistema internacional (Beacom, 2000: 7).

Tendo isto em mente, visando arraigar o conhecimento do desporto na política internacional, a seguir será elucidado as particularidades da FIFA como órgão máximo da governança da atividade desportiva mais popular do mundo. Desta forma, o papel desta federação internacional desportiva e seu poder na política serão analisados de forma fidedigna.

### 3. O PAPEL POLÍTICO DAS ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: O CASO DA FIFA

#### 3.1. O desenvolvimento organizacional da FIFA

A complexidade dos assuntos desportivos e a estima dos mesmos na agenda internacional viabilizaram a criação de organismos para direcionar o desenvolvimento do desporto. Atualmente, uma das maiores organizações internacionais do mundo, a Federação Internacional de Futebol (FIFA)<sup>43</sup>, fundada em 1904 por um grupo de franceses e sediada em Zurich na Suíça, é considerada uma organização não governamental internacional e, por isso, sem fins lucrativos, a qual se constitui em forma de associação, segundo o Registro Comercial de acordo com o Código Civil Suíço (Oliveira, 2012).

Esta nomenclatura, a qual concede à FIFA um carácter não lucrativo, juntamente com uma capacidade enorme de geração de renda pela organização, torna a distribuição de qualquer excedente do lucro difícil. Esta particularidade transforma este tipo de organização singularmente interessante para uma análise de cunho político e económico.

Vale lembrar neste contexto, os tipos de organizações internacionais já discorridos no primeiro capítulo. A FIFA, por ser constituída de associações nacionais de futebol, ou seja, por atores não estatais, deve ser considerada uma Organização Não Governamental genuína, a qual se constitui apenas de atores não estatais.

Complementando esta análise, e baseando-se no *Yearbook of International Associations*<sup>44</sup>, a FIFA pode também ser descrita como uma organização de adesão universal, o que não exclui seu carácter não governamental. Para isto, sua filiação deve constituir ao menos representantes de 60 países ou 30 países em pelo menos dois continentes, com uma distribuição geográfica bem balanceada (*Yearbook of International Associations*, 2014).

---

<sup>43</sup> Do francês: Fédération Internationale de Football Association.

<sup>44</sup> O *Yearbook of International Associations* é uma publicação feita pela Union of International Associations (UIA) um instituto de pesquisa independente e não lucrativo criado em 1910 que tem como objetivo principal documentar o trabalho das Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) e Organizações Intergovernamentais (OIGs) promovendo a internacionalização das mesmas, tendo, inclusive, como parceiros o Conselho Europeu, a UNESCO e a ECOSOC (UIA, *s.d.*).

Claramente, esta característica supracitada pode ser atribuída à FIFA, pois regendo a governança do futebol, a FIFA conta com 209 membros até o presente momento, dado que mostra o grau de abrangência que tal organização possui (FIFA, 2013c). Sendo, deste modo, detentora de mais membros que a própria Organização das Nações Unidas e que o Comitê Olímpico Internacional, pois ambos possuem 192 membros (Vasconcellos, 2011).

Quadro 4. Quadro comparativo da evolução de membros da FIFA e da ONU

Ano	Número de Federações Aliadas à FIFA	Número de países membros da Liga das Nações ou da ONU
1904	7	0
1914	24	0
1920	20	42
1923	31	43
1930	41	41
1938	51	38
1950	73	60
1954	85	76
1959	95	99
1984	150	159
1991	165	166
1994	190	185
2010	208	192

Fonte: Suppo, Hugo. (2012) “Reflexões sobre o lugar do desporto nas relações internacionais” *Contexto Internacional*, 34(2), 397-433, <http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n2/a02v34n2.pdf> [16 de outubro de 2013], Quadro 1.

De fato, a expansão dos membros da FIFA, de oito associações nacionais, em 1904, para 205, em 2004<sup>45</sup> além das seis confederações regionais<sup>46</sup>, é um dado extraordinário, mas que contribuiu para o questionamento da transparência e probidade das

<sup>45</sup> Para melhor detalhamento do crescimento da FIFA de 1904 a 2004, por continente, vide Anexo II e Anexo III.

<sup>46</sup> As seis associações continentais membros da FIFA são: Confédération Africaine de Football (CAF), Asian Football Confederation (AFC), Union des Associations Européennes de Football (UEFA), The Confederation of North, Central America and Caribbean Association Football (CONCACAF), Oceania Football Confederation (OFC) e Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL) (FIFA, Associations).

estruturas de governação do futebol mundial (Levermore e Budd, 2002). Outro fator significativo, é que na FIFA, ao contrário de outras organizações internacionais como o COI e a ONU, o português é considerado um dos idiomas oficiais (FIFA, 2012a). Por isso, seu estatuto, apesar de constitutivo, é fundamentado nos interesses das associações/confederações membros da FIFA, que são responsáveis por organizar o futebol dentro do país e, assim, acordos com a FIFA independem do interesse estatal.

Não obstante, a FIFA, assim como a ONU, tem sua própria “retórica utópica de igualdade, prosperidade e desenvolvimento internacional” (Tharoor, 2015). A FIFA, similarmente ao COI, acredita no poder do desporto moderno na promoção de unidade e civilidade, buscando a unificação dos povos e a harmonia de nações e blocos regionais (Levermore, 2004: 22).

Em face das razões, a FIFA tem como sua principal missão desenvolver o jogo de futebol no mundo, tanto no nível amador quanto profissional, ditando as regras e as normas do jogo, fornecendo métodos para decidir e resolver as diferenças, para que, assim, as associações de futebol em todos os continentes também, livre de interferência governamental, contribuam para o desenvolvimento desse desporto, além de construir um mundo melhor através do futebol (FIFA, 2012).

Baseando-se nas reflexões de Bannet e Finnemore (2005) sobre a formação das organizações internacionais baseada no liberalismo e racionalização, podemos dizer que a FIFA, visando contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural, criando pontes entre a paz e o futebol, promove valores básicos liberais como: direitos de minorias e grupos, democracia e comércio livre, o progresso do Estado, etc.

Ainda nesse quadro analítico, podemos utilizar uma correlação com o institucionalismo neoliberal, no qual se torna visível o papel da FIFA como instituição nos moldes apontados por Keohane Nye (1977) e Krasner (1983), projetando normas, regras e princípios que direcionam o e definem padrões de comportamento dos seus membros, principalmente quando se menciona o seu megaevento desportivo, a Copa do Mundo FIFA de Futebol. Pois com a sua realização, a FIFA estabelece um acordo com o país sede que define normas, regras e leis que limitam o comportamento do Estado, visando uma adequação da sua estrutura urbana, político e social para a realização do evento. E, conseqüentemente, a organização tem o poder de tomar medidas para impedir infrações às regulamentações e/ou a introdução de métodos e práticas abusivas (UIA, 2013).

Para entender sua atuação, detalhar-se-á sua formação organizacional, a FIFA conta com aproximadamente 310 funcionários de 35 países e se constitui em Congresso (órgão legislativo), Comitê Executivo (órgão executivo), Secretaria Geral (órgão administrativo) e pelos comitês, os quais auxiliam o Comitê Executivo. O congresso, sendo o órgão mais importante da organização, se reúne anualmente, detendo o poder de eleger o Presidente e de alterar e aprovar os Estatutos (FIFA, 2013a). É necessário ressaltar o conceito de igualdade dentro da FIFA, pois países como Botswana, Irão e Tailândia têm o mesmo poder de voz/ voto que Alemanha, França e Inglaterra, não importando o tamanho da nação ou a força do seu futebol (Borden e Montague, 2013).

Porém, cabe ao Comitê Executivo à decisão de escolha do país sede da Copa do Mundo, assim como a implementação de normas regulatórias ao Estatuto. O corpo executivo é composto pelo presidente e oito vice-presidentes, além de outros quinze membros escolhidos pelas Confederações Continentais. Incumbe ao presidente da FIFA indicar a contratação ou demissão do Secretário Geral, o qual, compondo a Secretaria Geral, tem como principal função a administração das finanças. (FIFA, 2012a)

Apesar de apresentar um estatuto bem estruturado, a FIFA, similarmente as outras organizações privadas internacionais como o Comitê Olímpico Internacional, ainda peca na institucionalização e transparência da organização. Tendo um poder altamente centralizado no Presidente e no Comitê Executivo, a entidade máxima do futebol mundial é controlada por um pequeno grupo composto pelas Confederações Continentais e Associações Britânicas (Oliveira, 2012) Mesmo com o gradativo poder presidencial da FIFA, a entidade acaba tendo grande influência e acessibilidade sem protocolos em muitos países ao redor do mundo.

O atual presidente da FIFA, Joseph Blatter, está no mandato desde 1998. Experiente na área de administração desportiva, Blatter é membro da organização desde 1975, quando assumiu o cargo de diretor técnico (FIFA, 2012a). Em 1981, se tornou Secretário Geral e, em parceria com o então presidente João Havelange, conseguiu fortalecer o poderio econômico da organização atuando de forma relevante nas negociações de novos patrocínios e direitos de transmissão (Oliveira, 2012).

Operando em seu quarto mandato, Blatter é hoje considerado mediador da universalização do futebol mundo a fora e, inclusive, ganhou o prêmio de humanista internacional em 2002 por contribuir significativamente para a construção da paz, amizade,

tolerância com pessoas e nações. Pode-se dizer que ele tem desmitificado o acesso monárquico e europeu ao desporto, levando-o para áreas ainda em desenvolvimento, como África, a Ásia e a América do Sul. Contribuindo para o desenvolvimento cultural, social e econômico desses países, uma forma de construir pontes entre a paz e o futebol.

Entretanto, mesmo colaborando claramente na evolução do futebol, o mandato de Joseph Blatter apresenta inúmeras acusações de corrupção, desvio de verbas, compra de votos, etc. Os líderes do futebol usufruíram, por muitos anos, uma proteção advinda da crença que futebol não se enquadra na política internacional. Todavia, nos últimos anos, iniciou-se um processo de desmitificação desta crença, visto que nenhuma prática é tão global quanto o futebol e, por isso, seus executivos ganharam destaque internacionalmente nos últimos meses devido à corrupção na organização (Tharoor, 2015).

Simultaneamente às acusações de corrupção observamos a influência política da FIFA logo quando o Estado é escolhido como país-sede da Copa do Mundo. A partir de então, é necessária uma Lei Geral que definirá as diretrizes e mudanças no sistema legal nacional para se adequar aos moldes internacionais. Conquanto isso seja uma exigência da FIFA para assegurar a realização do evento, o Estado passa a revogar os direitos básicos dos seus cidadãos, o que se caracteriza por uma submissão do Estado às preferências desse ator internacional, FIFA (Arantes, 2012: 1). Ressalta-se que a não adesão a tais regras e normas pode resultar na não realização da Copa do Mundo neste país.

Fortalecendo esta análise do poder político da FIFA, ressalta-se uma observação de Pascal Boniface (2002: 3), a qual diz, que: *“It must be said that the FIFA has succeeded where the UN, the IAEA (International Atomic Energy Agency) have failed, that is, to bring the people’s republic of china and Taiwan together within the same international organization”* (Boniface, 2002: 3).

Cabe frisar que seu poder político também é enaltecido pela sua representatividade nos mais diversos países. A FIFA é composta por membros representantes de cada país, por exemplo, a CBF – Confederação Brasileira de Futebol, e outras organizações continentais, que são, conseqüentemente, submetidas ao regulamento da FIFA (Arantes, 2012). Desta forma, quando um Estado se candidata a sediar a Copa do Mundo, caso seja escolhido, mesmo não sendo o Estado o membro direto da FIFA, ele se submeterá também ao seu regulamento e suas normas.

Por isso, a reflexão que norteia este trabalho é apontar se a FIFA possui um capital político e económico que o reconheça como um relevante ator político internacional, visto que, o impacto nos países-sede da Copa do Mundo reflete, muitas vezes, em uma relativa perda de soberania estatal frente a esse ente privado. Tendo isto em vista, é possível distinguir a FIFA de demais ONGs, pois, diferente das organizações não governamentais de ajuda humanitária e cultural, a FIFA tem a capacidade de controlar, contestar e gerar comercialmente centenas de bilhões de dólares (Forster e Pope, 2004). O seu poder político deriva do controle sobre uma ampla variedade de recursos, tais como “expertise”, capacidade organizacional, autoridade moral e recursos financeiros (Houlihan, 2008: 51).

### **3.2. Jogada estratégica de arrecadação financeira**

A movimentação financeira desenvolvida pela indústria do futebol, com volumosos insumos e rendimentos gerados pela FIFA e seu megaevento esportivo, a Copa do Mundo de Futebol, assim como a própria repercussão internacional desse evento, contribuem para colocar o tema do desporto na agenda política e econômica de diversos países do mundo (Vasconcellos, 2011).

No início de 1900, enquanto outras modalidades ainda se firmavam na ideia elitista do desporto, o futebol já ganhava milhares de adeptos em todo o mundo. Assim sendo, a FIFA implementou regras independentes de outros desportos, exclusivamente para os campeonatos de futebol (Oliveira, 2012).

Todavia, não se pode falar do sucesso financeiro da FIFA sem citar o sucesso do COI como precursor do marketing esportivo. Tendo em vista que, foi a partir do desenvolvimento dos Jogos Olímpicos que se estruturaram os melhores métodos de marketing desportivo no mundo. Isto porque, o movimento olímpico passou por uma forte crise financeira e institucional no final da década de 70, fazendo com que o COI mudasse suas estratégias de marketing para promover os Jogos Olímpicos e gerar receita para a organização (Payne, 2006: 32).

Desta forma, o COI elaborou um programa de marketing e patrocínio totalmente diferente daqueles já existentes. O programa chamado TOP “*The Olympic Partners*”,

buscava concentrar os direitos de transmissão televisiva por país, colocando os Jogos em todos os cantos do mundo e, o patrocínio limitado por tipos de produto, o que deu oportunidade de consolidar categorias e marcas específicas de produtos durante as transmissões dos Jogos. O COI, ainda foi além, conseguiu relacionar as marcas aos valores olímpicos, proibindo patrocínio de marcas de produtos nocivos à saúde, tais quais, tabaco e bebidas alcoólicas etc. (Idem, p. 289).

Brevemente, a FIFA também buscou elaborar sua estratégia de marketing, implementando um projeto parecido com o programa do COI, o qual determinava a exclusividade de transmissão e de direitos comerciais de patrocínio junto à marca FIFA (Skinner e Rukavina, 2002: 10). Esta exclusividade garante futuros investimentos nos seus eventos e, bem como ilustrado no Quadro 5<sup>47</sup>, empresas como Coca-Cola, Sony, Adidas, Emirates Airlines e Hyundai se apresentam como os principais patrocinadores da organização. Deste modo, a FIFA inaugura a base do sucesso de suas arrecadações massivas com parcerias empresariais (patrocínios) e marketing.

Importante salientar que, tanto o COI, quanto a FIFA, tiveram grande influência do Horst Dassler, ex-diretor da Adidas e poderoso sujeito do meio desportivo das décadas passadas. Dassler tinha prerrogativa para dar palpite em ambas as organizações, portanto, é inegável que teve influência para a transformação do mundo desportivo. Talvez seja por isto que se vê tanta semelhança na estrutura destas organizações (Sugden e Tomlinson, 1998: 86-87).

Consequentemente, devido à ampliação do acesso aos meios de comunicação, os direitos de transmissão dos eventos esportivos se tornaram grande parte da receita anual da FIFA. Segundo o Relatório Financeiro da FIFA de 2014, a organização arrecadou cerca de 2 bilhões de dólares no ano de 2014, valor no qual 90% de sua composição é da renda relacionada a eventos (FIFA, 2015)<sup>48</sup>. Por ser considerada uma instituição sem fins lucrativos, a FIFA tecnicamente paga poucos impostos, no entanto, na última Copa do Mundo FIFA, que foi realizada em 2014 no Brasil, sua arrecadação superou as anteriores, ultrapassando a marca de 4 bilhões de dólares, principalmente a partir de concessões televisivas e parcerias corporativas (Tharoor, 2015).

---

<sup>47</sup>Os principais parceiros e patrocinadores da FIFA de 1982 até 2014 podem ser observados com mais precisão no Anexo I.

<sup>48</sup> Para informações mais detalhadas da receita da FIFA DE 2011 a 2014, vide Anexo IV.

Tabela 3. Copa do Mundo FIFA 2014: Receita (USD MM)

<b>Revenue 2011 - 2014</b>	<b>4,826</b>
TV Rights	2,428
Marketing Rights	1,58
Ticketing	527
Hospitality Rights	184
Licensing Rights	107

Fonte: FIFA (2015) Financial Report 2014. Zurich: FIFA [http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben\\_neutral.pdf](http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben_neutral.pdf) [15 de abril de 2015].

Os direitos de transmissão juntamente com os direitos de marketing representam uma parcela de 87% da receita anual da FIFA, a qual contribui para um crescimento de sua reserva em 7%, garantindo ainda mais a independência financeira já conquistada por ela (FIFA, 2013c). As principais redes de televisão tem o poder de determinar os horários da realização das competições e até mesmo a questão estética das instalações esportivas (Oliveira, 2012: 108).

*[...] In the space of just eight years, FIFA has been able to raise its reserves from negative figures to more than USD 1.2 billion by following a successful commercial strategy, strict cost control measures and a far-sighted, disciplined budgeting policy (Carraro apud FIFA, 2011b)<sup>49</sup>.*

É com esse poder econômico em mãos e com a crença que sediar um megaevento esportivo é uma oportunidade para a divulgação institucional internacional das qualidades e potencialidades de um país, que a FIFA fortalece a sua marca e leva países a travar disputas para sediar a Copa do Mundo, que ultrapassam a esfera do desporto, alcançando o âmbito político e diplomático (Vasconcellos, 2011).

Devido a essa ligação do desporto com o prestígio e imagem internacional, o poder de barganha da organização é maior, assim como sua capacidade de exigência em

---

<sup>49</sup> Tradução livre da autora: “[...] Num período de apenas oito anos, a FIFA foi capaz de aumentar suas reservas de valores negativos para mais de USD 1.2 bilhão seguindo uma estratégia comercial bem sucedida, rigorosas medidas de controle de custos e uma política de orçamento clarividente e disciplinada” (Carraro apud FIFA, 2011b)

relação ao país-sede (Suppo, 2012). Consequentemente, a realização do evento se torna ainda mais grandiosa, favorecendo a disputa pelos patrocínios e exclusividade da transmissão, estimulando ainda mais o prestígio da marca (Oliveira, 2012).

Portanto, nota-se que a FIFA estabelece um grau relativamente alto com as finanças internacionais e seu sucesso financeiro advém de vários fatores, sobretudo das parceiras comerciais singulares, que decorre do interesse empresarial em reconhecer a Copa do Mundo como uma boa oportunidade propagar suas marcas por meio da transmissão televisiva direta, sendo este um fator relevante para o êxito da FIFA. Porém, não se pode esquecer que tudo isso só é possível, se um Estado se dispõe a sediar o evento e acordar com todas as imposições que a FIFA coloca no seu contrato, muitas delas, é para garantir a proteção de seus patrocinadores (caso que veremos com mais precisão adiante). É assim que, surgem outros fatores importantes para finalizar a pirâmide do sucesso desta supremacia futebolística.

### **3.3.O futebol como fator social**

O desporto tem um papel muito importante para o desenvolvimento social, pois proporciona qualidade física, integração social, cooperação, fraternidade, multiculturalidade e muitos outros valores. O desenvolvimento desses princípios pode ser proporcionado mediante a prática diária com suas regras ou pelo clima que um evento desportivo proporciona.

Com a universalização do futebol e o sucesso da Copa do Mundo FIFA por todo o mundo, o futebol tornou-se uma ferramenta importante para desenvolvimento e promoção de políticas públicas.

De acordo com a filosofia da FIFA, não basta fazer doações e discursos afirmativos do que é certo para o mundo, mas deve-se posicionar-se como um cidadão global responsável em fazer a diferença. Por isso, o futebol é um poderoso instrumento para o desenvolvimento social, já que tem o poder de unir pessoas e transpor barreiras pelo mundo (FIFA, 2014).

É a partir destas premissas e da universalização do futebol que a responsabilidade social da FIFA não é em vão, sustentando a expressão social “*Building a Better Future*”,

por meio da qual, desenvolveu-se diversos programas e projetos para a melhoria da educação, saúde, sustentabilidade e aumento do padrão de qualidade de vida e moradia ao redor do mundo (*idem, ibidem*).

A FIFA iniciou suas atividades humanitárias no ano de 1995 através de diversos programas coordenados e definidos como parte do movimento *Football for hope* desenvolvido pela FIFA apoia diversas organizações responsáveis por promover o desenvolvimento dos direitos sociais de crianças ao redor do mundo, promove-se a educação, saúde, *peace building* e liderança. Por meio disto, a FIFA já amparou mais de 425 programas em 75 países do mundo. Inclusive, construiu 20 centros do programa em comunidades na África. A FIFA sustenta que o *Football for Hope* fortaleceu um network internacional de partilha de conhecimento e expertise social (*idem, ibidem*).

Enquanto isso, o programa *Goal* consiste em de fornecer fundos para o desenvolvimento de projetos relacionados ao futebol dos membros associados a FIFA. Por meio do *Goal* construiu-se mais de 700 instalações para os membros associados a FIFA. A organização afirma que os fundos arrecadados também apoia e financia os membros associados que foram atingidos por desastres naturais e humanitários, bem como, financia equipamentos, trajetos e outras necessidades dos jovens para participar de competições da FIFA (FIFA, *s.d.*)

Outro programa da FIFA, é o *Football for the Planet*, o qual se preocupa com questões ambientais e sustentáveis. A FIFA declara ter preocupação com o meio ambiente em diversas situações do cotidiano da organização, além disso, afirma que país sede também deve demonstrar compromisso com o meio ambiente e trabalhar de forma sustentável no desenvolvimento da Copa do Mundo (FIFA, 2014).

Além dos programas de desenvolvimento, a FIFA demonstra comprometimento ao se engajar com instituições políticas e autoridades governamentais. Em janeiro de 2015, a organização participou do Committee on Culture, Science, Education and Media of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe (PACE)<sup>50</sup>, apresentando um report sobre a reforma da governança do futebol, sendo um dos principais tópicos, a questão da violação dos direitos humanos dos trabalhadores no Qatar (FIFA, 2015a).

---

<sup>50</sup> Tradução livre da autora: “Comitê de Cultura, Ciência, Educação e Mídia da Assembléia Parlamentar do Conselho Europeu”.

A FIFA também propõe o combate ao preconceito, discriminação e desigualdade dentro do futebol, a organização garante que os eventos devem ser livres de qualquer ato discriminatório, pois será punido o ato de preconceito que venha ocorrer durante um jogo de futebol.

### **3.3.1. A FIFA e sua relação com a ONU**

O desporto tem um papel importante para o desenvolvimento social e cultural, principalmente dentro dos países emergentes. É por isso que a ONU tem trabalhado em conjunto com organizações e federações internacionais desportivas para promover a paz, direitos humanos, combater a fome, pobreza e problemas de saúde que atingem diversos países do mundo, se apresentando atualmente como um ator “antagônico e engajado na temática desportiva” (Vasconcellos, 2011: 128).

Por conta da extensão da FIFA, não há dúvidas de que o futebol é uma ferramenta importante para promover a paz e atingir os valores universais declarados pela ONU. É por isso que, ambas as organizações firmaram uma aliança estratégica em 1999, com o intuito de promover a paz, melhorar a integração social e lutar contra a desigualdade. Assim, o então Secretário Geral Kofi Annan, diz: *"I am very happy to announce a new partnership between the only truly international organization-the United Nations-and the only truly international sport-football."* (Annan, 2006 *apud* Sadecky, 2006).

Mais recentemente, em 2008, a FIFA e a ONU firmaram uma nova parceria para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O presidente da FIFA reuniu-se com o Assessor de Desenvolvimento e Paz da ONU para acordar a colaboração das duas organizações para a promoção da paz e atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Na época, Blatter declarou que a Copa do Mundo da África do Sul “é uma grande oportunidade e responsabilidade de dar ao país bem como a todo continente africano os meios para progredirem e se desenvolverem” (UNRIC, *s.d.*).

Mais recente, a FIFA uniu-se a ONU para combater o Ebola em alguns países da África; a FIFA doou cerca de meio milhão de dólares para poder ajudar na luta contra a

doença. Contudo, há especulações que a doação pode ter sido motivada pelo lançamento da recandidatura de Joseph Blatter, já que tudo aconteceu no mesmo dia (Farines, 2014).

No atual cenário de escândalos de corrupção da FIFA, talvez, a ONU repense nos acordos de colaboração com a FIFA. Isto porque, embora a organização do futebol tenha constantemente declarado sua preocupação com os direitos humanos, promoção de paz, etc., a corrupção tem danificado sua imagem no cenário internacional, deixando de ser ovelha e tornando-se lobo (Lusa, 2015).

Portanto, trata-se de uma situação muito delicada, já que os valores lucrados por seus dirigentes por meio de esquemas de corrupção parecem ser até maiores que as doações feitas pela organização. Deste modo, verifica-se que, talvez a FIFA declare valores morais e sociais, ou seja, faz filantropia para promover sua imagem e não por se preocupar de fato com a importância por de trás desses princípios.

### **3.4. A governança e a economia política do mundo do futebol**

Simultaneamente à intensificação da globalização, o debate sobre governança foi essencial para o fortalecimento da Economia Política Internacional no desenvolvimento da área de RI (Lee, 2004). E, da mesma forma, é pertinente observar que os dois temas também contribuem significativamente para a inserção do desporto na agenda política internacional.

A fim de analisar teoricamente, pautado nas premissas institucionais neoliberais, o presente trabalho credita a definição de governança incutida por Robert Keohane (2002) como a mais adequada diante do contexto analisado. Para o autor, governança são os processos e instituições, informais ou formais, que guiam e restringem as atividades coletivas de um grupo (Keohane, 2002). Neste lance, complementando esta definição, Simon Lee (2002) afirma que compreende por governança a capacidade de influenciar a política sobre atores privados ou estatais, a partir da sua autoridade e poder político.

A par disso, a ascensão de atores não estatais, em especial as organizações não governamentais, no processo de formulação de políticas e na própria governança do mercado, contesta a primazia estatal e sua capacidade política e institucional na formulação de políticas para a sociedade e economia (Lee, 2002: 112).

Diante da definição supracitada e analisando os últimos tópicos abordados sobre a atuação da FIFA no cenário internacional, observa-se claramente a governança exercida por essa organização, a governança do futebol.

Destarte, enquanto a FIFA é considerada por alguns como um exemplo de governança no desporto, por outros é questionada a sua capacidade de agir simultaneamente como uma instituição regulatória, bem como entidade comercial na negociação de patrocínio e direitos de transmissão (Levermore e Budd, 2004).

*Football is the world most popular game. This popularity goes beyond a mere fondness to the thing itself [...] Football is peerless in its capacity to generate passionate and rooted feelings of local and national pride or shame [...] because it means so much to so many people, is also a vehicle for the acquisition of power and the expression of status in the international community. Those who control international football exert and authority over the hopes and passions of billions of people (Sugden e Tomlinson, 1998: 4)<sup>51</sup>.*

Sob tal ambulação, sua governança de fato é complexa, pois ao mesmo tempo em que sua administração é majoritariamente exercida por agentes privados, garantindo um distanciamento de entes públicos, se faz necessário o exercício do *lobby* político para angariar financiamento público para a realização de seus eventos e desenvolvimento da sua organização. Como se há verificar, desta forma, o conflito entre regulação pública e poder privado ficam claramente evidenciados no futebol e, devido à sua enorme capacidade de geração de renda, sua governança apresenta desafios reais (Lee, 2002: 112 - 114).

O advento dos direitos televisivos e de marketing, conjuntamente com uma relativa obsessão global com o futebol estimulou o desenvolvimento da FIFA nos últimos anos, transformando-a de uma pequena organização para uma indústria multibilionária (Tharoor, 2015). Como se nota, além d conflito entre a regulação pública e poder privado, a governança do futebol se torna ainda mais complexa, pois, “*football is a game, but it is also a business*” (Szymanski and Kuypers *apud* Lee, 2002: 116).

Tendo conhecimento de tamanha complexidade, a fim de alcançar padrões elevados na governança, a FIFA detém diversos mecanismos para sua efetivação. Dentre eles, devem ser citados os estatutos da FIFA, que representam basicamente sua

---

<sup>51</sup> Tradução livre da autora: “Futebol é o jogo mais popular do mundo. Esta popularidade vai além de uma mera predileção para o futebol em si [...] Futebol é inigualável na sua capacidade de gerar emoções de orgulho ou vergonha nacional [...] por significar tanto para as pessoas, é também um veículo de aquisição de poder e expressão de status na comunidade internacional. Aqueles que controlam o futebol internacional exercem uma autoridade sobre a esperança e a paixão de bilhões de pessoas” (Sugden e Tomlinson, 1998: 4).

‘constituição’, disseminando seus principais valores e objetivos. Nele também são estipulados os meios institucionais para solucionar disputas (FIFA, 2015).

Dentre seus mecanismos, a organização de seus membros deve ser destacada. As associações que a compõe são responsáveis por supervisionar e organizar o futebol dentro de sua nação, sendo apenas possível uma associação por nação. No seu estatuto, são elencados os direitos e deveres de cada membro, constringendo suas ações coletivamente. Suas obrigações contemplam desde o compromisso de pagamento da sua filiação até o consentimento com as regras, diretivas e estatutos impostas pela organização (*idem, ibidem*).

Apesar de um comprometimento com a ética organizacional, transparência e prestação de contas, este sistema privado de governança no futebol condiciona a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento de corrupção e suborno. Com a expansão do futebol internacionalmente, estes fatores levam a governança do futebol se transformar num assunto importante tanto para governos nacionais quanto para instituições (Lee, 2002: 115).

A FIFA reivindica seu caráter democrático, a partir do momento que suas eleições presidenciais se baseiam num processo onde cada membro tem um voto. Entretanto, os casos de corrupção na governança do futebol se tornam cada vez mais comum (este assunto poderá ser visto detalhadamente nos últimos tópicos) (Lee, 2002: 118).

Entre os desafios chaves para a governança do desporto de modo geral, é a conciliação de interesses entre mídia, associações, jogadores, clubes, telespectadores, etc., simultaneamente à manutenção do balanço competitivo. Apesar da manutenção da autonomia dessas organizações desportivas de governança frente ao Estado, sua expressiva produção de renda aliada com um envolvimento político crítico referente à mídia e direitos de transmissão, atraem a atenção e o interesse do governo (*idem, ibidem*: 120).

Por tudo isso, fazendo alusão à religião, os megaeventos desportivos tem seus procedimentos e rituais assim como uma cerimônia sagrada, também apresenta uma hierarquização de executivos e um espaço fechado para ‘adoração’ (Armstrong e Giulianotti *apud* Levermore, 2004: 24). Entender como essa governança, aliada aos megaeventos desportivos é efetivada na política internacional e nacional, destacando os seus legados é o foco do tópico a seguir.

### **3.5.O espetáculo esportivo da FIFA e seu legado**

O espetáculo desportivo é considerado uma das ocasiões mais promissoras para a unificação da humanidade. Desta maneira, os debates acerca de seus impactos abrangem o âmbito político, econômico e ideológico.

A crença popular é que estes megaeventos tenham um impacto positivo na comunidade local e, principalmente na sua economia regional (Horne e Manzenreiter, 2006). Contudo, segundo estes analistas esta análise é feita de forma errônea.

Em suma, a Copa do Mundo é considerada, tanto por países emergentes como por países desenvolvidos, uma “janela de oportunidades” (Soares, 2013: 204). A exposição midiática que ocorre antes e durante todo o campeonato pode ser altamente benéfica, principalmente para um país emergente. Por conseguinte, a mobilização social que é permeada pelo desporto como um fenômeno cultural, contribui para o fortalecimento da identidade nacional de um país (Black e Van Der Westhuizen, 2004). No entanto, em situações controversas perante a realização da Copa do Mundo, o risco de uma danificação da reputação internacional é mais agravante quando são países emergentes (Dimeo e Kay, 2004).

Ademais, este megaevento, desde que bem estruturado, possibilita o país a atrair investimentos externos que vão além do capital injetado na economia pelo afluxo de turistas. A escolha de uma país-sede estimula uma série de projetos e obras devido a necessidade de adequação de suas estruturas para receber o público do evento (Soares, 2013).

Essa intensificação de projetos urbanos, a qual inclui grandes obras públicas e de infraestrutura, favorece a concretização desses megaeventos em locais onde há a possibilidade de lucro no capital excedente. Visto que atualmente, uma grande parcela dos países europeus ainda apresenta indícios de crise econômica, estes, marcados pelo desemprego e retração produtiva, não são capazes de absorver esse excedente (Carvalho, 2014). Enquanto nos países emergentes, mesmo que os custos com a infraestrutura sejam maiores que aqueles em países desenvolvidos, aumentando o risco de problemas, os benefícios esperados também são superiores (Próni e Silva, 2012:4).

Contudo, tem-se observado que os maiores casos de sucesso decorrem em países que já tem sua economia bem estabilizada no sentido de implementações de novas

diretrizes e obras para a efetiva realização desses eventos, como é o caso do Japão em 1964 com os Jogos Olímpicos, que recuperou a sua reputação internacional pós guerra mundial, além de ter ótimos retornos comerciais e visibilidade turística (Vasconcellos, 2011)

Além da construção de estádios, são necessárias diversas obras para o país se adequar ao padrão FIFA. A teoria económica liberal é, portanto observada claramente nessa análise, pois as obras mandatórias, além de serem executadas em terrenos públicos, provêm majoritariamente de recursos públicos e até mesmo de parcerias público-privadas (Soares, 2013). A redução do controle social com o gasto público, durante a realização da Copa, facilita os negócios.

### **3.6. Estudo de Caso: O Brasil como sede dos eventos FIFA**

#### **3.6.1. O futebol na política externa brasileira**

Apesar do futebol não ter sido inventado no Brasil, o país é conhecido como a terra do futebol. Possivelmente, seja pela facilidade da prática desta modalidade esportiva, já que não necessita de muito equipamento e muito investimento para ter um jogo, ou como conhecido no Brasil, uma pelada, ainda em meio a uma rua. Assim, o Brasil é considerado o maior criador e exportador de jogadores de futebol do mundo. Em quase todos os países do mundo, onde o futebol é reconhecido como uma prática desportiva nacional, é possível encontrar um jogador brasileiro dentro da formação de um dos times.

Os atletas transcendem os limites nacionais, representam o país no exterior e deixam suas marcas. Muitas vezes, estrangeiros não sabem quem é o presidente do Brasil, ou mesmo, um escritor ou autor importante brasileiro, mas conseguem listar uma serie de jogadores de futebol brasileiros. Conforme bem descreve Vasconcelos:

Importa nesse contexto traduzir o apelo carismático e gratuito do Brasil, associado notavelmente a seu retrospecto esportivo, não apenas em expressões pueris de jactância ou lirismo, mas, sobretudo, na utilidade prática, pragmática, para ampliar a dimensão internacional projetada, positivar a imagem e multiplicar benefícios derivados de uma melhor promoção institucional do país no exterior. (Vasconcellos, 2011: 14)

É deste modo que, o futebol brasileiro vem sendo conhecido como um dos meios de *soft power* do Brasil. Isto não é só evidente fora do país, pelo carisma e desenvoltura dos jogadores brasileiros, também ficou evidente durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014, onde o país inteiro se envolveu no torneio, surpreendendo turistas e jogadores com receptividade e fraternidade. O que acabou garantindo a denominação de “A Copa das Copas” por diversos críticos, pois surpreendeu positivamente os expectadores e a própria FIFA (Leitão, 2014).

No mesmo torneio, houveram vários episódios de fraternidade entre os jogadores, que apesar de não parecer nada demais, tais atitudes também podem ser consideradas um meio de *soft power*. Uma situação emblemática ocorreu no fim do jogo entre Brasil e Colômbia, quando o jogador brasileiro David Luiz consolou o estreante e arrasado jogador colombiano James Rodríguez. Embora fosse um simples gesto acolhedor, no dia seguinte, David Luiz foi aclamado pela mídia internacional por sua bela atitude em campo com o jogador adversário.

Portanto, nota-se que o futebol brasileiro tem firmado cada vez mais como um método de projeção positiva na política internacional por meio do público, dos jogadores e até mesmo da própria essencial que o desporto vem sendo disseminada no mundo a fora pela FIFA.

### **3.6.2. Rupturas institucionais em nome do futebol**

É muito comum se ver reclamações quanto à fragilidade do poder de decisão da ONU e sua influência dentro dos seus países membros. Isto porque a ONU trata de questões muito sensíveis (humanitárias e das relações políticas internacionais), ou seja, não é uma simples tarefa transpor barreiras culturais, políticas e jurídicas frente à soberania de determinados Estados. Ao contrário disso, a FIFA como uma organização internacional privada tem surpreendido ao demonstrar ter maior poder de decisão do que a própria ONU dentro de um país, obviamente, cada uma das organizações trabalha com questões diferentes e ficam limitadas dentro do seu âmbito de atuação. Contudo, não deixa de ser curioso como a FIFA por meio do futebol conseguiu passar barreiras culturais, políticas e jurídicas ao disseminar esta prática desportiva.

Um exemplo muito tangível da supremacia da FIFA é a Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil. Este evento nos provou aquilo que já tinha sido denunciado por outros países, mas que nem sempre foi evidenciado pela mídia. Ficou atestada claramente a dita supremacia da FIFA dentro dos países sedes da Copa do Mundo, mas precisamente dos países de terceiro mundo. O poder da FIFA não fica restrito apenas aos jogos de futebol e do lucro que advém desses eventos, o poder da FIFA ultrapassa impedimentos imagináveis para uma organização internacional privada.

No Brasil entre 2013 e 2014 com a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, evidenciou-se por meio da mídia as especulações das imposições do contrato FIFA com o país. Por conta da confidencialidade, não se teve acesso a tudo que era posto ao Brasil, todavia, ficou demonstrado que a FIFA detinha privilégios no território brasileiro que superavam o limite da própria legislação do país, situação fatídica que indignou muitos políticos, juristas e a sociedade.

O Brasil institui a Lei Geral da Copa<sup>52</sup> para determinar as medidas a serem tomadas no decorrer dos eventos da FIFA, suspostamente, esta Lei traduz parte das imposições dispostas no “Contrato de Acolhimento” do Brasil com a entidade “dona” do evento. A Lei Geral, então, não só determina medidas brandas para o bom decorrer do evento, nomeadamente determina a proteção da FIFA e de seus parceiros comerciais, inaugurando a discussão jurídica sobre como é possível dar validade a uma lei que atravessa os limites que a legislação civil brasileira regula sobre a livre concorrência, proteção comercial etc.

Embora o governo brasileiro tenha feito portais de transparência para acompanhar a infraestrutura do evento, não foi divulgado nenhum documento oficial sobre o evento, seja contratos, valores acordados etc. (Luz, 2014: 104). Muito pelo contrário, ninguém sabe de fato o que o foi determinado pela FIFA, tem-se especulações por conta das mudanças legislativas e estruturais do país. Aliás, mudança não, pois as leis brasileiras continuaram da mesma forma, o que aconteceu foi uma exceção legislativa, ignorou-se a lei nacional para proteger aquilo que a FIFA solicitou. Lembrando que, a FIFA não se submete a legislação do país sede, ela detém caráter jurídico internacional e se submete a legislação do país onde se encontra sediada, que neste caso é a Suíça.

---

<sup>52</sup> BRASIL. Lei nº 12.663 de 5 de Junho de 2012. Essa lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo FIFA de 2014.

O processo legislativo brasileiro é burocrático por si só, principalmente, quando se trata da adoção de normas internacionais, pois a Constituição brasileira é soberana e encontra-se acima de qualquer normativa internacional, exceto nos casos de tratados internacionais de direito humanos que são adotados por meio de Emenda Constitucional, que por sinal é uma situação mais rara, já que para aprovação de uma Emenda Constitucional requer um processo legislativo mais extenso e delicado dentro do Congresso Nacional.

Contudo, para a proteção da FIFA e das suas exigências, poupou-se o processo legislativo burocrático. A Lei Geral da Copa foi aprovada sem alvoroço, ou não foi dada grande visibilidade para a discussão legislativa. Inclusive, as cidades sedes dos jogos da Copa também tiveram que assinar um contrato de adesão para efetivar as exigências da instituição. Portanto, nota-se que a proteção da FIFA foi coberta em todas as instâncias possíveis.

O mais curioso, é verificar que a FIFA e seus patrocinadores ficaram blindados até da legislação brasileira penal. Ou seja, a organização ficou acima de tudo e de todos. Uma situação muito discutida na mídia foi a possibilidade de vender bebida alcoólica dentro dos Estádios durante os jogos da Copa, já que no Brasil é determinado por lei a impossibilidade de venda de bebida alcoólica durante os jogos de futebol, por esta ser um agravante para brigas entre torcidas e até para os acidentes que podem acontecer fora do Estádio. Porém, os jogos da Copa ficaram acima dessa restrição.

Facilitação no processo de vistos, suspensão dos direitos trabalhistas, autorização da isenção de impostos à FIFA e seus subsidiários, liberação da transferência internacional de moedas, redução do controle alfandegário, além da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, são apenas algumas das diversas exigências impostas pela organização internacional aos países interessados em sediar a Copa (Os Segredos Sujos da FIFA, 2010).

O status que o desporto tem no mundo, independente do regime político, nível de desenvolvimento ou sistemas econômicos, facilita esse fortalecimento da instituição (Vasconcellos, 2011: 14). Advindo do seu poder econômico e do que o seu megaevento representa para a sociedade, a FIFA consegue impor regras e normas próprias, mesmo quando se apresentam contrárias as legislações do país-sede.

Por fim, a entidade privada internacional responsável pela produção desse espetáculo cria um novo arcabouço jurídico e institucional nos países por onde passa,

devido ao seu alto grau de capital simbólico, político e jurídico acumulado ao longo dos anos.

### **3.7. A crise na FIFA: corrupção no mundo do futebol**

A posição da FIFA como uma organização internacional privada, a qual se submete às leis da Suíça, não possibilita a intromissão de nenhum Estados em questões internas da organização, exceto em casos de violações por parte da organização dentro de algum país.

Por conta desta independência da FIFA, embora já houvesse rumores, por muito tempo nunca se viu provado efetivamente tais acusações contra a organização. Porém, recentemente, por meio de colaboração entre o governo da Suíça e autoridades federais americanas, o mundo acompanhou o “boom” da corrupção por detrás da FIFA, onde membros e dirigentes foram investigados e são acusados de diversos crimes: lavagem de dinheiro, fraude, sonegação fiscal, formação de quadrilha e corrupção.

As investigações feitas pelas autoridades americanas foram motivadas por algumas condutas ilícitas ligadas à organização praticadas ainda em solo Americano, porém, como se viu, as ilegalidades se estenderam por vários outros países. A partir desta ação, vários membros da organização e das Confederações ligadas a FIFA foram presos durante um evento da FIFA em Zurich. A estratégia feita para efetivar a prisão foi aplaudida pelas autoridades internacionais, já que esperaram que os dirigentes se reunissem para fazer as prisões de uma vez (Saldanha, 2015).

O ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ex-membro do Conmebol e membro do Comitê Organizador da Copa do Mundo 2014, José Marin da Silva também foi um dos presos na Suíça por conta da corrupção. Marin foi acusado de receber suborno de empresas na compra dos direitos de transmissão de jogos da Copa América e da Copa do Mundo de Futebol do Brasil de 2014. O valor cobrado por Marin e outros envolvidos, conforme descritos na investigação, são mais de 6 milhões de dólares. (*Idem, Ibidem*, 2015)

Os casos de corrupção vão além da Copa do Mundo da África do Sul em 2010 e Brasil 2014. Há fortes indícios de que houve suborno para a escolha da Rússia (2018) e do

Qatar (2022) como países sedes das próximas Copas do Mundo. Principalmente, quanto à escolha do Qatar, levantaram-se sérias discussões sobre a violação de direitos dos trabalhadores nas obras da Copa, situação dos imigrantes e o aparente silêncio da FIFA quanto as tais violações. (Tharoor, 2015a)

Devido ao seu caráter não governamental sem fins lucrativos, a FIFA enfrenta uma série de controvérsias difíceis de serem solucionadas. Como o desporto e, em especial o futebol, se transformou em uma commodity de imenso valor comercial, a receita gerada com as suas transações e megaevento se contradizem com seu caráter não lucrativo. Por via de consequência, rumores e acusações de corrupção e até mesmo falta de padrões éticos, danificam a imagem não só da FIFA, mas do COI ou da FIA, entre outras (Forster e Pope, 2004).

Diante do escândalo de corrupção da FIFA, Joseph Blatter, mesmo depois de ter declarado sua recandidatura ao cargo de presidente da organização, decidiu renunciar a presidência da FIFA, ou seja, no momento mais delicado da organização, Blatter se esquivou das alegações de corrupção e decidiu deixar seu legado construído por mais de uma década de trabalho dentro do mundo futebolístico. Contudo, mesmo tendo declarado a desistência, Blatter resistiu e tem participado dos eventos da organização, inclusive estará ao lado do Presidente Putin para sortear os jogos da eliminatória da Copa de 2018 na Rússia.

Entretanto, a atenção que os últimos casos de corrupção têm atraído e as controvérsias escolhas de sedes, mormente da Copa do Mundo FIFA de Futebol, com suspeitas de violação de Direitos Humanos, intensifica o envolvimento político em questões desportivas e, além disso, ameaça à estabilidade financeira da organização, pois prejudica o seu poder de atração comercial. O mesmo ocorreu com o COI na década de 90, a partir de alegações acerca da escolha da sede de Nagano para os Jogos Olímpicos de 1998 e Sydney para os Jogos de 2000 (Beacom, 2000: 8)<sup>53</sup>.

Assim, verifica-se que, caso sejam comprovados todos os casos de corrupção envolvendo a FIFA, o reinado internacional da organização poderá sofrer um declínio significativo nos próximos anos. Isto porque, patricionadores e parceiros comerciais podem não querer mais associar suas marcas a FIFA com medo de manchá-las por conta da

---

<sup>53</sup> Neste cenário, ocorreu a perda de um importante player comercial do COI para os Jogos de 2000, a Reebok, e outro para os Jogos de 2002, a Johnson & Johnson (Beacom, 2000: 21).

corrupção suscitada. Além do mais, as parceiras internacionais com outras organizações, mormente com a ONU, também podem sofrer enfracimento pelo desinteresse. Claro, não que seja novidade toda esta alusão à corrupção, mas um escândalo investigado e confirmado por uma das autoridades judiciárias mais respeitadas do mundo, pode afetar diferentemente todos os valores morais defendidos pela instituição ao longo da sua história de “sucesso”.

### **3.8. O futuro da FIFA?**

A FIFA relatou que diante das acusações, o estatuto da Copa da Rússia e da Copa do Mundo do Catar não estaria em causa. No ano passado, publicou um relatório limpando-se de qualquer irregularidade no processo de licitação, embora um advogado que era parte da investigação, posteriormente, alegou que o relatório "contém numerosas representações materialmente incompletas e erradas." (Futterman, 2014).

A capacidade da FIFA como uma instituição capaz de agitar a crítica é melhor encarnada pelo próprio Blatter, um homem descrito como "o príncipe escuro do futebol" e "o ditador não homicida de maior sucesso do século passado", como o colega Cindy Boren.

Antes das detenções, Blatter estava prestes a vencer confortavelmente reeleição para mais um mandato como presidente da FIFA. Em 2011, seu principal rival, Mohammad bin Hammam, teve uma campanha eleitoral promissora, mas descarrilou por acusações de corrupção, enquanto Blatter saiu ileso e ocupou o posto mais alto da organização desde 1998.

Não está claro ainda como e onde as investigações lideradas pelos EUA e Suíça podem ir e, em que medida eles podem abalar a estrutura de governança da FIFA, estimular boicotes ou protestos mais amplos contra a FIFA (Tharoor, 2015).

Apesar da FIFA estar preocupada em limpar sua reputação, o futuro da instituição é incerto, está deixado à própria sorte, pois ainda é muito cedo para prever a reação dos seus patrocinadores, parceiros comerciais e todas as cooperações institucionais que mantêm a reputação ética e financeira da FIFA. Ainda que as investigações contra a FIFA estejam em andamento, já tem demonstrado uma outra face da FIFA para o mundo.

## CONCLUSÃO

A partir da análise minuciosamente desenvolvida neste presente trabalho, conclui-se que a questão do desporto, apesar de ainda ser pouco abordada na área acadêmica de Relações Internacionais, apresenta ideais ligados intrinsecamente a este estudo.

Primeiramente, o desporto por si só se apresenta como um elemento importante na comunidade internacional, participando ativamente, desde seus primórdios na Grécia Antiga, no dia-a-dia da sociedade, seja de indivíduos ou de grupos. Posteriormente, com o fenômeno da globalização sendo intensificado no século XX, as questões que transpassam as noções puramente estatocêntricas ganham destaque, desenvolvendo teorias de cunho pluralistas na área de Relações Internacionais.

Após o breve levantamento histórico sobre a relação do desporto com RI, verifica-se, corroborando a citação de Trevor Taylor (1986), que havia uma negligência mútua entre o desporto e RI e que, apesar de se observar um avanço considerável em suas dinâmicas, este assunto ainda é notado frequentemente nas discussões marginais ao foco central da política internacional.

Vale ressaltar, entretanto que, com o desenvolvimento de teorias neoliberais pluralistas, como o Insitucionalismo Neoliberal, o qual confere alto grau de importância ao papel das instituições no sistema internacional, o estudo do desporto por estudantes de Relações Internacionais se torna viável. Entretanto, ainda não pode ser encontrada uma teoria que considere o desporto como um tema relevante e passível de análise.

Em suma, como o institucionalismo neoliberal concede um reconhecimento preciso da importância das organizações internacionais no sistema internacional, além de dar um enfoque especial a assuntos que fogem do caráter militar e político das Relações Internacionais, adequa-se perfeitamente ao estudo das organizações internacionais desportivas como fonte de poder internacional. Por isso, mesmo com a negligência mútua existente entre o desporto e as relações internacionais, deve-se observar claramente a possibilidade de interrelação entre os mesmos.

Deste modo, visto que o intuito desta pesquisa era analisar o poder institucional da FIFA na política internacional, chamando a atenção para o lugar do desporto na área de Relações Internacionais, a teoria pluralista oferece uma estrutura suficiente e adequada para este fim, destacando as peculiaridades das organizações e a diversidade da agenda política, considerando o fator cultural como facilitador do poder da organização.

Ao longo deste trabalho, deve-se ressaltar o reconhecimento da FIFA como uma organização não governamental internacional, que criou e desenvolveu um regime de governança do futebol, a qual projeta normas e regras a seus membros de acordo com os seus estatutos internos, de forma a moldar o comportamento dos mesmos conforme seus interesses.

A análise do conceito de *soft-power*, possibilitou a compreensão que a FIFA, se sustentando no status e poder simbólico que o desporto proporciona, conseguiu transformar o futebol em uma das maiores commodities do mundo. Amparado na sua estrutura organizacional, destacando sua falta de transparência em regras e Estatutos, a entidade esportiva foi capaz de se beneficiar do poder dos meios de comunicação e da sua liderança no mundo do futebol, tornando os direitos de transmissão e patrocínios em sua principal renda.

Já os conceitos de regime e governança podem ser relacionados ao fato de que, a partir de uma lenta construção de suas estratégias e Estatuto, a FIFA conseguiu atingir uma autonomia política e jurídica, que proporcionou o fortalecimento econômico da marca FIFA e Copa do Mundo. Diante de tal poder, a organização é capaz de encontrar países interessados em sediar a Copa devido à exposição e melhoria de sua imagem internacional, além do aumento de investimentos no país que a FIFA oferece.

O objetivo da FIFA é produzir um grandioso espetáculo do desporto, capaz de agradar a seus patrocinadores, porém as acusações de interferência na soberania estatal, assim como elevados números de investimentos colocam a organização em risco. Por isso, a organização vem buscando escolher países que são relativamente instáveis politicamente, pois assim, eles evitam as discordâncias de sistemas políticos mais fortes perante a quebra de soberania realizada pela organização.

Por fim, esta organização desportiva apresenta um programa de marketing único, independência financeira, forte capital simbólico advindo do futebol e de sua marca e, um reconhecimento internacional indiscutível. Devido a esse reconhecimento que a organização consegue interferir em esferas além das esportivas quando se trata da realização da Copa do Mundo de Futebol.

Pelo exposto, se torna possível corroborar as hipóteses levantadas no início do trabalho, concluindo que a FIFA, como organização não governamental internacional, possui capital político e econômico capaz de influenciar tomadas de decisão políticas em

assuntos que transpassam o seu escopo desportivo quando se refere à realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol.

Tendo em vista o conceito de poder abordado por Joseph Nye (2002: 30), caracterizando-o como a capacidade que o ator tem em alcançar resultados desejados, mundando, inclusive, o comportamento dos outros, caso necessário, é visivelmente comprovado o poder que a FIFA possui dentro do seu escopo de trabalho. O conceito de poder é central no estudo da Ciência Política seja ele relacionado ao Estado ou à organizações privadas desportivas.

Entretanto, deve-se destacar que em diversos debates a organização ainda não é capaz de influenciar da mesma forma que atores estatais são capazes. Atualmente, devido aos casos de corrupção que ganharam destaque na mídia internacional, pode-se dizer que a imagem da instituição está abalada. No entanto, assim como ocorreu em 1994 quando foram analisados casos de corrupção no COI, estas organizações são capazes de manter a governança do desporto no mundo, inclusive com sua capacidade de equivalente legislativo durante a Copa do Mundo.

Contudo, pode-se atribuir tamanha atenção dada aos casos de corrupção da FIFA em junho deste ano ao poder político que ela representa no cenário internacional, chamando a atenção das potências mundiais como Estados Unidos e Rússia. Estados Unidos acreditando na necessidade de reforma política dentro da instituição e a Rússia mencionando Blatter como um possível indicado ao Prêmio Nobel.

De fato, as dinâmicas que o desporto tem criado na agenda política nacional e internacional nas últimas décadas oferecem condições favoráveis a uma atividade mais proativa das organizações internacionais desportivas na formulação e implementação de políticas.

Assim, fica a pergunta, como uma organização que apresenta tamanho poder, a ponto de interferir em política internas dos Estados ainda apresenta certa negligência na área acadêmica das Relações Internacionais? Seu poder econômico, sua imagem e sua influência política se mostram como indicadores necessários para apontar o poder da organização no sistema internacional contemporâneo e, por isso, deve ganhar atenção dos pesquisadores. A ideia de que política e desporto devem ser mantidos separados perdeu sua força nas últimas décadas, principalmente porque os governos consideram o mesmo uma

ótima ferramenta de *soft power* e desenvolvimento social, pois apresenta tanta importância para a população que não deve ser ignorado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adriano, Leandro Terra (2012) “Keohane e o Institucionalismo Liberal: Conflitos Ontológicos na Construção Teórica das Relações Internacionais” *E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH*, 5(2), Belo Horizonte.

Allen, Claudia (2015) “Escândalo de corrupção da FIFA: E eu com isso?” BBC Brasil [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150604\\_fifa\\_pq\\_importa\\_ca\\_cc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150604_fifa_pq_importa_ca_cc) [20 de junho de 2015].

Allison, Lincoln; Monnington, Terry (2005) “Sport, prestige and international relations” in Allison, Lincoln (ed.) *The Global Politics of Sport: The role of global institutions in sport*. London and New York: Routledge, 5-23.

Annan, Kofi (2006a) “Five Lessons”, [http://www.un.org.ua/files/File/SG\\_farewell%20op-ed\\_%20English.pdf](http://www.un.org.ua/files/File/SG_farewell%20op-ed_%20English.pdf) [20 de novembro de 2014].

Annan, Kofi (2006b) “How we envy the World Cup by UN Secretary-General Kofi Annan” UN <http://www.un.org/sport2005/newsroom/worldcup.html> [20 de novembro de 2014].

Arantes, Andrea Benedetto (2012) “A soberania nacional frente aos comandos da FIFA no país sede da Copa do Mundo de 2014: Brasil.” in: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 97. [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11157&revista\\_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11157&revista_caderno=9) [10 de Abril de 2014]

Archer, Clive (2001) *International Organizations*. London and New York: Routledge.

Barnett, Michael; Finnemore, Martha (2005) “The power of liberal international organizations” in Barnett, Michael; Duvall, Raymond (eds.) *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 161-184.

BBC (2012) “Londres 2012: A evolução da participação feminina nos Jogos” [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120720\\_olympics\\_modulo\\_mulheres\\_olimpiadas\\_rw.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120720_olympics_modulo_mulheres_olimpiadas_rw.shtml) [10 de maio de 2015].

BBC (2012) “Londres 2012: Pressão por presença feminina nas Olimpíadas desafia países conservadores” [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120412\\_mulheres\\_olimpiadas\\_saudita\\_pai.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120412_mulheres_olimpiadas_saudita_pai.shtml) [10 de maio de 2015].

Beacom, Aaron (2000) “Sport in International Relations: A case for cross-disciplinary investigation” *The Sports Historian*, 20(2), 1-23.

Beck, Peter J. (2004) “The most effective means of communication in the modern world’?: British sport and national prestige” in Levermore, Roger; Budd, Adrian (eds.) *Sport and International Relations: An emerging relationship*. London e New York: Routledge, 77-92.

Bedin, Gilmar Antonio (2001) *A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem judicial justa e solidária*. Ijuí: Ed. Unijuí.

Bentham, Jeremy (1789) *An introduction to the principles of morals and legislation*. Oxford: Clarendon Press. <http://www.econlib.org/library/Bentham/bnthPML.html> [8 de maio de 2015].

Black, D. & van der Westhuizen, J. (2004) “The allure of global games for „semi-peripheral“ polities and spaces: a research agenda.” *Third World Quarterly*, 25 (7), 1195-1214.

Boniface, Pascal (2002) Football as a factor (and a reflection) of International Politics <http://www.sciencespo.fr/cei/en/content/football-factor-and-reflection-international-politics> [13 de maio de 2015].

Borden, Sam; Montague (2013) “In FIFA Politics, Blatter Is The Consummate Player” *The New York Times*, [http://www.nytimes.com/2013/10/02/sports/soccer/in-fifa-politics-blatter-is-the-consummate-player.html?pagewanted=1&\\_r=2&](http://www.nytimes.com/2013/10/02/sports/soccer/in-fifa-politics-blatter-is-the-consummate-player.html?pagewanted=1&_r=2&) [24 de Outubro de 2013].

Budd, Adrian (2004) “Sport and Capitalism” in Levermore, Roger; Budd, Adrian (eds.) *Sport and International Relations: An emerging relationship*. London e New York: Routledge, 31-48.

Buzan, Barry (1996) “The timeless wisdom of realism?” in Smith, S., Booth, K. e Zalewski, M. (eds.) *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 47-65

- Carvalho, Maurício Costa de. (2014) “A Copa e a crise brasileira.” *Blog do Juca Kfourri*. <http://blogdojuca.uol.com.br/2014/05/a-copa-e-a-crise-brasileira/> [20 de maio de 2014]
- Castro, Marcus Faro de (2001) *Cadernos do REL: De Westphalia a Seattle: A teoria das Relações Internacionais em transição*. Brasília: Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.
- Commonwealth. “About us” <http://thecommonwealth.org/about-us> [10 de maio de 2015].
- Dahl, R. (1966) *A moderna análise política*. Rio de Janeiro: Livradora Sôcietas.
- Dias, Solange; Minhoto, Laurindos (2006) “Globalização e Estado Nacional” *Integração*, 44, 33-40.
- Dimeo, P. & Kay, J. (2004) “Major Sports Events: Image Projection and the Problems of Semi-Periphery”: A Case Study of the 1996 South Asia Cricket World Cup.” *Third World Quarterly*, 2004, 25 (7), 1263–76.
- Doncel, Luis (2015) “Escândalo de corrupção derruba o presidente da FIFA Joseph Blatter” *El País* [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/02/deportes/1433263905\\_904828.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/02/deportes/1433263905_904828.html) [20 de junho de 2015].
- Edwards, Piers (2013) “For Nelson Mandela, sports were major weapon against racism” *CNN* <http://edition.cnn.com/2013/12/05/world/africa/nelson-mandela-sports/> [23 de abril de 2015]
- FAB: Forças Aéreas Brasileiras (2015) “Atletas Militares conquistam os pódios dos Jogos Pan-Americanos” <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/22534/DESPORTO---Atletas-militares-conquistam-os-p%C3%B3dios-dos-Jogos-Pan-Americanos> [16 de julho de 2015].
- Farines, Thomas (2014) “A relação entre as organizações internacionais e federações esportivas na luta contra doenças epidêmicas” *CEIRI* <http://www.jornal.ceiri.com.br/a-relacao-entre-as-organizacoes-internacionais-e-federacoes-esportivas-na-luta-contra-doencas-epidemicas/> [27 de janeiro de 2015].
- FIFA “Associations” <http://www.fifa.com/associations/index.html> [19 de abril de 2015].

FIFA “Project Fundind” <http://www.fifa.com/development/project-funding/index.html> [19 de abril de 2015].

FIFA (2012a) *All about FIFA. Develop the game, touch the world, build a better future.* Zurich: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/02/13/11/06/03072013allaboutfifa\\_neutral.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/02/13/11/06/03072013allaboutfifa_neutral.pdf) [27 de Novembro de 2013].

FIFA (2013a) *FIFA Organization and Regulation.* Zurich: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/11/20/75/forenweb\\_neutral.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/11/20/75/forenweb_neutral.pdf) [30 de Novembro de 2013].

FIFA (2013b) *Regulations: 2014 FIFA World Cup Brazil.* Zurich: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/47/38/17/regulationsfwcbrazil2014\\_update\\_e\\_neutral.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/47/38/17/regulationsfwcbrazil2014_update_e_neutral.pdf) [27 de Novembro de 2013].

FIFA (2013c) *FIFA financial report 2012.* Zurich: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/03/94/62/fr12\\_en.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/03/94/62/fr12_en.pdf) [27 de Novembro de 2013].

FIFA (2014) “Building a Better Future” <http://www.fifa.com/development/videos/y=2014/m=11/video=building-a-better-future-2477118.html> [15 de abril de 2015].

FIFA (2015) *Financial Report 2014.* Zurich: FIFA [http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014web\\_neutral.pdf](http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014web_neutral.pdf) [15 de abril de 2015].

FIFA (2015a) “FIFA statement on the resolution of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe (PACE)” <http://www.fifa.com/governance/news/y=2015/m=4/news=fifa-submits-letter-to-parliamentary-assembly-of-the-council-of-europe-2593202.html> [26 de abril de 2015].

Forster, John; Pope, Nigel K. L. (2004) *The Political Economy of Global Sports Organisations.* New York e London: Routledge.

Futterman, Matthew (2014) “Polêmica sobre FIFA preocupa mais patrocinadores” *The Wall Street Journal*

<http://br.wsj.com/articles/SB10622982395149504361404580303323134006184> [16 de abril de 2015].

García Picazo, Paloma (1998) *Las Relaciones Internacionales en el Siglo XX: la contienda teórica*. Madrid: UNED, 47-94

Goertz, Gary (2003) *International Norms and Decision Making: A Punctuated Equilibrium Model*. Lanham: Rowman & Littlefield.

Hasenclever, Andreas; Mayer, Peter; Rittberger, Volker (1997) *Theories of International Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press, pp: 1-22.

Herz, John H. (1950) "Idealist Internationalism and the Security Dilemma" *World Politics*, 2(2), 157-180, doi:10.2307/2009187 [04 de abril de 2015].

Herz, Monica; Hoffman, Andrea Ribeiro (2004) *Organizações Internacionais: História e Práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Hill, Christopher (1996) *Olympic Politics: Athens to Atlanta*, 2nd ed. Manchester: Manchester University Press.

Hill, Christopher (2004) "Prologue" in Levermore, Roger; Budd, Adrian (eds.) *Sport and International Relations: An Emerging Relationship*. London e New York: Routledge, 1- 7.

Hobsbawn, Eric J. (1991) *Nações e Nacionalismo*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

Horne, John; Manzenreiter, Wolfram (2006) *An introduction to the sociology of sports mega-events*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.

Houlihan, Barrie (1994) *Sport and International Politics*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

Houlihan, Barrie (2008) *Sport and Society*. London: Jage Publication Ltda.

Huntington, Samuel (1997) *The Clash of Civilisations and the Re-making of the World Order*. London: Simon & Schuster.

Jimenez, Carla (2014) "Dilma é vaiada de novo na final da Copa do Mundo" *El País* [http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/14/deportes/1405291183\\_218188.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/14/deportes/1405291183_218188.html) [28 de janeiro de 2015].

Judge, Anthony (1995) ‘Types of international organization’, <http://www.uia.org/uiadocs/orgtypec.htm> [18 de outubro de 2014].

Junqueira, Cairo Gabriel B.; Camargo, Alan Gabriel (2013) “A teoria liberal nas relações internacionais: O tripé institucional e o papel do Estado” *O Debatedouro*, 83 [https://www.academia.edu/4260537/A\\_teor%C3%A7%C3%B5es\\_Internacionais\\_o\\_trip%C3%A9\\_institucional\\_e\\_o\\_papel\\_do\\_Estado](https://www.academia.edu/4260537/A_teor%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_o_trip%C3%A9_institucional_e_o_papel_do_Estado) [10 de janeiro de 2015].

Keohane, Robert O. (1990) “International liberalism reconsidered” in Dunn, John (ed.) *The Economic Limits to Modern Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 165 -194, <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511559174.008> [07 de abril de 2015]..

Keohane, Robert; Nye, Joseph (1977) *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little-Brown.

Keohane, Robert O. (1989) *International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory*. Westview: Westview Press.

Keohane, Robert O. (1984) *After Hegemony*. Princeton: Princeton University.

Keohane, Robert O. (1988) “International Institutions: Two Approaches” *International Studies Quarterly*, 32(4), 379-396.

Krasner, Stephen (1983) “Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables” in Krasner, Stephen (ed.) *International Regimes*. New York: Cornell University Press.

Leitão, Leslie (2014) “‘Soft power’ brasileiro conquista estrangeiros” <http://veja.abril.com.br/noticia/desporto/soft-power-brasileiro-conquista-estrangeiros/> [12 de março de 2015].

Lee, Simon (2004) “Moving the goalposts: The Governance and political economy of world football” in Levermore, Roger; Budd, Adrian (eds.) *Sport and International Relations: An Emerging Relationship*. London e New York: Routledge, 112- 128.

Levermore, Roger; Budd, Adrian (2004) *Sport and International Relations: An Emerging Relationship*. London e New York: Routledge

Levermore, Roger (2004) “ Sport’s role in constructing the ‘inter-state’ worldview” in Levermore, Roger; Budd, Adrian (eds.) *Sport and International Relations: An Emerging Relationship*. London e New York: Routledge. 16-31.

Little, Richard (1996) “The growing relevance of pluralism?” in Smith, S., Booth, K. e Zalewski, M. (eds.) *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 66-86

Longman, Jeré (2013) “Mandela embraced the power of sports for resistance and unity” *The New York Times*, [http://www.nytimes.com/2013/12/06/sports/nelson-mandela-resistance-and-healing-through-sports.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2013/12/06/sports/nelson-mandela-resistance-and-healing-through-sports.html?pagewanted=all&_r=0) [10 de abril de 2015].

Lowe, Benjamin et al. (eds.) (1978) *Sport and International Relations*. Champaign: Stipes Publishing Company.

Lusa (2015) “ONU vai repensar colaboração com a FIFA” <http://www.record.xl.pt/futebol/internacional/detalhe/onu-vai-repensar-colaboracao-com-a-fifa-951496.html> [03 de junho de 2015].

Malik, Kenan (2015) “The corrupt rethoric of the FIFA scandal” *The New York Times* [http://www.nytimes.com/2015/06/17/opinion/-2015-06-17-opinion-malik-the-corrupt-rhetoric-of-the-fifa-scandalhtml.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/06/17/opinion/-2015-06-17-opinion-malik-the-corrupt-rhetoric-of-the-fifa-scandalhtml.html?_r=0) [20 de junho de 2015].

Mangueira, Clarissa; Chaves, Danielle; Caldas Sergio (2013) “Vais a Dilma são destaque na imprensa internacional” *Política Estadão*. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vaias-a-dilma-sao-destaque-na-imprensa-internacional,1043476> [28 de janeiro de 2015].

Matthews, Jessica T. (1997) “Power Shift” *Foreign Affairs*, <https://www.foreignaffairs.com/articles/1997-01-01/power-shift> [12 de novembro de 2014].

McClory, Jonathan (2010) *The New Persuaders: An International Ranking of Soft Power*. London: Institute for Government. [http://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20new%20persuaders\\_0.pdf](http://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20new%20persuaders_0.pdf) [15 de março de 2015].

McClory, Jonathan (2011) *The New Persuaders II: A 2011 Global Ranking of Soft Power*. London: Institute for Government.

[http://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20New%20PersuadersII\\_0.pdf](http://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20New%20PersuadersII_0.pdf) [15 de março de 2015].

McClory, Jonathan (2012) *The New Persuaders III: A 2012 Global Ranking of Soft Power*. London: Institute for Government. [http://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20new%20persuaders%20III\\_0.pdf](http://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20new%20persuaders%20III_0.pdf) [15 de março de 2015].

Nogueira, João Pontes; Messari Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Nolasco, Carlos (2001) *As jogadas jurídicas do desporto ou o carácter pluralista do direito do desporto*. Revista Crítica de Ciências Sociais n°60, 141-169.

Nye, Joseph S. (2004) *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs

Nye, Joseph S. (2011) *The Future of Power*. New York: Public Affairs.

Olympic Movement “The Organisation” <http://www.olympic.org/about-ioc-institution?tab=organisation> [14 de março de 2015].

Oliveira, Lucas Santos (2014) *Desporto e Relações Internacionais: Megaeventos esportivos e poder brando*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116352/000963699.pdf?sequence=1> [12 de novembro de 2014].

Oliveira, Nelma Gusmão de. (2012) *O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os Segredos Sujos da FIFA (2010) Northern Ireland: BBC Panorama, <http://www.youtube.com/watch?v=V0ZmmTsM5hg#t=1772> [20 de Novembro de 2013].

Payne, Michael (2006) *A virada olímpica: como os jogos olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Proni, M. W., Silva L. O. (2012) “Impactos econômicos da Copa de 2014: projeções superestimadas.” Texto para Discussão, n° 212. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, outubro/2012.

Raustiala, Kal (2003) “Rethinking the Sovereignty Debate in international economic law” *Journal of International Economic Law*. Oxford: Oxford University Press, 5.

Ramos, Pedro de Oliveira (2011) *Porque a FIFA funciona? Uma análise da organização intencional que controla o futebol no mundo*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2446/1/2011\\_PedrodeOliveiraRamos.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2446/1/2011_PedrodeOliveiraRamos.pdf) [12 de novembro de 2014].

Roberts, Steven V. (2014) “Ping-pong Diplomacy: The Secret History Behind the Game That Changed the World” *The Washington Post* [http://www.washingtonpost.com/opinions/ping-pong-diplomacy-the-secret-history-behind-the-game-that-changed-the-world-by-nicholas-griffin/2014/01/24/03e10536-794f-11e3-af7f-13bf0e9965f6\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/opinions/ping-pong-diplomacy-the-secret-history-behind-the-game-that-changed-the-world-by-nicholas-griffin/2014/01/24/03e10536-794f-11e3-af7f-13bf0e9965f6_story.html) [07 de março de 2015].

Ruggie, John Gerard (1982) “International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order” *International Organization*, 36 (2), 379-415, [https://www.wto.org/english/forums\\_e/public\\_forum\\_e/ruggie\\_embedded\\_liberalism.pdf](https://www.wto.org/english/forums_e/public_forum_e/ruggie_embedded_liberalism.pdf) [10 de novembro de 2014].

Sadecky, Andrea (2006) “FIFA and the United Nations Educating the Most Underprivileged Through Sport” *UN Chronicle* <http://unchronicle.un.org/article/fifa-and-united-nations-educating-most-underprivileged-through-sport/> [22 de maio de 2015].

Saldanha, Eduardo (2015) “Na torcida pela extradição de Marin” <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/relacoes-internacionais-em-perspectiva/> [03 de junho de 2015].

Skinner, Bruce E.; Rukavina, Vladimir (2002) *Event Sponsorship*. New Jersey: Hoboken.

Soares, Paulo Roberto Rodrigues (2013) *Megaeventos esportivos e o urbano: a Copa do Mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras*.

Sodupe, Kepa (2003) *La teoría de las Relaciones Internacionales a comienzos del Siglo XXI*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 33-49

Sugden, John; Tomlinson, Alan (2005) “Not for the good of the game: Crisis and credibility in the governance of world football” in Allison, Lincoln (ed.) *The Global*

*Politics of Sport: The role of global institutions in sport.* London and New York: Routledge, 24-41.

Sugden, John; Tomlinson, Alan (1998) *FIFA and the contest for world football: who rules the people's game?* Cambridge: Polity Press.

Suppo, Hugo. (2012) “Reflexões sobre o lugar do desporto nas relações internacionais” *Contexto Internacional*, 34(2), 397-433, <http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n2/a02v34n2.pdf> [16 de outubro de 2013].

Taylor, Trevor (1986) “Sport and International Relations: A case of Mutual Neglect” in Allison, Lincoln (ed.) *The Politics of Sport.* Manchester: Manchester University Press, 27-48.

Tharoor, Ishaan (2015) “How FIFA became the world's most powerful and loathed sports organization” *World Views, The Washington Post.* <https://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2015/05/27/how-fifa-became-the-worlds-most-powerful-and-loathed-sports-organization/> [15 de abril de 2015].

Tharoor, Ishaan (2015a) “Qatar is building seven ‘cities’ just to house its World Cup migrant workers” <https://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2015/05/06/qatar-is-building-seven-cities-just-to-house-its-world-cup-migrant-workers/> [15 de abril de 2015].

UIA: Union of International Associations. “Purpose and Objectives” <http://www.uia.org/about/objectives> [26 de janeiro de 2015].

UIA: Union of International Associations (2013) “International Federation of Association Football” <http://www.uia.org/s/or/en/1100020334> [26 de janeiro de 2015].

UNRIC: Centro Regional de Informação das Nações Unidas “ONU e FIFA unem-se em prol da realização dos ODM” <http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade/27685-onu-e-fifa-unem-se-em-prol-da-realizacao-dos-odm> [26 de janeiro de 2015].

Vasconcellos, Douglas Wanderley de (2011) *Desporto, poder e Relações Internacionais.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Vieira, Radamés; Construção do Modelo de Análise: A organização dos dados. Belo Horizonte, PUC-MG, 28 slides: color. 2010

Wæver, Ole (1997) “Figures of international thought: introducing persons instead of paradigms” in Neumann, Iver B; Wæver, Ole (eds.). *The Future of International Relations: Masters in the Making?*. Nova Iorque: Routledge, 400.

Wessels, David (2009) International Relations 2: Notes <http://pweb.cc.sophia.ac.jp/wessels/irnotes22009edecomplete.pdf> [10 de janeiro de 2015].

Yearbook of International Organizations (2014) Brussels: Union of International Associations

Young, Oran R. (1982) “Regime Dynamics: The Rise and Fall of International Regimes” in Krasner, Stephen D. (ed.) *International Regimes*. Ithaca and London: Cornell University Press, 93-113.

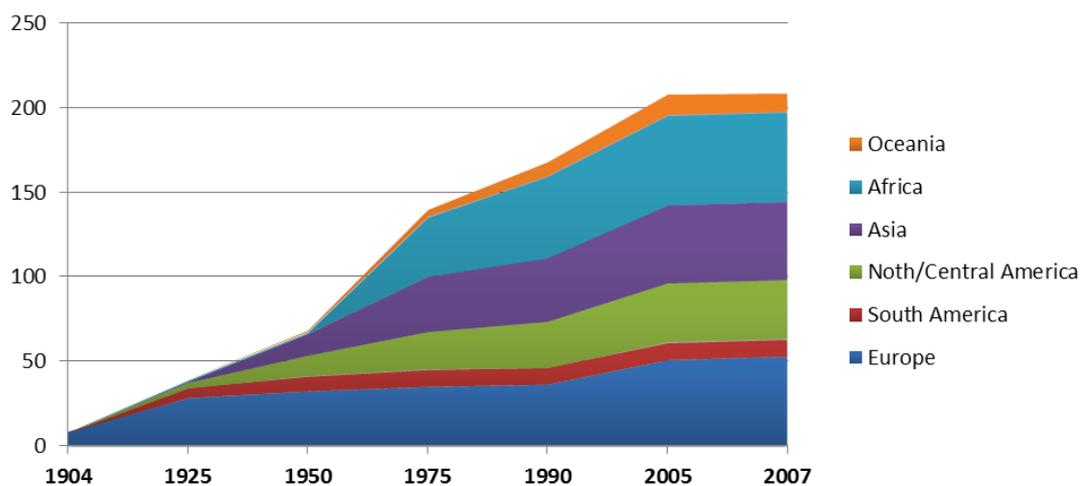
## Anexo I. Patrocinadores e Parceiros Oficiais da Copa do Mundo FIFA

	2014*	2010*	2006	2002	1998	1994	1990	1986	1982
<b>adidas</b>	x	x	x	x	x				
<b>Coca-Cola</b>	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Emirates</b>	x	x	x						
<b>Hyundai-Kia Motors (2002-2006: Hyundai)</b>	x	x	x	x					
<b>Sony</b>	x	x							
<b>Visa</b>	x	x							
Alfa Romeo							x		
Anheuser-Busch (Budweiser)	(x)	(x)	x	x	x		x	x	
Avaya			x	x					
Bata								x	
Canon					x	x	x	x	x
Castrol	(x)	(x)							
Cinzano								x	
Continental	(x)	(x)	x						
Deutsche Telekom			x						
Energizer						x			
Fuji Xerox				x					
Fujifilm			x	x	x	x	x	x	x
Gillette			x	x	x	x	x	x	x
Iveco									x
Johnson & Johnson	(x)								
JVC				x	x	x	x	x	x
Korea Telekom/NTT				x					
MasterCard			x	x	x	x			
McDonald's	(x)	(x)	x	x	x	x			
Metaxa									x
MTN		(x)							
Oi	(x)								
Opel (1994: General Motors)					x	x		x	
Philips			x	x	x	x	x	x	
R.J. Reynolds (1986: Camel/1982: Winston)								x	x
Satyam		(x)							
Sears	(x)								
Seiko								x	x
Snickers (1990: Mars/m&m's)					x	x	x		
Toshiba			x	x					
Vini d'Italia							x		
Yahoo!			x	x					
Yingli Solar	(x)								
<b>TOTAL</b>	<b>6 (+8)</b>	<b>6 (+6)</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>9</b>

\*FIFA's commercial hierarchy now comprises six FIFA Partners (shown in bold), eight FIFA World Cup Sponsors (previously six) and six National Supporters

Fonte: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/misc-fwcpartn/52/01/15/fs-401\\_01\\_fwcpartners.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/misc-fwcpartn/52/01/15/fs-401_01_fwcpartners.pdf) [14 de novembro de 2013].

## Anexo II. Crescimento da FIFA desde 1904



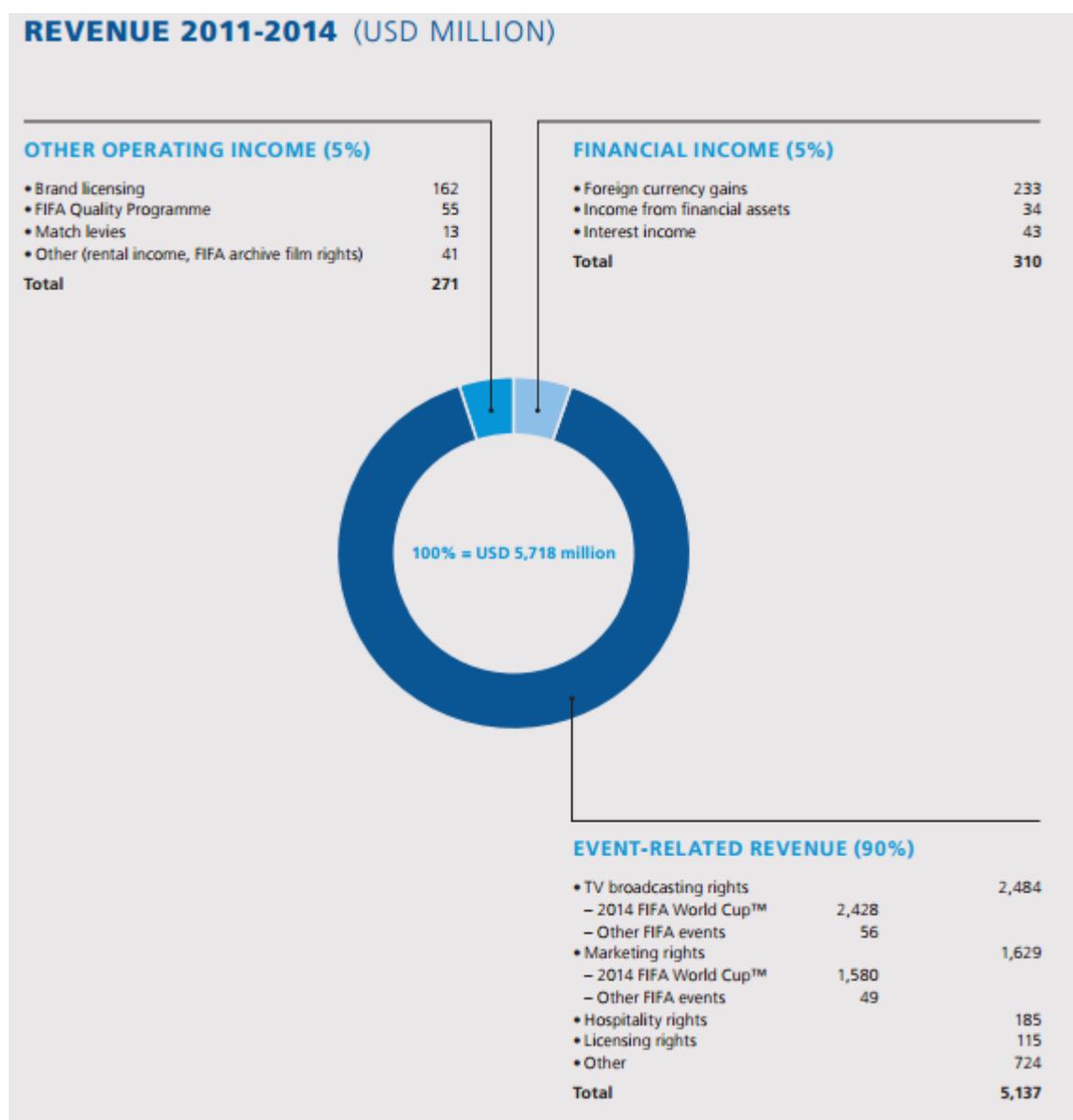
Fonte: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/52/00/16/fs-100\\_03a\\_growth.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/52/00/16/fs-100_03a_growth.pdf) [14 de novembro de 2013].

## Anexo III. Crescimento da FIFA desde 1904

	1904	1925	1950	1975	1990	2005	2007
<b>Europe</b>	8	28	32	35	36	51	53
<b>South America</b>	0	6	9	10	10	10	10
<b>Noth/Central America</b>	0	3	12	22	27	35	35
<b>Asia</b>	0	1	13	33	38	46	46
<b>Africa</b>	0	1	1	35	48	53	53
<b>Oceania</b>	0	0	1	4	8	12	11
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>39</b>	<b>68</b>	<b>139</b>	<b>167</b>	<b>207</b>	<b>208</b>

Fonte: FIFA, [http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/52/00/16/fs-100\\_03a\\_growth.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/organisation/52/00/16/fs-100_03a_growth.pdf) [14 de novembro de 2013].

Anexo IV. Receita FIFA 2011 – 2014 (USD)



Fonte: FIFA (2015) Financial Report 2014. Zurich: FIFA  
[http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben\\_neutral.pdf](http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben_neutral.pdf)  
 [15 de abril de 2015].